

Índice

1. Responsáveis Pelo Formulário

| | |
|--|---|
| 1.0 - Identificação dos responsáveis | 1 |
| 1.1 – Declaração do Diretor Presidente | 2 |
| 1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores | 4 |
| 1.3 - Declaração do Diretor Presidente/relações Com Investidores | 6 |

2. Auditores Independentes

| | |
|---|---|
| 2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores | 7 |
| 2.3 - Outras Informações Relevantes | 8 |

3. Informações Financ. Selecionadas

| | |
|--|----|
| 3.1 - Informações Financeiras | 9 |
| 3.2 - Medições Não Contábeis | 10 |
| 3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras | 11 |
| 3.4 - Política de Destinação Dos Resultados | 12 |
| 3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido | 13 |
| 3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas | 14 |
| 3.7 - Nível de Endividamento | 15 |
| 3.8 - Obrigações | 16 |
| 3.9 - Outras Informações Relevantes | 17 |

4. Fatores de Risco

| | |
|--|----|
| 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco | 18 |
| 4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado | 34 |
| 4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes | 36 |
| 4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores | 37 |
| 4.5 - Processos Sigilosos Relevantes | 38 |
| 4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto | 39 |
| 4.7 - Outras Contingências Relevantes | 40 |

Índice

| | |
|--|----|
| 4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados | 41 |
| 5. Gerenciamento de Riscos E Controles Internos | |
| 5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos | 42 |
| 5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado | 43 |
| 5.3 - Descrição Dos Controles Internos | 44 |
| 5.4 - Programa de Integridade | 45 |
| 5.5 - Alterações significativas | 48 |
| 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos | 49 |
| 6. Histórico do Emissor | |
| 6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm | 50 |
| 6.3 - Breve Histórico | 51 |
| 6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial | 52 |
| 6.6 - Outras Informações Relevantes | 53 |
| 7. Atividades do Emissor | |
| 7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas | 54 |
| 7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista | 56 |
| 7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais | 57 |
| 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais | 58 |
| 7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total | 59 |
| 7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades | 60 |
| 7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior | 61 |
| 7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades | 62 |
| 7.8 - Políticas Socioambientais | 63 |
| 7.9 - Outras Informações Relevantes | 64 |
| 8. Negócios Extraordinários | |
| 8.1 - Negócios Extraordinários | 65 |
| 8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor | 66 |

Índice

| | |
|---|-----|
| 8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais | 67 |
| 8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord. | 68 |
| 9. Ativos Relevantes | |
| 9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros | 69 |
| 9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados | 72 |
| 9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis | 73 |
| 9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades | 74 |
| 9.2 - Outras Informações Relevantes | 75 |
| 10. Comentários Dos Diretores | |
| 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais | 76 |
| 10.2 - Resultado Operacional E Financeiro | 85 |
| 10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras | 86 |
| 10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor | 87 |
| 10.5 - Políticas Contábeis Críticas | 88 |
| 10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras | 89 |
| 10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras | 90 |
| 10.8 - Plano de Negócios | 91 |
| 10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante | 93 |
| 11. Projeções | |
| 11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas | 94 |
| 11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas | 95 |
| 12. Assembléia E Administração | |
| 12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa | 96 |
| 12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais | 99 |
| 12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração | 101 |
| 12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem | 102 |

Índice

| | |
|---|-----|
| 12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal | 103 |
| 12.7/8 - Composição Dos Comitês | 108 |
| 12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores | 109 |
| 12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros | 110 |
| 12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores | 111 |
| 12.12 - Outras informações relevantes | 112 |

13. Remuneração Dos Administradores

| | |
|---|-----|
| 13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária | 113 |
| 13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal | 116 |
| 13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal | 118 |
| 13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária | 119 |
| 13.5 - Remuneração Baseada em Ações | 120 |
| 13.6 - Opções em Aberto | 121 |
| 13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues | 122 |
| 13.8 - Precificação Das Ações/opções | 123 |
| 13.9 - Participações Detidas Por Órgão | 124 |
| 13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários | 125 |
| 13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal | 126 |
| 13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria | 127 |
| 13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores | 128 |
| 13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam | 129 |
| 13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor | 130 |
| 13.16 - Outras Informações Relevantes | 131 |

14. Recursos Humanos

| | |
|---------------------------------------|-----|
| 14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos | 132 |
|---------------------------------------|-----|

Índice

| | |
|--|-----|
| 14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos | 133 |
| 14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados | 134 |
| 14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos | 135 |
| 14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos | 136 |
| 15. Controle E Grupo Econômico | |
| 15.1 / 15.2 - Posição Acionária | 137 |
| 15.3 - Distribuição de Capital | 182 |
| 15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico | 183 |
| 15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte | 185 |
| 15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor | 186 |
| 15.7 - Principais Operações Societárias | 187 |
| 15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico | 188 |
| 16. Transações Partes Relacionadas | |
| 16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas | 189 |
| 16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas | 190 |
| 16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado | 198 |
| 16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas | 201 |
| 17. Capital Social | |
| 17.1 - Informações Sobre O Capital Social | 202 |
| 17.2 - Aumentos do Capital Social | 203 |
| 17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações | 204 |
| 17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social | 205 |
| 17.5 - Outras Informações Relevantes | 206 |
| 18. Valores Mobiliários | |
| 18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública | 207 |

Índice

| | |
|--|-----|
| 18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto | 208 |
| 18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados | 209 |
| 18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil | 210 |
| 18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários | 212 |
| 18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação | 213 |
| 18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros | 214 |
| 18.8 - Títulos Emitidos no Exterior | 215 |
| 18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição | 216 |
| 18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas | 217 |
| 18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição | 218 |
| 18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários | 219 |
| | |
| 19. Planos de Recompra/tesouraria | |
| 19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor | 220 |
| 19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria | 221 |
| 19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria | 222 |
| | |
| 20. Política de Negociação | |
| 20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários | 223 |
| 20.2 - Outras Informações Relevantes | 224 |
| | |
| 21. Política de Divulgação | |
| 21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações | 225 |
| 21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas | 226 |
| 21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações | 227 |
| 21.4 - Outras Informações Relevantes | 228 |

1.0 - Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Anselmo Henrique Seto Leal

Cargo do responsável

Diretor de Relações com Investidores

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Alexandre Bianchini Antonio

Cargo do responsável

Diretor Presidente

1.1 – Declaração do Diretor Presidente

DECLARAÇÃO PARA FINS DO ITEM 1.1 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

ALEXANDRE BIANCHINI ANTONIO, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade n.º 951001567 emitido pelo CREA/RJ e inscrito no CPF/ME sob o n.º 006.661.357-46, com endereço comercial na Av. Barão de Tefé, nº 34, Bairro da Saúde, Rio de Janeiro/RJ, Sala 701, CEP 20.220-903 na qualidade de Diretor Presidente da **ÁGUAS DO RIO 4 SPE S.A.**, sociedade por ações, com sede Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Barão de Tefé, nº 34, sala 701, Bairro Saúde, CEP 20220-460 (“Companhia”), para fins do item 1.1 do formulário de referência da Companhia, declara, na data deste Formulário de Referência, que: (i) reviu as informações que foram atualizadas no Formulário de Referência após a data de sua posse; (ii) todas as informações contidas neste Formulário de Referência atendem ao disposto na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, em especial aos artigos 14 a 19; e (iii) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

ALEXANDRE BIANCHINI ANTONIO

Este documento foi assinado digitalmente por Alexandre Bianchini Antonio.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código D103-4FE1-732A-80BF.



1. ... Declaração do Diretor Presidente

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/D103-4FE1-732A-80BF> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: D103-4FE1-732A-80BF



Hash do Documento

62E9853C263F76E1B39F8B8CFE162AFC1177FB1879337615372A464526695866

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 30/05/2022 é(são) :

- Alexandre Bianchini Antonio (Signatário) - 006.661.357-46 em 27/05/2022 15:08 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital



1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores

DECLARAÇÃO PARA FINS DO ITEM 1.2 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

ANSELMO HENRIQUE SATO LEAL, brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade R.G. nº 32500755 SSP/SP e inscrito no CPF/ME sob o nº 220.943.838-14, com endereço comercial Av. Barão de Tefé, Nº 34, Bairro da Saúde, Rio de Janeiro/RJ, Sala 701, CEP 20.220-903, na qualidade de Diretor de Relações com Investidores da **ÁGUAS DO RIO 4 SPE S.A.**, sociedade por ações, com sede Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Barão de Tefé, nº 34, sala 701, Bairro Saúde, CEP 20220-460 ("Companhia"), para fins do item 1.2 do formulário de referência da Companhia, declara, na data deste Formulário de Referência, que: (i) reviu as informações que foram atualizadas no Formulário de Referência após a data de sua posse; (ii) todas as informações contidas neste Formulário de Referência atendem ao disposto na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, em especial aos artigos 14 a 19; e (iii) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

ANSELMO HENRIQUE SATO LEAL
Diretor de Relações com Investidores

Este documento foi assinado digitalmente por Anselmo Henrique Seto Leal.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código B6E0-0501-CF4A-938B.



1. ... claração do Diretor de Relações Com Investidores

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/B6E0-0501-CF4A-938B> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: B6E0-0501-CF4A-938B



Hash do Documento

D2D185EC115CA202E426178BE205CF9D2B4A065A1B56484A3E02F5D11618B1DC

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 30/05/2022 é(são) :

- Anselmo Henrique Seto Leal (Signatário) - 220.943.838-14 em 27/05/2022 15:13 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital



1.3 - Declaração do Diretor Presidente/relações Com Investidores

O Diretor Presidente e o Diretor de Relações com Investidores da Companhia já prestaram suas declarações individuais nos itens 1.1 e 1.2 deste Formulário de Referência.

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores

| | |
|---|--|
| Possui auditor? | SIM |
| Código CVM | 471-5 |
| Tipo auditor | Nacional |
| Nome/Razão social | Ernst & Young Auditores Independentes S.S |
| CPF/CNPJ | 61.366.936/0008-00 |
| Data Início | 28/10/2021 |
| Descrição do serviço contratado | Os auditores independentes estão contratados para prestarem serviços relativos à auditoria das demonstrações financeiras da Companhia, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), referentes ao período findo em 31 de julho 2021 e ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, assim como, revisão limitada das demonstrações trimestrais (ITR) do período findo em 30 de setembro de 2021. A Companhia contratou a Ernst & Young Auditores Independentes S/S apenas para realização dos serviços mencionados acima. |
| Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço | R\$ 99,0 mil referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 |
| Justificativa da substituição | N/A |
| Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor | N/A |

| Nome responsável técnico | DATA_INICIO_ATUACAO | CPF | Endereço |
|--------------------------|---------------------|----------------|--|
| José Antônio Navarrete | 28/10/2021 | 120.817.178-08 | Av. José de Souza Campos, nº 900, Edifício Trade Tower, 1º e 3º andar, Nova Campinas, Campinas, SP, Brasil, CEP 13025-320, Telefone (019) 33220553, e-mail: jose.a.navarrete@br.ey.com |

2.3 - Outras Informações Relevantes

2.3 - Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta seção 2.

3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

(Reais)

Exercício social (31/01/2021)

3.2 - Medições Não Contábeis

3.2 - Medições não contábeis

(a) Informar o valor das medições não contábeis

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na Categoria “B”, nos termos da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro 2009 (“Instrução CVM 480”).

(b) Conciliação entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na Categoria “B”, nos termos da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro 2009 (“Instrução CVM 480”).

(c) Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na Categoria “B”, nos termos da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro 2009 (“Instrução CVM 480”).

3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

A Companhia foi constituída em 26 de maio de 2021 e, portanto, não possui informações relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro dos anos 2020 e 2019 para reportar. No que se refere ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia informa o quanto segue:

| Período | 2021 |
|---|---|
| a. Regras sobre retenção de lucros para os três últimos exercícios sociais | De acordo com a Lei nº 6.404/76, conforme alterada (“ <u>Lei das Sociedades por Ações</u> ”), os acionistas reunidos em assembleia geral poderão deliberar sobre a retenção de parcela do lucro líquido do exercício, alocada para o pagamento de despesas previstas em orçamento de capital que tenha sido previamente aprovado. Ademais, a Lei das Sociedades por Ações, bem como o Estatuto Social da Companhia, estabelece que 5% do lucro líquido será destinado para a constituição de reserva legal, desde que não exceda 20% do capital social. O saldo remanescente do lucro líquido terá a destinação que for determinada pela Assembleia Geral. |
| a.i. Valores das Retenções de Lucros | No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, a Companhia registrou um lucro líquido no valor de R\$ 146.997 mil, sendo que: (i) R\$ 7.350 mil foram destinados à reserva legal; (ii) R\$ 61.208 mil foram destinados à título de dividendos; e (iii) R\$ 78.438 mil foram destinados à reserva de retenção de lucros. |
| a.ii. Percentuais em relação aos lucros totais declarados | No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, considerando os percentuais das retenções foram os seguintes: (i) 5,0% foram destinados à reserva legal; (ii) 41,6% foram destinados à título de dividendos; e (iii) 53,4% foram destinados à reserva de retenção de lucros. |
| b. Regras sobre distribuição de dividendos para os três últimos exercícios sociais | Conforme disposto no Estatuto Social da Companhia, após a constituição da reserva legal, 25% do lucro líquido do exercício que remanescer, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, será destinado para o pagamento do dividendo obrigatório aos acionistas. No entanto, o dividendo mencionado anteriormente não será obrigatório, nos termos do art. 202 §4 da Lei das Sociedades por Ações, nos exercícios em que o Conselho de Administração da Companhia informar à Assembleia Geral ser ele incompatível com a situação financeira da Companhia, devendo o Conselho Fiscal da Companhia dar parecer sobre esta informação. Por fim, depois de atendidas as disposições legais, o saldo remanescente do lucro líquido terá a destinação determinada pela Assembleia Geral de Acionistas, observada a legislação aplicável. |
| c. Periodicidade das distribuições de dividendos | Nos termos do Estatuto Social da Companhia e do artigo 204 da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia poderá (a) levantar balanços semestrais e com base nestes declarar dividendos intermediários, a conta do lucro apurado, dos lucros acumulados e da reserva de lucros; (b) levantar balanços relativos a períodos inferiores a um semestre e distribuir dividendos intercalares, desde que o total de dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital de que trata o Art. 182, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações; e (c) creditar ou pagar aos acionistas, na periodicidade que decidir, juros sobre o capital próprio, os quais serão imputados ao valor do dividendo obrigatório, passando a integra-los para todos os efeitos legais. |
| d. Eventuais Restrições à distribuição de dividendos | Além do disposto na Lei das Sociedades por Ações a única restrição encontra-se na Escritura da 1ª Emissão de Debêntures da Companhia a qual estabelece que a distribuição de dividendos, sem autorização dos debenturistas, constitui evento de inadimplemento (para maiores detalhes ver seção 18.5 deste Formulário de Referência). |
| e. Política de Destinação de Resultados | A Companhia não possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada. |

3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na Categoria "B", nos termos da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro 2009 ("Instrução CVM 480").

3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na Categoria "B", nos termos da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro 2009 ("Instrução CVM 480").

3.7 - Nível de Endividamento

| Exercício Social | Soma do Passivo Circulante e Não Circulante | Tipo de índice | Índice de endividamento | Descrição e motivo da utilização de outro índice |
|-------------------------|--|-------------------------|--------------------------------|---|
| 31/01/2021 | 5.846.407,00 | Índice de Endividamento | 2,03007151 | |
| | 5.300.624,00 | Índice de Endividamento | 1,82912466 | |

3.8 - Obrigações

| Exercício social (31/01/2021) | | | | | | | |
|-------------------------------|------------------|---------------------------------|-------------------|----------------|-------------------|-----------------------|--------------|
| Tipo de Obrigação | Tipo de Garantia | Outras garantias ou privilégios | Inferior a um ano | Um a três anos | Três a cinco anos | Superior a cinco anos | Total |
| Títulos de dívida | Garantia Real | | 64.864,00 | 3.366.958,00 | 0,00 | 0,00 | 3.431.822,00 |
| Total | | | 64.864,00 | 3.366.958,00 | 0,00 | 0,00 | 3.431.822,00 |

Observação

As informações prestadas neste item se referem às informações contábeis individuais da Companhia.

Para segregação de nossas obrigações (passivo circulante mais passivo não circulante) de acordo com as categorias previstas na tabela acima (dívidas com garantia real e dívidas quirografárias), foram levados em consideração os seguintes critérios:

(i) foram consideradas dívidas com garantia real todas as dívidas garantidas por alienação e cessão fiduciária, dentre outras garantias reais;

(ii) foram consideradas dívidas quirografárias todas as dívidas que não possuem garantia ou que possuem garantia fidejussória, assim entendidas a garantia de aval, a nota promissória e a fiança, dentre outras garantias fidejussórias.

3.9 - Outras Informações Relevantes

3.9 - Outras informações relevantes

A Companhia possui contrato de dívida com cláusulas que permitem a declaração de vencimento antecipado das respectivas obrigações pecuniárias com valor igual ou superior ao *threshold* previsto em seu contrato.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Os riscos descritos abaixo são aqueles que a **ÁGUAS DO RIO 4 SPE S.A.** (“Companhia”) conhece e acredita que, na data deste Formulário de Referência, podem afetar adversamente e de forma relevante a Companhia. Além disso, riscos adicionais não conhecidos atualmente ou considerados irrelevantes também poderão afetar adversamente a Companhia.

O investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento em qualquer valor mobiliário de emissão da Companhia, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os riscos mencionados abaixo e as demonstrações financeiras da Companhia e respectivas notas explicativas. Os negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia poderão ser afetados de maneira adversa por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir. O preço de mercado dos valores mobiliários de emissão da Companhia poderá diminuir em razão de qualquer desses e/ou de outros fatores de risco, hipóteses em que os potenciais investidores poderão perder substancial ou totalmente o seu investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia. Os riscos descritos abaixo são aqueles que a Companhia conhece e acredita que, na data deste Formulário de Referência, podem afetar a Companhia adversamente. Além disso, riscos adicionais não conhecidos atualmente ou considerados irrelevantes pela Companhia na data deste Formulário de Referência também poderão afetar a Companhia adversamente.

Para os fins deste item “4.1 Fatores de Risco” exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter ou causará ou terá “efeito adverso” ou “efeito negativo” para a Companhia, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante nos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia, bem como no preço dos valores mobiliários de emissão da Companhia. Expressões similares incluídas neste item devem ser compreendidas nesse contexto.

Não obstante a subdivisão deste item “4.1 Fatores de Risco”, determinados fatores de risco que estejam em um item podem também se aplicar a outros itens.

Destaca-se que os fatores de risco expostos neste Formulário de Referência são expostos em ordem decrescente de relevância, ou seja, do mais relevante para o menos relevante.

(a) Riscos Relacionados à Companhia

Nos termos de determinados contratos financeiros, a Companhia está sujeita a obrigações específicas, bem como restrições à sua capacidade de contrair dívidas adicionais.

A Companhia é e poderá vir a ser parte em contratos financeiros que exigem a manutenção de certos índices financeiros ou o cumprimento de determinadas obrigações. Qualquer inadimplemento dos termos de tais contratos, que não seja sanado pela Companhia ou renunciado por seus respectivos credores, poderá resultar na decisão desses credores em declarar o vencimento antecipado do saldo devedor das respectivas dívidas e resultar no vencimento antecipado de outros contratos financeiros celebrados pela Companhia. Além disso, a escritura da 1ª emissão de debêntures da Companhia impõe restrições à capacidade da Companhia de contrair novas dívidas (para maiores detalhes ver seção 18.5 deste Formulário de Referência).

Adicionalmente, parte da receita operacional poderá ser vinculada a contratos financeiros celebrados no curso normal dos negócios da Companhia.

Os ativos e o fluxo de caixa da Companhia podem não ser suficientes para pagar integralmente o saldo devedor de seus contratos financeiros, quando de seus respectivos vencimentos ou na hipótese de seus vencimentos antecipados. Adicionalmente, caso a Companhia enfrente limitações na captação de recursos decorrentes desses contratos financeiros ou de qualquer outra situação que a impeça de concluir seu programa de investimentos ou de executar seus planos comerciais de maneira geral, a Companhia poderá não ser capaz de atender a todas as suas necessidades de liquidez e de recursos financeiros, o que poderá causar um efeito prejudicial nos seus negócios e resultados.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Para mais informações acerca dos *covenants* previstos nos instrumentos financeiros da Companhia e suas respectivas cláusulas de *cross default* vencimento antecipado, veja o item 10.1(f) deste Formulário de Referência.

O retorno do investimento em infraestrutura realizado pela Companhia para a prestação de serviços públicos de água e esgoto pode não ocorrer ou ocorrer de forma diversa da prevista.

O investimento inicial necessário para a implantação de projetos de infraestrutura que viabilizem a prestação de serviços públicos de água e esgoto é bastante elevado, sendo que a Companhia financiou parte significativa do investimento com capital de terceiros. O processo de *turnaround* operacional requer um conjunto de aplicações de processos, metodologias e tecnologias que visam a otimização da alocação de recursos. Durante esse processo, diversos eventos de ordem política, econômica, regulatória e climática, entre outros, podem ocorrer e com isso comprometer a rentabilidade dos projetos, sendo possível que não haja o retorno originalmente estimado dos respectivos investimentos realizados, ou que haja apenas retorno parcial, ou ainda, que a Companhia não seja capaz de cumprir tempestivamente suas obrigações em virtude de tais eventos, o que poderá causar um efeito prejudicial em seus negócios.

A Companhia pode incorrer em custos de investimento, de operação e de manutenção maiores do que os estimados.

A Companhia pode não ser capaz de aumentar ou manter no futuro os níveis esperados de crescimento operacional, da mesma forma que os resultados operacionais a serem obtidos em determinado período ou exercício podem não ser indicativos de seu desempenho futuro.

O crescimento da Companhia exigirá uma considerável adaptação nos controles internos e recursos administrativos, técnicos, operacionais e financeiros. A realização dos projetos que fazem parte de sua concessão, dentre eles a ampliação das redes de coleta e distribuição e demais obras relacionadas às metas contratuais, poderão gerar a necessidade de novos recursos e ajustes de seus controles internos, bem como depender substancialmente da capacidade da Companhia de implementar e gerir a expansão desses recursos.

A capacidade da Companhia de concluir adequadamente seus planos de investimentos que contemplam, principalmente, a expansão dos serviços, manutenção e melhoria de ativos operacionais, em especial os sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, exigidos em razão das metas do contrato de concessão e obter recursos suficientes para tanto, está sujeita, dentre outros fatores, à possibilidade de alteração unilateral destas regras pelo Poder Concedente, visando à antecipação de metas, a flutuações no custo de mão-de-obra e matéria-prima, mudanças no cenário econômico brasileiro e internacional, acesso a fontes de financiamentos, falhas ou interrupções no fornecimento de matéria-prima e na prestação de serviços, inclusive resultantes de problemas técnicos imprevisíveis. Esses fatores podem aumentar significativamente os custos da Companhia e, caso não seja possível repassar tais custos a terceiros, o que inclui principalmente os clientes, os mesmos poderão causar um efeito prejudicial nos negócios e resultados da Companhia.

Fatores climáticos como alta pluviosidade ou forte estiagem, podem gerar impactos operacionais e financeiros à Companhia.

Tendo em vista a natureza de suas atividades, a Companhia está sujeita aos efeitos de mudanças climáticas. Períodos de alta pluviosidade podem afetar a Companhia, principalmente, em virtude da ocorrência de inundações em alguns de seus sistemas de abastecimento. Tal fato pode ter como consequência a paralisação do abastecimento e/ou a condução de um grande número de resíduos para as captações superficiais, gerando alterações na qualidade da água bruta, o que poderia implicar em custos adicionais para a Companhia em virtude da necessidade de adequações no processo de tratamento da água, nas áreas em que for responsável pela produção de água.

Além disso, em períodos de forte estiagem, a diminuição da vazão dos mananciais e reservatórios dos quais a Companhia depende para prestação dos serviços de saneamento pode resultar na interrupção dos sistemas,

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

provocando a redução do volume de água distribuído e eventual desabastecimento para a população, com a consequente redução de faturamento e a necessidade de incorrer em custos adicionais para utilização de fontes alternativa para abastecimento da população, implantação de rodízio de água, dentre outras medidas visando ao reestabelecimento da prestação de serviços.

Ambos os fatores climáticos podem gerar a diminuição da receita, aumentos de custos, redução da credibilidade da Companhia junto a seus clientes e, até mesmo, resultar em demandas judiciais.

Poluição ou contaminação das fontes de captação pode gerar impactos operacionais e financeiros à Companhia, além de danos à sua imagem e reputação

A água fornecida aos clientes da Companhia obedece a padrões de potabilidade dispostos na legislação federal e estadual aplicável. Entretanto, a Companhia está sujeita aos riscos de contaminação de suas fontes de captação de água, ou da água adquirida de terceiros, por conta da ação de terceiros, como o despejo de produtos químicos nas áreas de mananciais, a utilização de insumos agrícolas por parte proprietários rurais, e outros acidentes provocados por terceiros, fatores esses que podem ocasionar alterações na qualidade e quantidade da água bruta disponível, resultando na necessidade de aplicação de materiais de tratamento adicionais e, conseqüentemente aumento nos custos para suprir a demanda dos clientes da Companhia.

O mau uso do solo em atividades extrativas e do agronegócio, por exemplo, pode ocasionar processos de deslocamento de solo para os mananciais, reduzindo a capacidade de água a ser utilizada nas estações de tratamento de água da Companhia. O aumento da densidade demográfica das bacias contribuintes é também outro fator que pode ocasionar queda na quantidade da água bruta. Qualquer redução na quantidade de água bruta disponível para a Companhia pode causar um efeito negativo no seu resultado de suas atividades.

Cabe destacar que a Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro – CEDAE continuou responsável pela prestação dos serviços de captação, adução de água bruta e tratamento de água na região metropolitana do Rio de Janeiro, nos termos do CONTRATO DE INTERDEPENDÊNCIA celebrado entre a CONCESSIONÁRIA e a CEDAE, com a interveniência-anuência da AGÊNCIA REGULADORA e do ESTADO, sendo, portanto, a responsável pela qualidade da água fornecida à população da região e detentora de meios para realizar adequações eventualmente necessárias no processo de tratamento de água. A concessionária tem a obrigação de comprar a água produzida pela CEDAE para distribuí-la à população, podendo haver riscos de imagem decorrentes de eventual indisponibilidade hídrica e/ou problemas de má qualidade, incluindo a presença de geosmina na água.

O tratamento de esgoto envolve riscos associados à degradação do meio ambiente, caso o sistema apresente alguma falha. Se houver um transbordamento em uma estação de tratamento de esgoto e o esgoto não tratado atingir propriedades circunvizinhas ou mesmo cursos d'água, poderá haver danos à biodiversidade e à imagem da Companhia, além da possibilidade de sermos autuados com multas e penalizações pelos respectivos órgãos ambientais. Além disso, o lodo, subproduto dos tratamentos de água e esgoto, oferece sérios riscos ao meio ambiente, e por esta razão deve ter uma disposição final adequada que, normalmente, é a destinação a aterros sanitários controlados. Em alguns casos, estes aterros não estão localizados nos mesmos municípios em que se encontram as Estações de Tratamento de Esgoto, sendo necessário transportar o lodo para municípios próximos onde haja esse tipo de aterro, aumentando o risco do transporte desse material contaminado. Caso haja descontinuidade da prestação de serviços por esses aterros sanitários controlados que nos atendem, outras opções terão que ser estudadas, o que poderá implicar em aumento de custos operacionais da Companhia.

A ocorrência de um ou mais fatores acima poderá causar um efeito prejudicial relevante nos negócios e resultados da Companhia, tal como a contaminação de solo e/ou água utilizada.

Surtos de doenças transmissíveis em escala global, como foi a pandemia da COVID-19, podem acarretar efeitos adversos que podem levar a maior volatilidade no mercado de capitais global e à potencial desaceleração do crescimento da economia brasileira. A forma como esses efeitos podem impactar os negócios da Companhia são altamente incertos e imprevisíveis, podendo resultar em um efeito adverso relevante nos negócios, condição financeira, resultados das operações e fluxos de caixa da Companhia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Surtos ou potenciais surtos de doenças transmissíveis em escala nacional ou global podem ter um efeito adverso nos negócios e resultados das operações da Companhia. Historicamente, algumas epidemias e surtos regionais ou globais, como aqueles provocados pelo zika vírus, vírus ebola, vírus H5N5 (popularmente conhecido como gripe aviária), a febre aftosa, vírus H1N1 (influenza A, popularmente conhecida como gripe suína), a síndrome respiratória do oriente médio (MERS) e a síndrome respiratória aguda grave (SARS), afetaram determinados setores da economia dos países em que essas doenças se propagaram. Em 11 março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (“OMS”) declarou a pandemia da COVID-19, doença causada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2). Na prática, a declaração significou o reconhecimento pela OMS de que, desde então, o vírus se disseminou por diversos continentes com transmissão sustentada entre as pessoas.

A disseminação dessas doenças podem levar autoridades públicas e agentes privados em diversos países do mundo a adotarem uma série de medidas voltadas à contenção do surto, que podem incluir, entre outras medidas mais ou menos severas, medidas restritivas relacionadas a aglomerações e ao fluxo de pessoas, incluindo a instituição de quarentenas e lockdowns, restrições a eventos públicos, viagens e circulação de transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho, interrupções na cadeia de suprimentos, fechamento do comércio e redução de consumo de uma maneira geral pela população. Tais medidas podem impactar as operações das empresas e o consumo das famílias, e por consequência afetar as decisões de investimento e poupança, resultando em maior volatilidade nos mercados de capitais globais, além de potencial desaceleração do crescimento da economia brasileira, que tinha sido recentemente retomado.

Em relação à saúde dos seus colaboradores, a Companhia pode sofrer com dificuldade e/ou maiores custos para cumprimento das medidas relacionadas à saúde e à segurança dos seus funcionários, bem como de controle de jornada de trabalho dos funcionários em regime de teletrabalho, dentre outras normas trabalhistas impostas pelas autoridades competentes. Todas essas hipóteses podem gerar riscos trabalhistas, vir a afetar negativamente a produtividade e causar outras interrupções nos negócios da Companhia.

Com a disseminação de doenças em grande escala a Companhia pode, ainda, enfrentar restrições operacionais com relação a algumas ou todas as suas operações por períodos prolongados de tempo. Surtos de doenças também podem impossibilitar que os funcionários se dirijam às instalações da Companhia por tempo indeterminado (incluindo por prevenção ou por contaminação em larga escala de seus profissionais), o que prejudicaria ainda mais o regular desenvolvimento dos negócios da Companhia. Além disso, a Companhia poderá ter impactos materialmente adversos em seus negócios como resultado do impacto econômico nacional e global causado por surtos de doença no futuro, incluindo qualquer recessão, desaceleração econômica ou aumento nos níveis de desemprego no Brasil, que já ocorreram ou possam vir a ocorrer.

A Companhia não tem como assegurar que pandemias irão impactar os negócios e capacidade financeira de seus clientes, fornecedores e outros parceiros de negócios e cada uma de suas condições financeiras. Como consequência da desaceleração econômica do país em que atua, a Companhia pode ser procurada por seus clientes, fornecedores e parceiros para renegociação dos contratos existentes, o que poderá impactar negativamente o resultado esperado da Companhia, com possível aumento de inadimplência. Dessa forma, caso os clientes, fornecedores ou parceiros da Companhia venham a sofrer impactos adversos relevantes, a receita da Companhia poderá ser reduzida e, conseqüentemente, resultar em impacto adverso relevante na capacidade e resultados financeiros da Companhia.

A Companhia pode, ainda, enfrentar dificuldades para obtenção de novos financiamentos junto a instituições financeiras, renegociação de contratos de financiamento existentes ou outras eventuais restrições de caixa, o que pode comprometer, dificultar e/ou impossibilitar o cumprimento dos covenants financeiros aos quais está sujeita no âmbito de suas obrigações. Uma eventual restrição de caixa ou um vencimento antecipado dos contratos financeiros poderá afetar as operações e resultados da Companhia e o cumprimento de suas obrigações com terceiros. Para mais informações sobre os riscos relacionados aos contratos de financiamento, veja o fator de risco “nos termos de determinados contratos financeiros, a Companhia está sujeita a obrigações específicas, bem como restrições à sua capacidade de contrair dívidas adicionais”, neste item 4.1(a).

Por fim, na data deste Formulário de Referência, a Companhia não tinha conhecimento de eventos

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

comparáveis à pandemia da COVID-19 ou de outra pandemia global ou qualquer surto de doença e, por isso, não pode assegurar que futuramente, a presente avaliação será prejudicada, tampouco é possível assegurar que não haverá incertezas materiais na capacidade de a Companhia continuar operando seus negócios. A Companhia não é capaz de garantir que outros surtos regionais e/ou globais não acontecerão. E, caso aconteçam, a Companhia não pode garantir que será capaz de tomar as providências necessárias para impedir um impacto negativo nos seus negócios.

Portanto, os efeitos de quaisquer surtos de doenças regionais, nacionais ou globais no futuro, poderão resultar em um impacto adverso relevante nos negócios, condição financeira, resultados das operações e fluxos de caixa da Companhia.

Ainda, a Companhia também não pode garantir que os impactos da pandemia da COVID-19 possam precipitar ou agravar os outros riscos informados neste Formulário de Referência.

As apólices de seguros que a Companhia mantém podem ser insuficientes para cobrir eventuais sinistros.

A Companhia não pode garantir que suas apólices de seguro vigentes sejam adequadas e/ou suficientes em todas as circunstâncias ou contra todos os riscos inerentes às suas atividades considerando suas franquias, os limites máximos de indenização e as exceções de cobertura usuais para tais tipos de apólices (tais como atos de hostilidade e guerras, má fé, fraude, atos ilícitos, caso fortuito e de força maior ou interrupção de certas atividades).

Destaca-se que a Companhia contratou apólices de seguro de responsabilidade civil relativas (i) a reparações por danos materiais e/ou corporais causados a terceiros, com valor máximo em garantia e verba única de R\$ 64.000.000,00 (sessenta e quatro milhões de reais) por evento e de R\$ 96.000.000,00 (noventa e seis milhões de reais) e agregado anual, com vigência até 01/11/2022 e (ii) bem público sob concessão, representado pelas instalações do complexo do sistema público de abastecimento de água e esgoto sanitário do Estado do Rio de Janeiro denominado Lotes 1 e 4 , com valor máximo de R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais) e vigência até 01/11/2022.

Assim, na hipótese de ocorrência de quaisquer desses eventos não cobertos, ou caso o limite da cobertura de seguro contratada pela Companhia não seja suficiente para cobrir os riscos que a Companhia pode estar exposta, a Companhia poderá incorrer em custos adicionais para recomposição e/ou reforma de ativos danificados ou para indenizar terceiros prejudicados, o que poderá adversamente afetar os seus resultados operacionais. Ademais, pode haver divergência na avaliação dos ativos quando da regulação de um determinado sinistro.

A Companhia poderá sofrer intervenção do Tribunal de Contas do Estado, bem como questionamentos de terceiros em relação à validade do contrato de concessão e do leilão que o antecedeu.

Por meio de solicitação da Câmara Municipal ou de qualquer terceiro interessado, o Tribunal de Contas pode intervir durante toda a concessão para averiguação das condições da mesma. Uma eventual intervenção poderá acarretar a paralisação das atividades decorrentes do investimento, podendo, inclusive, implicar a anulação do contrato e perda do investimento realizado.

Além disso, a Companhia, em sua concessão, e o procedimento de licitação podem ser alvo de questionamentos de terceiros, incluindo do Ministério Público. A ocorrência de qualquer destes fatores poderá causar um efeito prejudicial relevante nos negócios e resultados da Companhia.

Os primeiros leilões de saneamento realizados sob a lei 14.026/20, que institui o Marco do Saneamento, têm gerado questionamentos e pedidos de impugnação dos editais – que podem evoluir para disputas na justiça. As críticas vêm tanto de municípios quanto das próprias empresas interessadas nos projetos. Por tal razão é possível que haja questionamentos em relação à concessão detida pela Companhia.

Por fim, em razão da Companhia se relacionar diretamente com entes públicos (poderes concedentes), decorrente da celebração de contratos de concessão e de parcerias público-privada, nós estamos sujeitos a investigações que podem requerer, nos termos da legislação aplicável, desde a anulação dos nossos contratos

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

de concessão (e/ou aditivos) até multas ou mesmo a proibição de contratar com entes públicos.

A Companhia está sujeita a investigações e fiscalizações por Comissões Parlamentares de Inquérito ("CPIs").

A Companhia está sujeita a fiscalizações e investigações por CPIs que eventualmente sejam instauradas por Câmaras Municipais ou Assembleias Legislativas dos municípios e estados, respectivamente, em que presta serviço, sendo usual que os administradores da Companhia objeto da fiscalização e/ou investigação sejam convocados para prestar esclarecimentos.

As CPIs exercem função de fiscalização, visando à informação, ao esclarecimento, à sindicância e averiguação de supostos fatos irregulares. Seu objetivo é indagar, inquirir, sindicatar as atividades públicas. O encerramento de uma CPI não possui caráter punitivo, mas poderá, no caso de conclusões adversas, ensejar recomendações a outras autoridades competentes (Ministério Público, Tribunais de Contas, e/ou Agências Reguladoras), para instauração os competentes processos administrativos ou judiciais em face da Companhia.

As CPIs e eventuais procedimentos administrativos ou judiciais delas decorrentes e que sejam relevantes para os negócios da Companhia serão devidamente divulgados no item 4.3 do Formulário de Referência.

O contrato de concessão da Companhia poderá ser rescindido unilateralmente em determinadas circunstâncias.

A prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário depende de concessões específicas outorgadas pelo poder público ou de parcerias público-privadas. Em virtude de certas prerrogativas que são atribuídas aos entes da administração pública com os quais a Companhia firmou o contrato de concessão, estes entes têm o direito de rescindir unilateralmente o contrato de concessão antes de seu termo final, em caso de relevante interesse de ordem pública, após os devidos processos administrativos aplicáveis em que são observadas as prerrogativas de ampla defesa por parte das concessionárias (encampação de serviços).

Os entes da administração pública também podem recorrer à via arbitral para resolver qualquer questão relacionada à concessão da Companhia, além de poder rescindir unilateralmente o contrato de concessão por motivo de descumprimento de obrigação contratual pela Companhia, prerrogativa conhecida como declaração de caducidade. Em ambas as hipóteses, os entes da administração pública estarão obrigados a indenizar a Companhia pelos investimentos vinculados aos bens reversíveis ainda não depreciados ou amortizados. A indenização também é observada na hipótese de encampação pelos danos que comprovadamente incorridos em virtude de revogação, observado que, na hipótese de declaração de caducidade, mediante extinção do contrato de concessão em razão da inadimplência comprovada da concessionária, estas últimas estarão sujeitas à imposição de eventuais penalidades contratuais aplicáveis caso a caso, dependendo da natureza e gravidade do ato que deu origem à caducidade nos termos previstos pelo contrato de concessão, pelo edital e pela legislação aplicável.

Em resumo, seguem abaixo as principais hipóteses de rescisão unilateral do contrato de concessão:

- (i) **Caducidade**: inexecução total ou parcial reiterada do contrato que cause efetivos prejuízo à execução dos serviços públicos, podendo ocorrer pelos seguintes motivos: (a) perda das condições econômicas, técnicas e operacionais para manter a adequada prestação dos serviços; (b) caso a concessionária atinja IDG abaixo de 0,9 por 2 anos consecutivos ou 3 vezes não consecutivas em 5 anos; (c) transferência da concessão sem autorização da concedente; (d) reiterado descumprimento das obrigações contratuais; (e) Inadimplemento do valor da outorga fixa ou variável por prazo superior a 30 dias; (f) descumprimento do cronograma de investimento em tempo seco por 3 anos, consecutivos ou não; (g) onerosidade dos bens reversíveis para operações de financiamento e (h) reincidência no descumprimento injustificado de metas previstas no contrato.
- (ii) **Caso fortuito ou força maior**;

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

- (iii) Encampação: retomada da concessão pelo Estado em razão de interesse público devidamente justificado;
- (iv) Anulação; e
- (v) Falência, liquidação ou extinção da concessionária.

A Companhia está sujeita a determinadas metas estabelecidas no âmbito do contrato de concessão que deverão ser cumpridas nos prazos estabelecidos. O não cumprimento destas metas poderá ter um impacto adverso relevante nos negócios e resultados da Companhia.

O contrato de concessão da Companhia prevê determinadas metas que deverão ser cumpridas em prazos estabelecidos. Dentre as metas de atendimento global estabelecidas, constam o atendimento de 99% da população com abastecimento de água e 90% com esgotamento sanitário, dentro de prazos calculados de acordo com uma regra que leva em consideração a taxa de atendimento atual e da população urbana de cada município, não devendo ultrapassar o ano de 2033. A meta de perda de água total é de 25%, sendo que essa meta deve ser atingida no décimo ano de operação.

Abaixo elencamos as metas previstas no contrato de concessão. Ressalta-se que a Companhia iniciou suas operações em novembro de 2021 e as metas são de longo prazo.

(i) Metas de Atendimento

As metas de atendimento estabelecidas no Projeto são de 99% para o sistema de abastecimento de água e de 90% para o sistema de esgotamento sanitário no ano 12. As metas foram definidas para as áreas urbanas dos municípios a serem atendidos, inclusive as áreas de favelas, aglomerados subnormais e áreas de especial interesse social, somente estando excluídas das metas as áreas definidas pelo poder público como inelégíveis para investimento

| Cobertura de água para o bloco 4 (%) | | | | | | | | | | | |
|--|------------------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|--------|--------|------------------|
| Município | No começo da concessão | Ano 3 | Ano 4 | Ano 5 | Ano 6 | Ano 7 | Ano 8 | Ano 9 | Ano 10 | Ano 11 | Ano 12 em diante |
| Belford Roxo | 78 | 82 | 85 | 87 | 89 | 92 | 94 | 97 | 99 | 99 | 99 |
| Duque de Caxias | 84 | 87 | 89 | 91 | 92 | 94 | 96 | 97 | 99 | 99 | 99 |
| Japeri | 72 | 86 | 92 | 99 | 99 | 99 | 99 | 99 | 99 | 99 | 99 |
| Mesquita Nilópolis | 96 | 97 | 97 | 98 | 98 | 98 | 98 | 98 | 99 | 99 | 99 |
| Nova Iguaçu | 97 | 98 | 98 | 98 | 98 | 98 | 98 | 99 | 99 | 99 | 99 |
| Queimados | 90 | 92 | 93 | 94 | 95 | 96 | 97 | 97 | 98 | 99 | 99 |
| Rio de Janeiro - Região 4 | 84 | 92 | 95 | 99 | 99 | 99 | 99 | 99 | 99 | 99 | 99 |
| São João de Meriti | 95 | 96 | 97 | 97 | 98 | 98 | 98 | 99 | 99 | 99 | 99 |
| | 92 | 93 | 94 | 95 | 96 | 97 | 97 | 97 | 98 | 99 | 99 |
| Cobertura de esgoto para o bloco 4 (%) | | | | | | | | | | | |
| Município | No começo da concessão | Ano 3 | Ano 4 | Ano 5 | Ano 6 | Ano 7 | Ano 8 | Ano 9 | Ano 10 | Ano 11 | Ano 12 em diante |
| Belford Roxo | 39 | 39 | 39 | 39 | 46 | 53 | 61 | 68 | 75 | 83 | 90 |
| Duque de Caxias | 43 | 44 | 44 | 44 | 51 | 57 | 64 | 70 | 77 | 83 | 90 |
| Japeri | 0 | 45 | 68 | 90 | 90 | 90 | 90 | 90 | 90 | 90 | 90 |
| Mesquita | 48 | 48 | 48 | 48 | 54 | 60 | 66 | 72 | 78 | 84 | 90 |
| Nilópolis | 33 | 33 | 33 | 33 | 41 | 49 | 57 | 66 | 74 | 82 | 90 |

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

| | | | | | | | | | | | | |
|---------------------------|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|
| Nova Iguaçu | 46 | 48 | 48 | 48 | 54 | 60 | 66 | 72 | 78 | 84 | 90 | |
| Queimados | 42 | 66 | 78 | 90 | 90 | 90 | 90 | 90 | 90 | 90 | 90 | |
| Rio de Janeiro - Região 4 | | 75 | 75 | 75 | 75 | 77 | 79 | 81 | 84 | 86 | 88 | 90 |

(ii) Metas de Perda de Água e Hidrometração

A meta de perda de água total (perda física e perda aparente) é de 25%, sendo esta meta aferida a partir do 5º ano do Contrato. Considerou-se a diminuição linear durante 10 anos, sendo a meta de redução de perdas aferida anualmente.

O índice de hidrometração esperado é de 100% para todas as localidades, para ser alcançado gradualmente em 5 anos a partir da assunção do sistema, sem, contudo, ser este parâmetro um Indicador de desempenho.

Destaca-se que os indicadores de desempenho variam de acordo com cada município, conforme tabela a seguir.

| Índice de perdas de água para o bloco 4 (%) | | | | | | | |
|---|------------------------|-------|-------|-------|-------|-------|------------------|
| Município | No começo da concessão | Ano 5 | Ano 6 | Ano 7 | Ano 8 | Ano 9 | Ano 10 em diante |
| Belford Roxo | 46 | 37 | 34 | 32 | 30 | 27 | 25 |
| Duque de Caxias | 39 | 33 | 31 | 30 | 28 | 27 | 25 |
| Japeri | 53 | 41 | 38 | 34 | 31 | 28 | 25 |
| Mesquita | 48 | 38 | 35 | 33 | 30 | 28 | 25 |
| Nilópolis | 38 | 32 | 31 | 29 | 28 | 26 | 25 |
| Nova Iguaçu | 43 | 35 | 33 | 31 | 29 | 27 | 25 |
| Queimados | 38 | 32 | 31 | 29 | 28 | 26 | 25 |
| Rio de Janeiro - Região 4 | 35 | 31 | 29 | 28 | 27 | 26 | 25 |
| São João de Meriti | 40 | 31 | 29 | 27 | 25 | 25 | 25 |

(iii) Coletor de Tempo Seco

Nas seguintes localidades se prevê a construção de coletores de tempos seco, a serem implantados nos 5 primeiros anos de concessão e operação a contento durante todo o período de concessão: Rio de Janeiro, Belford Roxo, Duque de Caxias, Mesquita, Nilópolis e Nova Iguaçu respectivos distritos. Nas localidades dos referidos municípios, o Contrato de Concessão propõe um adiamento da ampliação do sistema de esgotamento sanitário (*delay*) de 5 anos, mantendo-se apenas o crescimento inercial, enquanto o sistema de coletor de tempo seco esteja em implantação.

Além das metas previstas acima, a Companhia possui uma obrigação contratual de elaborar um plano de ação para as áreas irregulares e não urbanizadas em, no máximo, 180 dias contados da celebração do termo de transferência do sistema, informando como pretende avançar com os investimentos nas regiões definidas em comum acordo, priorizando, sempre que possível, investimentos no sistema de esgotamento sanitário, podendo ser implantadas soluções alternativas ao sistema separador absoluto, nos locais onde a implantação de tal sistema for tecnicamente inviável.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Eventual descumprimento das metas estabelecidas pelo Poder Público poderá ter um impacto adverso relevante nos negócios e resultados da Companhia, sendo previstas multas no Contrato de Concessão, bem como a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública no caso de descumprimento reiterado.

A Companhia está exposta a riscos associados ao fornecimento de serviços públicos de água e coleta de esgoto.

Com base no contrato de concessão firmado pela Companhia, a Companhia possui a obrigação de alcançar certas metas de atendimento e, neste sentido, de continuar a prover os serviços de fornecimento de água e esgotamento sanitário a clientes que possuem valores devidos em atraso e que podem não efetuar os pagamentos em bases regulares. Nestes casos, a Companhia não pode assegurar quando haverá o pagamento pelos serviços prestados, e caso o número de consumidores inadimplentes aumente no futuro, o fluxo de caixa, resultados operacionais e situação financeira poderão ser adversamente afetados. Mesmo sem receber os valores devidos pelos clientes, a Companhia continuará sujeita aos custos relacionados à prestação dos serviços públicos de fornecimento de água e tratamento de esgoto, sendo que há o risco de que tais despesas não consigam ser repassadas em sua totalidade aos clientes.

As tarifas cobradas pela Companhia poderão não ser elevadas de modo a acompanhar os respectivos encargos ou aumentos da inflação e das despesas operacionais, inclusive tributos, ou não serem elevadas em tempo hábil, devido a restrições legais e contratuais que impedem a Companhia de repassar aos seus clientes os aumentos em sua estrutura de custos.

Além disso, são permitidos reajustes periódicos previstos no contrato de concessão, atrelados a índices inflacionários, bem como revisões extraordinárias resultantes do mecanismo de equilíbrio econômico-financeiro. Essas alterações das tarifas podem estar sujeitas à aprovação ou homologação do poder concedente, não sendo possível assegurar que esta aprovação seguirá da maneira planejada.

A Companhia está sujeita a falhas na segurança cibernética, tecnologia da informação, tecnologia operacional e sistemas de telecomunicações que podem afetar adversamente seus negócios e reputação

Falhas na segurança cibernética, tecnologia da informação, tecnologia operacional e sistemas de telecomunicações, sejam elas causadas por quaisquer motivos, acidentes ou ataques cibernéticos, poderão impactar negativamente os negócios da Companhia, com impactos em muitos de seus processos, sistemas, controles internos, além do risco de vazamento e perda da integridade de dados e informações confidenciais.

A Companhia pode ser alvo dos mais diversos tipos de tentativas de ataques cibernéticos, que poderão resultar no acesso não autorizado a sistemas de tecnologia da informação e tecnologia operacional da Companhia.

Os controles e processos de segurança cibernética, de tecnologia da informação, tecnologia operacional e dos sistemas de telecomunicações poderão apresentar falhas ou não serem suficientes para impedirem que tentativas se concretizem em ataques, podendo estes causar efeitos adversos significativos nos negócios da Companhia. A interrupção de processos e controles críticos de segurança e a violação de dados também poderão ter impactos significativos sobre os negócios da Companhia, podendo se estender à sua reputação.

A Companhia está sujeita a leis e regulamentos relativos à proteção e privacidade de dados, incluindo o Regulamento Geral de Proteção de Dados da União Europeia (GDPR) para determinados casos e à Lei Brasileira nº 13.709 (Lei Geral de Proteção de Dados ou LGPD). Qualquer descumprimento dessas leis e regulamentos pode resultar em processos ou ações contra a Companhia, a imposição de multas ou penalidades ou danos à reputação, o que poderá ter um efeito adverso sobre a Companhia e seus negócios.

A Companhia está sujeita a riscos relacionados ao regime de trabalho de trabalhadores próprios e terceirizados

A Companhia possui grande parcela de seus colaboradores trabalhando fora das dependências da

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Companhia de forma parcial ou integral, assim como em diversas empresas prestadoras de serviços para a Companhia.

A ampliação do trabalho remoto parcial ou integral pode aumentar certos riscos relacionados à segurança cibernética, tecnologia da informação, tecnologia operacional e sistemas de telecomunicações, bem como o risco de vazamento de informações sensíveis, confidenciais, não autorizada e informações pessoais. A ocorrência desses fatores poderá causar riscos para os negócios da Companhia bem como para sua reputação.

Além disso, com a ampliação das formas de trabalho remoto, a Companhia poderá ficar exposta a processos judiciais de empregados próprios e terceirizados com reivindicações relacionadas a horas extras não pagas e outras relacionadas ao trabalho remoto. Esses riscos poderão impactar negativamente os negócios da Companhia bem como sua reputação.

Um período prolongado de acordos de trabalho remoto também pode aumentar os riscos operacionais, incluindo, entre outros, riscos de segurança cibernética, o que pode prejudicar a capacidade da Companhia de gerenciar seus negócios. A Companhia não pode garantir que será capaz de tomar todas as providências necessárias para impedir um impacto negativo em seus negócios.

(b) Riscos relacionados aos controladores, diretos e indiretos, da Companhia

A Companhia entende não possuir fatores de risco relacionados a seus controladores, diretos ou indiretos, ou grupo de controle.

(c) Riscos relacionados aos acionistas da Companhia

As debêntures da 1ª emissão da Companhia estão submetidas a um índice de Dívida Financeira Líquida/EBITDA da acionista Aegea Saneamento menor ou igual a 3,5 vezes, apurado trimestralmente, calculado com base em 12 meses, a partir das demonstrações financeiras auditadas ou revisadas, conforme o caso, da Aegea Saneamento. Maiores informações podem ser encontradas nos itens 10.1.f e 18.5 deste Formulário de Referência.

Dessa forma, caso a Aegea Saneamento descumpra o índice acima, a Companhia estará exposta ao risco de declaração do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das debêntures da 1ª emissão..

(d) Riscos relacionados às controladas e coligadas da Companhia

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui controladas ou coligadas.

(e) Riscos relacionados aos fornecedores da Companhia

Eventuais interrupções no fornecimento de energia elétrica poderão ter efeito adverso sobre as atividades da Companhia.

A energia elétrica é um insumo essencial para as operações da Companhia, já que praticamente 100% da água distribuída e do esgoto coletado e tratado são bombeados, sendo elétrico o acionamento dos motores que impulsionam as bombas.

Eventuais interrupções e racionamentos relevantes do fornecimento de energia poderão ter um considerável efeito negativo no desenvolvimento das operações da Companhia, além de causar danos consideráveis aos sistemas de água e esgoto quanto da retomada das operações, bem como custos não previstos. Além disso, os cortes ou racionamentos de energia elétrica podem afetar o consumo de água, o que poderá causar um efeito prejudicial nos negócios e resultados da Companhia.

Como a CEDAE figura como fornecedora exclusiva de água tratada para a região metropolitana do Rio de Janeiro, conforme descrito no item 4.1. "a" deste Formulário, cabendo à Companhia a distribuição desta água à população, pode haver falha relevante nessa prestação de serviços pelo fornecedor, o que pode levar a

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Companhia a incorrer em custos de investimento, de operação e de manutenção maiores do que os estimados e, também, em poluição ou contaminação das fontes de captação, o que pode gerar impactos operacionais e financeiros à Companhia, além de danos à sua imagem e reputação.

(f) Riscos relacionados aos clientes da Companhia

A Companhia pode enfrentar dificuldades na arrecadação de volumes significativos de contas vencidas e não pagas de seus usuários, incluindo entes públicos.

Os tribunais brasileiros têm o direito de obrigar a Companhia a continuar a fornecer água a entes públicos, mesmo quando a Companhia não tenha recebido os pagamentos devidos. A Companhia não tem como garantir que as negociações com esses entes ou a ação legal eventualmente tomada contra eles resultarão em pagamentos, o que pode afetar adversamente a sua condição financeira.

(g) Riscos relacionados ao setor da economia que a Companhia atua

Os riscos relacionados ao setor de atuação da Companhia estão abordados nos riscos relacionados à Companhia e aos riscos relacionados à regulação do setor em que a Companhia atua.

(h) Riscos relacionados ao setor da economia que a Companhia atua

A Lei de Saneamento Básico ainda está em processo de implementação e interpretação. As respectivas agências reguladoras existentes possuem o dever de implementar regulamentos sob a égide da Lei de Saneamento Básico. A incerteza regulatória atual, e qualquer uma das alterações recentemente propostas ou a serem propostas podem ter um efeito adverso sobre os negócios da Companhia.

Apesar da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, conforme alterada (“Lei de Saneamento Básico”), estar em vigor desde o início de 2007 e do Decreto Federal nº 7.217 ter sido promulgado em meados de 2010, a plena implementação e regulamentação de pontos previstos pela Lei de Saneamento Básico permanecem pendentes tendo o Projeto de Lei 1414/21 prorrogado, em razão da pandemia do coronavírus, alguns dos prazos previstos no marco regulatório.

A Lei de Saneamento Básico atribui aos entes da federação a atribuição de criação de entidades reguladoras independentes, com a responsabilidade de regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico, incluindo a regulação tarifária.

Não é possível prever quais poderão ser os efeitos e eventuais alterações nas legislações estaduais e municipais à luz da Lei de Saneamento Básico sobre os negócios e operações da Companhia.

A Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020, atualiza o marco legal do saneamento básico e altera a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, para atribuir à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) competência para editar normas de referência sobre o serviço de saneamento, a Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, para vedar a prestação por contrato de programa dos serviços públicos de que trata o art. 175 da Constituição Federal, a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para aprimorar as condições estruturais do saneamento básico no País, a Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015 (Estatuto da Metrópole), para estender seu âmbito de aplicação às microrregiões, e a Lei nº 13.529, de 4 de dezembro de 2017, para autorizar a União a participar de fundo com a finalidade exclusiva de financiar serviços técnicos especializado, dentre outros temas. A Companhia está acompanhando a implementação e aplicação da lei e não pode garantir que haverá impactos em suas operações, especialmente no que diz respeito à criação de uma regulação federal.

O não cumprimento às legislações e regulações ambientais pode gerar impactos operacionais e financeiros à Companhia.

A prestação de serviços de abastecimento de água, de coleta e tratamento de esgotos pela Companhia está sujeita à rígida legislação federal, estadual e municipal relativa à preservação ambiental e proteção da saúde humana. Tais leis e regulamentos estabelecem, por exemplo, padrões de potabilidade de água e limitam ou proíbem o lançamento de efluente produzido decorrente das atividades da Companhia, principalmente o

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

esgoto não tratado.

A não observância dessas leis e regulamentos pode resultar, além da obrigação de reparar danos ambientais eventualmente causados, na aplicação de sanções de natureza penal e administrativa, com possibilidade da perda da concessão de sistemas, embargo de obras e das atividades que estejam causando os danos.

A regulamentação de natureza ambiental e de proteção à saúde está cada vez mais rigorosa, podendo gerar aumento nos custos da Companhia, em decorrência da necessidade de investimentos e custos de conformidade ambiental, e no passivo da Companhia. Adicionalmente, problemas na liberação ou ausência de liberação de licenças pelos órgãos ambientais, que são necessárias para todo o empreendimento a ser realizado pela Companhia podem gerar atrasos na execução de projetos e obras, demandas judiciais, multas, suspensão de atividades, pedidos de financiamentos indeferidos, com consequentes prejuízos para a Companhia.

(i) Riscos relacionados aos países estrangeiros em que a Companhia atua

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não atua em países estrangeiros.

(j) Riscos relacionados a questões socioambientais

Responsabilização Ambiental

A responsabilidade ambiental pode ocorrer em três esferas diversas e independentes: (i) administrativa; (ii) cível; e (iii) criminal.

No que se refere à responsabilidade administrativa, toda ação ou omissão que importe na violação de norma de preservação ao meio ambiente decorrente de culpa ou dolo, independentemente da efetiva ocorrência de dano ambiental, é considerada infração administrativa ambiental. As infrações administrativas são punidas com: advertência; multa simples no valor de até R\$ 50 milhões; multa diária; suspensão parcial ou total das atividades; restrição de direitos; entre outras.

Na esfera civil, os danos ambientais implicam responsabilidade objetiva e solidária. Isto significa que a obrigação de reparar a degradação causada poderá afetar a todos, direta ou indiretamente envolvidos, independentemente da comprovação de culpa dos agentes, bastando a demonstração do nexo de causalidade, podendo um dos agentes responder pelo dano ambiental de forma integral. Como consequência, quando a Companhia contrata terceiros para proceder a qualquer intervenção nas suas operações, como a disposição final de resíduos, não está isenta de responsabilidade por eventuais danos ambientais causados por estes terceiros contratados. Adicionalmente, a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, conforme alterada ("Lei de Crimes Ambientais") prevê a possibilidade de desconsideração da personalidade jurídica, relativamente à pessoa jurídica causadora da infração ambiental, sempre que essa for obstáculo ao ressarcimento dos danos causados ao meio ambiente.

A responsabilidade penal por crimes ambientais é subjetiva, o que significa que o infrator só será penalizado se agir com culpa. A Lei de Crimes Ambientais prevê a responsabilização de todos aqueles que, de qualquer forma, concorrem para a prática de crimes contra o meio ambiente, sendo cada qual penalizado na medida de sua culpabilidade. Tal lei prevê, ainda, a responsabilidade da pessoa jurídica, a qual não exclui a das pessoas físicas. A Lei de Crimes Ambientais prevê as seguintes penalidades para pessoas jurídicas: I - multa; II - restritivas de direitos; e/ou III - prestação de serviços à comunidade.

Os custos para cumprir com a legislação atual e futura relacionada à proteção do meio ambiente, saúde e segurança, e eventuais contingências provenientes de danos ambientais e a terceiros afetados, ou nos termos indicados acima, poderão ter um efeito adverso sobre os negócios da Companhia, sua imagem, seus resultados operacionais e sua atual situação financeira.

Considerando que parte da infraestrutura atualmente operada pela CEDAE e que será transferida para a Companhia não possui a regularidade ambiental, o Contrato de Concessão estabelece que pode ser necessário o licenciamento parcial (a partir da Licença de Instalação) ou o requerimento de autorizações a título precário até a efetiva regularização, observando as normas e diretrizes ambientais aplicáveis. A

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Companhia, portanto, despenderá tempo e incorrerá em custos na produção de estudos ambientais, bem como outras medidas necessárias para melhoria e adequação da infraestrutura à legislação ambiental.

Destaque-se que a emissão/renovação das licenças e autorizações ambientais pode levar um tempo significativo, por conta da análise das agências governamentais ou outras autoridades, causando efeitos adversos nos negócios e resultados da Companhia. A demora ou indeferimento, por parte dos órgãos ambientais licenciadores, na emissão ou na renovação de licenças, assim como eventual impossibilidade da Companhia em cumprir as exigências impostas por tais órgãos ambientais no curso do processo de licenciamento ambiental, poderão prejudicar as atividades desenvolvidas pela Companhia, podendo afetar adversamente os seus resultados operacionais. Adicionalmente, a inobservância da legislação socioambiental ou das obrigações assumidas pela Companhia por meio da celebração de termos de ajustamento de conduta, termos de cooperação, ou acordos judiciais poderá causar impacto negativo relevante nas licenças outorgadas, bem como na imagem, receitas e resultados operacionais da Companhia.

(k) Fatores macroeconômicos

O Governo Federal exerceu e continua a exercer influência significativa sobre a economia brasileira. Essa influência e a conjuntura econômica brasileira poderão afetar adversamente os negócios, condição financeira e resultado das operações da Companhia.

A economia brasileira tem sido marcada por frequentes e, por vezes, significativas intervenções do Governo Federal, que afetam as políticas monetária, de crédito, fiscal e outras. Estes fatores podem causar desequilíbrio nas expectativas do mercado e desestabilização na economia e, assim, podendo afetar a Companhia.

Os negócios, a situação econômico-financeira e os resultados operacionais poderão vir a ser adversamente afetados em razão de modificações nas políticas ou normas que envolvam ou afetem outros fatores, tais como:

- flutuações cambiais;
- controles cambiais e restrições a remessas ao exterior, tais como os que foram impostos em 1989 e no início de 1990;
- inflação;
- dívida pública;
- políticas monetárias;
- instabilidade econômica e social;
- flutuações nas taxas de juros;
- liquidez no mercado doméstico financeiro e de capitais e mercados de empréstimos;
- escassez de energia elétrica ou outras alterações nos preços da eletricidade;
- política tributária, inclusive tratados internacionais em matéria tributária; e
- outras políticas e eventos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem.

A incerteza quanto à implementação de mudanças por parte do Governo Federal nas políticas ou normas que venham a afetar esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para aumentar a volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro e dos valores mobiliários emitidos no exterior por Companhias brasileiras.

O Brasil já teve índices de inflação extremamente elevados e, somado as ações do Governo Federal em relação a política monetária, produziram efeitos devastadores na economia, com juros altos e uma incerteza recorrente da situação do passado. O teto da meta para a inflação em 2022 está em 5,25% a.a. enquanto as expectativas de inflação para 2022, 2023 e 2024 apuradas pelo Relatório de Mercado Focus de 02 de maio de 2022 encontram-se em torno de 7,89%, 4,10% e 53,20%, respectivamente.

Em sua reunião realizada nos dias 15 e 16 de março de 2022, o Copom registrou que o cenário externo se deteriorou substancialmente por causa do conflito entre Rússia e Ucrânia e o choque de oferta decorrente

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

do conflito tem o potencial de exacerbar as pressões inflacionárias que já vinham se acumulando tanto em economias emergentes quanto avançadas. A maioria das commodities teve avanços relevantes em seus preços, em particular as energéticas, o que somado à reorganização das cadeias de produção globais, com a criação de redundâncias na produção e no suprimento de insumos e mudança no tratamento dos estoques de bens (no sentido de se deter maiores estoques), podem ter consequências de longo prazo e se traduzir em pressões inflacionárias mais prolongadas na produção global de bens. Ainda segundo o Copom, as diversas medidas de inflação subjacente apresentam-se acima do intervalo compatível com o cumprimento da meta. As projeções de inflação do Copom situam-se em torno de 7,1% para 2022 e 3,4% para 2023. Esse cenário supõe trajetória de juros que se eleva para 12,75% a.a. em 2022 e reduz-se para 8,75% a.a. em 2023.

Vale ressaltar que podem ocorrer alterações inflacionárias, aumentos e na taxa de juros, que podem ocorrer, bem como quaisquer outras pressões nos custos e despesas e aumento da inadimplência, sendo que estes impactos na Companhia, podem não ser integralmente passíveis umde repasse imediato nos preços cobrados pelos usuários. Na hipótese desses aumentos não serem integralmente repassados, os custos, despesas operacionais e despesas financeiras da Companhia poderão aumentar e, eventualmente, reduzir sua margem de lucro, o que poderá afetar negativamente a condição financeira, a capacidade de geração de caixa e os resultados da Companhia.

Além disso, as tarifas de abastecimento de água e de tratamento de esgoto são calculadas conforme fórmula paramétrica estabelecida no Contrato de Concessão. Os reajustes contratuais poderão apresentar descasamento em relação aos contratos de fornecimento de insumos e de prestadores de serviços para a operação da Companhia, podendo ocasionar pressões no fluxo de caixa e no resultado operacional.

A instabilidade política e econômica no Brasil pode afetar adversamente os negócios da Companhia, resultados de suas operações.

O ambiente político brasileiro influenciou historicamente e continua influenciando o desempenho da economia do país. As crises políticas afetaram e continuam afetando a confiança dos investidores e do público em geral, resultando em desaceleração econômica e aumento da volatilidade dos títulos emitidos por empresas brasileiras.

A recente instabilidade econômica no Brasil contribuiu para a redução da confiança do mercado na economia brasileira e para o agravamento da situação do ambiente político interno. Além disso, os mercados brasileiros tiveram um aumento na volatilidade devido às incertezas decorrentes de várias investigações em andamento sobre acusações de lavagem de dinheiro e corrupção conduzidas pela Polícia Federal brasileira e pelo Ministério Público Federal. A Companhia não tem controle e não pode prever se investigações ou denúncias em andamento levarão a uma maior instabilidade política e econômica ou se novas alegações contra funcionários do governo e/ou empresas surgirão no futuro.

Além disso, como resultado de uma disputada eleição presidencial, o congressista Jair Bolsonaro se tornou o presidente do Brasil em 1º de janeiro de 2019. Não está claro por quanto tempo as divisões políticas que surgiram antes e durante a eleição continuarão sob a presidência do Sr. Bolsonaro e os efeitos que tais divisões terão sobre a governabilidade e a capacidade do governo de implementar reformas. Tais divisões poderiam resultar em impasse no Congresso, agitação política e manifestações massivas e/ou greves que poderiam afetar adversamente o cenário político e econômico do Brasil, e, portanto, as operações da Companhia. Além das críticas ao governo no Brasil e internacionalmente, os efeitos desestabilizadores da pandemia da COVID-19 aumentaram a incerteza política e a instabilidade no Brasil.

A economia brasileira experimentou uma queda acentuada nos últimos anos devido, em parte, às políticas econômicas e monetárias intervencionistas do governo brasileiro e à queda global nos preços das commodities. O atual governo federal brasileiro deve propor termos gerais de reforma fiscal para estimular a economia e reduzir o déficit orçamentário previsto, mas é incerto se o governo brasileiro será capaz de reunir o apoio necessário no Congresso brasileiro para aprovar reformas específicas adicionais. A incerteza sobre se o governo brasileiro implementará mudanças na política ou regulamentação que afetem esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil. Historicamente, o cenário político no Brasil influenciou o desempenho da economia brasileira. Em particular, crises políticas afetaram a confiança dos investidores e do público em geral, o que afetou adversamente o desenvolvimento econômico no Brasil.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A incerteza política e econômica e quaisquer novas políticas ou mudanças nas políticas atuais podem ter um efeito adverso relevante sobre os negócios, resultados operacionais, situação financeira e perspectivas da Companhia.

Certos acontecimentos, como atos de guerra e outros conflitos, guerra civil, protestos, instabilidade política, instabilidade diplomática, suborno e corrupção bem como quaisquer outros tipos de eventos que alterem a percepção do risco em outros países poderão afetar negativamente a economia brasileira e os negócios da Companhia

A economia brasileira e as companhias brasileiras têm sido em diferentes intensidades, impactadas pelas condições econômicas e de mercado de outros países, bem como pelas reações dos investidores com relação a essas condições. A oferta de crédito a empresas brasileiras é influenciada pelas condições econômicas e de mercado no Brasil e, em graus variáveis, pelas condições de mercado de outros países, principalmente países da América Latina, China, México e outros países em que o novo governo está buscando estabelecer relações comerciais que antes não existiam. A cadeia de suprimentos também é influenciada pelas condições de mercado e estabilidade política, civil e financeira de outros países.

Acontecimentos ou condições de outros países, historicamente, já afetaram significativamente a disponibilidade de crédito na economia brasileira e resultaram em consideráveis saídas de recursos e queda no volume de investimentos estrangeiros no Brasil. Efeito semelhante ou até pior pode acontecer dado o recente conflito entre Rússia e Ucrânia, que já levou a um aperto significativo das condições financeiras e aumento da incerteza em torno do cenário econômico mundial, com deterioração substancial do ambiente de negócios em todo o mundo. Na publicação deste Formulário de Referência, a Administração da Companhia, no seu melhor entendimento, não pode mensurar possíveis impactos significativos do conflito entre Rússia e Ucrânia para seus negócios. No entanto, a Administração reforça que não há como garantir que esse conflito ou que futuros acontecimentos e conflitos em outros países, bem como as medidas a serem adotadas pelos governos desses países, não afetarão a oferta de crédito nos mercados local e internacional, a cadeia de suprimentos e outros fatores que possam efeitos negativos na economia brasileira e nos resultados da Companhia.

Considerando-se que a Companhia atua em setor que exige investimentos significativos, caso o seu acesso aos mercados de capitais e de crédito seja limitado de forma direta ou indireta pelos conflitos acima ou por quaisquer outros fatores, esta poderá enfrentar dificuldades para cumprir seu plano de investimentos e refinar suas obrigações, afetando de forma negativa seus resultados e condição financeira.

A instabilidade cambial pode prejudicar a economia brasileira e, conseqüentemente, a Companhia.

A moeda brasileira ("Real") tem sofrido forte oscilação com relação à moeda norte-americana ("Dólar") e outras moedas fortes ao longo das últimas quatro décadas. Durante todo esse período, o governo federal implementou diversos planos econômicos e utilizou diversas políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, minidesvalorizações periódicas, sistemas de mercado de câmbio flutuante, controles cambiais e mercado de câmbio duplo. Desde 1999, o Brasil adotou um sistema de câmbio flutuante com intervenções do Banco Central na compra ou venda de moeda estrangeira. De tempos em tempos, houve flutuações significativas da taxa de câmbio entre o Real e o Dólar e outras moedas.

Em 29 de dezembro de 2017, a taxa de câmbio Real/Dólar estava R\$ 3,31 e aumentou para R\$ 3,88 no final de dezembro de 2018. Em R\$ 4,00 foi rompido em 2019, encerrando 31 de dezembro de 2019, a taxa de câmbio Real/Dólar passou para R\$ 4,03 e ao final de dezembro de 2020 a taxa passou para R\$ 5,20, encerrando 31 de dezembro de 2021 em R\$ 5,58. Não se pode assegurar que a desvalorização ou a valorização do Real frente ao Dólar e outras moedas não terá um efeito adverso para as atividades da Companhia.

A desvalorização do Real pode criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil e acarretar aumentos das taxas de juros, podendo afetar de modo negativo a economia brasileira como um todo e os resultados da Companhia, por conta da retração no consumo e do aumento dos custos da Companhia. Por outro lado, a valorização do Real pode levar à deterioração das contas correntes do país e da balança de pagamentos, bem como a um enfraquecimento no crescimento do produto interno bruto gerado pela exportação. A Companhia

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

não exerce quaisquer influências sobre a política cambial adotada no Brasil e nem dispõe da capacidade de prevê-la. O negócio, situação financeira, resultados operacionais e perspectivas da Companhia poderão ser afetados negativamente por mudanças em tais políticas cambiais.

Alterações na legislação tributária do Brasil poderão afetar adversamente os resultados operacionais da Companhia.

O Governo Federal regularmente implementa alterações no regime fiscal que afetam a Companhia. Estas alterações incluem mudanças nas alíquotas e, ocasionalmente, a cobrança de tributos temporários, cuja arrecadação é associada a determinados propósitos governamentais específicos. Algumas dessas medidas poderão resultar em aumento da carga tributária, o que poderá, por sua vez, influenciar a lucratividade da Companhia e afetar adversamente o seu resultado financeiro.

O surto de doenças transmissíveis em todo o mundo, como a COVID-19, pode levar a uma maior volatilidade no mercado de capitais global e resultar em pressão negativa sobre a economia mundial e a economia brasileira.

Surto de doenças que afetem o comportamento das pessoas, como o Zika, o Ebola, a gripe aviária, a febre aftosa, a gripe suína, a Síndrome Respiratória no Oriente Médio (MERS) e a Síndrome Respiratória Aguda Grave (SARS), incluindo a recente pandemia de COVID-19, entre outros, podem ter um impacto adverso relevante no mercado de capitais global, nas indústrias mundiais, na economia mundial e brasileira incluindo o fechamento de fábricas, imposição de condições desafiadoras de trabalho e interrupção da cadeia de suprimentos global, que podem afetar diversamente os resultados e os negócios da Companhia.

As autoridades públicas e agentes privados em diversos países do mundo podem adotar uma série de medidas voltadas à contenção do surto, que podem incluir, restrições à circulação de bens e pessoas, incluindo quarentena e lockdown, cancelamento ou adiamento de eventos públicos, suspensão de operações comerciais, fechamento de estabelecimentos abertos ao público, entre outras medidas mais ou menos severas. A adoção dessas medidas nas localidades em que a Companhia opera pode reduzir o consumo dos produtos e serviços oferecidos pela Companhia, o que pode impactar de forma significativa os resultados da Companhia.

Qualquer surto de doença que afete o comportamento das pessoas, como a COVID-19, pode ter impacto adverso relevante nos mercados, principalmente no mercado acionário. Por conseguinte, a adoção das medidas descritas acima, aliadas às incertezas provocadas pelo surto da COVID-19, provocaram um impacto adverso na economia e no mercado de capitais global, incluindo no Brasil, inclusive causando oito paralisações (circuit-breakers) das negociações na B3 durante o mês de março de 2020. A cotação da maioria dos ativos negociados na B3 foi adversamente afetada em razão da pandemia da COVID-19. Impactos semelhantes aos descritos acima podem voltar a ocorrer, provocando a oscilação dos ativos negociados na B3.

Qualquer mudança material nos mercados financeiros globais ou na economia brasileira ou mundial como resultado desses eventos pode diminuir o interesse de investidores nacionais e estrangeiros em valores mobiliários de emissores brasileiros, incluindo os valores mobiliários de emissão da Companhia, o que pode afetar adversamente o preço de mercado de tais valores mobiliários e também pode dificultar o acesso ao mercado de capitais e financiamento das operações da Companhia no futuro em termos aceitáveis.

Para informações sobre os impactos da pandemia da COVID-19 sobre os negócios da Companhia, veja o fator de risco "Surto de doenças transmissíveis em escala global, como foi a pandemia da COVID-19, podem acarretar medidas diversas cujos efeitos podem levar a maior volatilidade no mercado de capitais global e à potencial desaceleração do crescimento da economia brasileira. A forma como esses efeitos podem impactar os negócios da Companhia depende são altamente incertos e imprevisíveis, podendo resultar em um efeito adverso relevante nos negócios, condição financeira, resultados das operações e fluxos de caixa da Companhia" no item 4.1(a) deste Formulário de Referência.

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

4.2 - Descrição dos Principais Riscos de Mercado

A Companhia está exposta a alguns riscos de mercado no curso normal de suas atividades. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de alterações bruscas nas taxas de juros, risco de inadimplência, risco de crédito e de liquidez.

Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta a riscos e oscilações de taxas de juros em suas aplicações financeiras e debêntures.

Na data das demonstrações financeiras da Companhia, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

| | <u>2021</u> |
|--------------------------------------|--------------------|
| Instrumentos de taxa variável | |
| <i>Ativos financeiros</i> | |
| Aplicações financeiras | <u>191.064</u> |
| Instrumentos de taxa variável | |
| <i>Passivos financeiros</i> | |
| Debêntures | (3.431.822) |
| Outras contas a pagar | (1.333.147) |
| | <u>(4.764.969)</u> |

A dívida bruta da Companhia, considerando suas debêntures, totalizaram em 31 de dezembro de 2021 R\$ R\$ 3.431,8 bilhões.

A seguir, quadro com o saldo devedor dos empréstimos e debêntures da Companhia, por linha de financiamento (valores abaixo estão em milhares de reais):

| Modalidade | Encargos | Vencimento | Valor | 31/12/2021 |
|----------------|-----------------|------------|-----------|------------|
| Debêntures | CDI + 3,5% a.a. | nov/23 | 3.400.000 | 3.431.822 |
| | | | | 3.431.822 |
| Circulante | | | | 64.864 |
| Não Circulante | | | | 3.366.958 |

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a Administração adotou para o cenário provável para os próximos 12 meses as mesmas taxas utilizadas na data das demonstrações financeiras. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente para os próximos 12 meses, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente para os próximos 12 meses, das taxas no cenário provável.

A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado e no patrimônio líquido na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

| Exposição Patrimonial | Exposição | Risco | Taxa de juros efetiva a.a. em 2021 | Cenários | | | | |
|--------------------------------|--------------------|------------------|------------------------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | | | | I Provável | II 25% | III 50% | IV -25% | V -50% |
| 1- Ativos financeiros | | | | | | | | |
| Aplicações financeiras | 191.064 | Variação do CDI | 9,15% | 17.482 | 21.853 | 26.223 | 13.112 | 8.741 |
| 2- Passivos financeiros | | | | | | | | |
| Debêntures | (3.464.864) | Variação do CDI | 9,15% | (317.035) | (396.294) | (475.553) | (237.776) | (158.518) |
| Direito de outorga | (1.304.726) | Variação do IPCA | 10,06% | (131.255) | (164.069) | (196.883) | (98.441) | (65.628) |
| 1 + 2 - Exposição líquida | <u>(4.578.526)</u> | | | <u>(430.808)</u> | <u>(538.510)</u> | <u>(646.213)</u> | <u>(323.105)</u> | <u>(215.405)</u> |

Risco de Crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de aplicações financeiras.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito como segue:

| | |
|--|----------------|
| | 2021 |
| Bancos conta movimento (nota explicativa nº 4) | 15.360 |
| Aplicações financeiras | 191.064 |
| Contas a receber de clientes | 651.091 |
| | <u>857.515</u> |

Risco de Liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações nos vencimentos, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez da Companhia.

O quadro a seguir demonstra os riscos de liquidez por faixa de vencimento e refletem o fluxo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2021 (valores abaixo estão em milhares de reais):

| | 2021 | | | | | | 49 meses em diante |
|-----------------------------|------------------|--|----------------|------------------|------------------|---------------|--------------------|
| | Valor contábil | Fluxo financeiro projetado (incluindo juros) | Até 12 meses | 13 a 24 meses | 25 a 36 meses | 37 a 48 meses | |
| Passivos | | | | | | | |
| Fornecedores e empreiteiros | 375.019 | 375.019 | 374.818 | 201 | - | - | - |
| Debêntures | 3.431.822 | 4.356.918 | 446.305 | 3.910.613 | - | - | - |
| Outras contas a pagar | 1.333.147 | 1.329.532 | 16.636 | 3.340 | 1.306.754 | 2.092 | 710 |
| | <u>5.139.988</u> | <u>6.061.469</u> | <u>837.759</u> | <u>3.914.154</u> | <u>1.306.754</u> | <u>2.092</u> | <u>710</u> |

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

4.3 – Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que o emissor ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis e outros: (i) que não estejam sob sigilo, e (ii) que sejam relevantes para os negócios do emissor ou de suas controladas.

A Companhia figura como parte em processos administrativos e judiciais de natureza cível, trabalhista, ambiental, criminal e tributária, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia tinha ciência de que eram partes passivas em 18 processos, conforme discriminado na tabela abaixo. Tratam-se de processos consumeristas sem maiores implicações financeiras/operacionais/reputacionais para a Companhia.

| Natureza | Número de Processos |
|-----------------------------|----------------------------|
| Cível | 17 |
| Ambiental | 0 |
| Trabalhista | 0 |
| Criminal | 0 |
| Administrativo ¹ | 1 |
| Arbitral | 0 |
| Total | 18 |

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não constituiu e não registrou contabilmente provisão para perdas com causas judiciais com probabilidade classificadas como “provável”.

A política da Companhia é registrar provisões para contingências legais quando, com base no julgamento da Administração e no parecer dos advogados responsáveis pela condução/gerenciamento dos processos, o risco de perda é “provável”, ou quando for exigido pelas normas contábeis aplicáveis.

A Companhia também não registrou processos que possuem capacidade de representar impacto significativo ao patrimônio ou aos negócios da Companhia ou os quais, individualmente, podem causar um desembolso superior a R\$ 5.000.000,00. Também não foram registrados processos judiciais ou administrativos que, independentemente do valor envolvido, possam representar algum impacto significativo para a imagem da Companhia, ou afetem diretamente as suas operações.

¹ Para fins deste Formulário de Referência, foram considerados processos administrativos os autos de infração em que a companhia figura no polo passivo

4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores

4.4 – Processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que o emissor ou suas controladas sejam parte e cujas partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores da companhia ou de suas controladas.

Não aplicável, tendo em vista que não há processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que a Companhia seja parte e cujas partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores da Companhia.

4.5 - Processos Sigilosos Relevantes

4.5 – Informações sobre processos sigilosos relevantes em que o emissor ou suas controladas sejam parte que não tenham sido divulgados nos itens 4.3 e 4.4.

Não aplicável, tendo em vista que não há processos sigilosos relevantes em que a Companhia seja parte e que não tenham sido divulgados nos itens 4.3 e 4.4.

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto

4.6 – Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes, em que o emissor ou suas controladas sejam parte.

Não aplicável, tendo em vista que não há processos judiciais, administrativos ou arbitrais conexos em que a Companhia seja parte e que em conjunto sejam relevantes.

4.7 - Outras Contingências Relevantes

4.7 – Outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores.

Não aplicável, tendo em vista que as contingências relevantes foram abrangidas pelos itens anteriores.

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados

(a) restrições impostas ao exercício de direitos políticos e econômicos

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui sede no Brasil e seus valores mobiliários encontram-se custodiados no país.

(b) restrições à circulação e transferência dos valores mobiliários

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui sede no Brasil e seus valores mobiliários encontram-se custodiados no país.

(c) hipóteses de cancelamento de registro, bem como os direitos dos titulares de valores mobiliários nessa situação

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui sede no Brasil e seus valores mobiliários encontram-se custodiados no país.

(d) hipóteses em que os titulares de valores mobiliários terão direito de preferência na subscrição de ações, valores mobiliários lastreados em ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, bem como das respectivas condições para o exercício desse direito, ou das hipóteses em que esse direito não é garantido, caso aplicável

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui sede no Brasil e seus valores mobiliários encontram-se custodiados no país.

(e) outras questões do interesse dos investidores

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui sede no Brasil e seus valores mobiliários encontram-se custodiados no país.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

(a) Política formalizada de gerenciamento de riscos

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria “B”, nos termos da Instrução CVM 480.

(b) Objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria “B”, nos termos da Instrução CVM 480.

(c) Adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada.

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria “B”, nos termos da Instrução CVM 480.

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

5.2 - Em relação aos riscos de mercado indicados no item 4.2, informar:

(a) Política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

(b) Objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

(c) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

(a) As principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria “B”, nos termos da Instrução CVM 480.

(b) As estruturas organizacionais envolvidas

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria “B”, nos termos da Instrução CVM 480.

(c) Se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria “B”, nos termos da Instrução CVM 480.

(d) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, os auditores independentes conduzem um estudo e avaliação do sistema contábil e de controles internos da Companhia com o objetivo de determinar a natureza, oportunidade e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, mas não para fins de expressar uma opinião específica sobre esses controles internos.

Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro 2021, foram comunicadas à Companhia sugestões de aprimoramento dos controles internos e procedimentos contábeis que, na avaliação da administração da Companhia e dos auditores, não se configuram como deficiências significativas ou materiais.

(e) Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

A Administração concorda com a comunicação do auditor independente sobre os controles internos da Companhia relacionados ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, não tendo sido identificadas deficiências ou recomendações significativas sobre os controles internos que apresentem probabilidade ou magnitude com relação a distorções que venham a afetar as demonstrações financeiras.

5.4 - Programa de Integridade

(a) Se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

i. Os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

A Companhia adota os mecanismos e procedimentos de integridade da Aegea Saneamento Participações S.A., umas das acionistas da Companhia (“Aegea”), que possui políticas e procedimentos especificamente voltados para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública e que serão aplicáveis para a Companhia.

Destaca-se que o Sistema de Compliance da Aegea é baseado em três pilares, conforme abaixo: São eles: Prevenção, Detecção e Correção.

1. Prevenção. Estabelecimento de políticas e procedimentos que contam com o apoio de comunicações e treinamentos constantes para colaboradores, fornecedores e parceiros de negócios.
2. Detecção. As suspeitas relatadas são apuradas com a finalidade de esclarecer os fatos e promover a verdade. O processo é conduzido com completa confidencialidade e respeito aos envolvidos.
3. Correção. É a consequência da detecção. As falhas identificadas ou as possíveis atitudes inadequadas devem ser corrigidas imediatamente e, quando cabível, uma medida disciplinar será aplicada.

No ano de 2018, foram elaboradas duas versões do Código de Conduta: uma para os colaboradores e outra para os parceiros de negócio. Neste sentido, o documento aplica-se a todas as coligadas da Aegea (incluindo a Companhia) e abrange sócios, administradores, colaboradores terceiros e parceiros de negócios, devendo ser amplamente divulgado aos clientes, investidores, funcionários e público em geral.

A partir do Código de Conduta, foram desenvolvidas Políticas de Compliance, que regulamentam cada item com rigor de detalhes e os desdobram em várias regras práticas. O objetivo das Políticas é deixar claro o que pode e o que não pode ser feito, pois são procedimentos que fazem parte da rotina das operações.

Abaixo, as Políticas instituídas:

- Cumprimento do Código de Conduta
- Antissuborno e anticorrupção
- Relacionamento com o Poder Público
- Lavagem de dinheiro
- Proibição de pagamento de facilitação
- Antitruste e Relação com concorrente
- Assédios moral e sexual
- Conflito de interesses
- Elaboração e gestão de contratos
- Relação com parceiros de negócio
- Brindes e hospitalidades
- Doações, contribuições e patrocínios
- Tratamento de informação
- Uso de bens da empresa

5.4 - Programa de Integridade

- Registros contábeis
- Canal de ética
- Consequências e Medidas Disciplinares
- Compliance com as leis e regulamentos

ii. As estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

Conforme mencionado no item acima, a Companhia está vinculada ao programa de integridade de sua acionista Aegea, a quem pertencem os referidos sistemas de controle.

A Diretoria de Integridade da Aegea tem reporte direto ao Conselho de Administração da Aegea e possui as seguintes atribuições: (i) planejar, implantar e incentivar os procedimentos internos de compliance, desenvolvendo instrumentos e ferramentas voltadas à segurança empresarial, interna e com parceiros de negócio e clientes; (ii) orientar, desenvolver, fomentar e zelar pela aplicação das políticas e diretrizes que tem por objetivo detectar, evitar e corrigir desvios de conduta empresarial, negocial ou profissional, inclusive irregularidades, fraudes e atos ilícitos, relacionados à Aegea e suas controladas e participadas e à administração pública, (iii) apurar denúncias e irregularidades e desconformidades na aplicação efetiva do Código de Conduta, e (iv) monitorar e avaliar a adequação do ambiente da Aegea com os controles e procedimentos estabelecidos.

Adicionalmente, a Diretoria de Integridade manteve-se envolvida na averiguação das acusações relacionadas e à Operação Lama Asfáltica. As informações referentes a esses procedimentos investigatórios são atualizadas e divulgadas periodicamente nas Demonstrações Financeiras e no Formulário de Referência da Aegea, ambos disponíveis no website de Relações com Investidores da Aegea.

iii. Se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado:

Conforme mencionado acima, o Código de Conduta da Aegea, é aplicável a todos os empregados e colaboradores da Aegea, incluindo os diretores e membros do conselho de administração. Adicionalmente, o documento aplica-se a todas as empresas em que a Aegea detém participação (como no caso da Companhia) e abrange sócios, administradores, colaboradores e terceiros, devendo ser amplamente divulgado aos clientes, investidores, funcionários e público em geral.

Desde 2018, o Código de Conduta da Aegea é aplicável aos Parceiros de Negócios, os quais ficam cientes de que devem conduzir suas atividades de maneira coerente com as diretrizes do Grupo Aegea e com a Política Antissuborno e Anticorrupção.

Em caso de infração aos dispositivos deste Código, haverá a instauração de sindicância interna para a apuração dos fatos. Sendo constatada a infração, o funcionário estará sujeito às penalidades previstas na Consolidação das Leis do Trabalho e a Política de Consequências e Medidas Disciplinares. Em se tratando de infração por colaborador não integrante do quadro de funcionários, poderá haver a rescisão motivada do contrato respectivo ao seu engajamento.

Todos os contratos da Aegea contemplam cláusulas que exigem que os fornecedores cumpram a política anticorrupção e o Código de Conduta do Parceiro de Negócio os quais podem ser acessados em: <http://www.aegea.com.br/compliance/>

(b) Se o emissor possui canal de denúncia, indicando:

A Aegea possui um Canal de Ética, que é operado por um terceiro contratado para esse fim, disponível 24h por dia, sete dias por semana, o qual será utilizado pela Companhia.

5.4 - Programa de Integridade

Reforçando sua atuação transparente e íntegra em todos os seus negócios, o canal está destinado aos colaboradores, fornecedores, usuários, autoridades, servidores públicos e demais públicos com quem o grupo se relaciona.

Dedicado a apurar fatos relacionados a eventuais irregularidades ou comportamentos inadequados na condução dos negócios ou das atividades sociais, em nível empresarial ou profissional, o Canal é a forma mais eficiente de identificação dos desvios em relação ao Código de Conduta e às leis. Todas as denúncias são tratadas de forma confidencial e sigilosa, não trazendo qualquer exposição ao relator. É simples, seguro e anônimo, e disponibiliza a opção de acompanhar o resultado de sua denúncia.

Todas as ligações são atendidas por um profissional da empresa Contato Seguro, especializada em registrar denúncias. O atendimento é realizado 24 horas por dia, durante os sete dias da semana.

Com a finalidade de garantir a idoneidade de todo o processo realizado, o Grupo de Gestão de Ética da Aegea, avalia e acompanha eventuais investigações

(c) se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

Conforme disposto no Procedimento Operacional da Aegea P0020-GIT99 Fusões, Aquisições e Relações Societárias, antes de entrar em uma operação de fusão e aquisição, é obrigatória a realização de uma rigorosa Due Diligence, de modo a permitir o amplo conhecimento de eventuais passivos relacionados à Lei n. 2.846/13 e legislação correlata de tutela do patrimônio público (dentre outras, Leis ns. 8.429/92, 8.443/92, 8.666/93, 12.462/11), doravante “legislação anticorrupção”.

Devem ser previstas no instrumento jurídico respectivo cláusulas-padrão que disponham sobre a sucessão de passivos anteriores decorrentes da legislação anticorrupção. Do mesmo modo, caso o processo de fusão ou aquisição resulte em sociedade com terceiros, as cláusulas-padrão deverão dispor sobre o comportamento de terceiro acionista (ou mesmo controlador de terceiro acionista), de modo a que este se mantenha aderente à política de compliance anticorrupção e reputacional do grupo econômico da Aegea.

Como prevenção a dano reputacional, as cláusulas-padrão deverão prever rol não exaustivo de situações que possam deflagrar a atuação da política em questão, v.g., a violação da legislação penal por sócio, acionista ou dirigente.

(d) caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável.

5.5 - Alterações significativas

5.5 - Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos

O preenchimento das informações relativas a este item 5.5 é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 5.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm

| | |
|---|---|
| Data de Constituição do Emissor | 26/05/2021 |
| Forma de Constituição do Emissor | Constituída sob a forma de sociedade por ações. |
| País de Constituição | Brasil |
| Prazo de Duração | Prazo de Duração Indeterminado |
| Data de Registro CVM | 30/03/2022 |

6.3 - Breve Histórico

A Companhia é Sociedade de Propósito Específico, constituída sob a forma de sociedade por ações em 26/05/2021, momento em que foi devidamente registrada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro. A empresa possui como atividade principal a execução dos serviços de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário no Estado do Rio de Janeiro. Seu surgimento se deu em decorrência da licitação promovida pelo Estado do Rio de Janeiro nos moldes do Aviso de Concorrência Internacional sob n.º 001/2020 – Processo n.º 120207/000707/2020, para licitação dos 4 blocos da Companhia Estadual de Águas e Esgoto do Rio de Janeiro (“CEDAE”). Em 11 de agosto de 2021, a Companhia assinou o contrato de concessão com o Estado do Rio de Janeiro e pagou a primeira parcela, correspondente a 65% do valor da Outorga, no montante de R\$ 4,7 bilhões. A segunda parcela da outorga, equivalente a 15% do valor total, ou R\$ 1,1 bilhão, foi paga 2 dias após o início das operações pela Companhia. A terceira e última parcela, correspondente a 20% do valor total da outorga ou R\$ 1,4 bilhão, será paga até o último dia do terceiro ano de vigência do contrato.

A empresa é parte do grupo AEGEA, criado em 2010 e líder no setor privado de saneamento básico no Brasil. O Grupo AEGEA atende mais de 21 milhões de pessoas em mais de 154 municípios brasileiros. As empresas do grupo atuam no gerenciamento dos serviços de saneamento através de concessões e parcerias público-privadas (PPPs), atuando em todo o processo do ciclo integral da água, desde sua coleta até o tratamento de esgoto.

A Companhia tem como missão garantir o fornecimento regular de água, tratar 100% do esgoto coletado, contribuir para a recuperação ambiental, incluindo a Baía de Guanabara e Rio Guandu, e levar mais saúde e dignidade para a população carioca e fluminense. A nossa área de concessão abrange os bairros do centro e zona norte da cidade do Rio de Janeiro e os 8 municípios da baixada fluminense (Belford Roxo, Duque de Caxias, Japeri, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Queimados e São João de Meriti), somando uma população de 7,0 milhões de pessoas.

As operações assistidas da Companhia se iniciaram em agosto de 2021, após a assinatura do Contrato de Concessão, e atualmente está sendo realizado o alinhamento do planejamento estratégico e mapeamento de oportunidades de melhoria nos serviços saneamento para a população carioca e fluminense. Em 1º de novembro de 2021, iniciamos antecipadamente as operações, assumindo os serviços de água e esgoto nos bairros do centro e zona norte da cidade do Rio de Janeiro e em 8 municípios da baixada fluminense do Estado do Rio de Janeiro, somando uma população de 7,0 milhões de pessoas. Assim, a Companhia passou a ser responsável pelos serviços de água e esgoto na sua área de concessão, sendo que para a região metropolitana do Rio de Janeiro a Cedae ainda continuará responsável pela captação e pelo tratamento da água que será fornecida.

Antes mesmo do início das operações a Companhia implantou o COI, Centro de Operações Integradas, que reúne alta tecnologia, centenas de sensores de pressão da água e outros equipamentos e softwares trabalhando conectados para aumentar a eficiência operacional, trazendo mais transparência e regularidade nos serviços prestados.

6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial

Até a data deste Formulário de Referência, não foi apresentado qualquer pedido de falência ou de recuperação judicial ou extrajudicial pela Companhia.

6.6 - Outras Informações Relevantes

Não há outras informações consideradas relevantes para esta Seção 6 do Formulário de Referência.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

A Companhia executa serviços de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário, com vistas à geração de ganhos de escala e à garantia da universalização e da viabilidade técnica e econômico- financeira dos serviços, com exclusividade, no âmbito do território dos município(s) do Bloco 4, nos termos do contrato de concessão celebrado em 11 de agosto de 2021, entre a Companhia e o Estado do Rio de Janeiro, com a interveniência da Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro, em decorrência da adjudicação objeto da licitação promovida pela Companhia Estadual de Águas e Esgoto do Rio de Janeiro (“CEDAE”), nos moldes do Aviso de Concorrência Internacional sob n.º 001/2020 – Processo n.º 120207/000707/2020

Os serviços de abastecimento de água compreendem a captação de água bruta, tratamento, adução, reserva e distribuição de água potável, conquanto os serviços de esgoto compreendem a coleta, tratamento, devolução ao meio ambiente dos resíduos líquidos tratados e destinação dos resíduos sólidos a ser determinada conforme as características dos mesmos, nos termos da legislação ambiental aplicável.

Com o término da fase de operação assistida, a CEDAE ficou responsável pelo Sistema Upstream de água que compreende a captação, adução de água bruta, tratamento, reservação e venda de água tratada às novas concessionárias referente aos municípios atendidos pelos Sistemas Guandu e Imunana/Laranjal: Rio de Janeiro, São Gonçalo, Maricá, Duque de Caxias, Nilópolis, Mesquita, Queimados, Itaguaí, Japeri, Seropédica, Paracambi, Nova Iguaçu, Belford Roxo, São João de Meriti. Nesses Municípios, os operadores privados ficaram responsáveis pelo Sistema Downstream que compreende a adução e distribuição da água tratada até as ligações, incluindo a gestão comercial do serviço. Nos demais municípios integrantes do bloco 4, a prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário começou a ser integralmente realizada pela Companhia.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

(a) Interesse Público que justificou sua criação

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é uma sociedade de economia mista.

(b) Atuação em atendimento às políticas públicas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é uma sociedade de economia mista.

(c) Processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é uma sociedade de economia mista.

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista

7.1-A - Sociedade de Economia Mista

(a) Interesse Público que justificou sua criação

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é uma sociedade de economia mista.

(b) Atuação em atendimento às políticas públicas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é uma sociedade de economia mista.

(c) Processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é uma sociedade de economia mista.

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

(a) produtos e serviços comercializados

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

(b) receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

(c) lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

(a) Características do Processo de Produção

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

(b) Características do processo de distribuição

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

(c) Características dos mercados de atuação

(i) *Participação em cada um dos mercados*

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

(ii) *Condições de competição nos mercados*

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

(d) Eventual sazonalidade

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

(e) Principais insumos e matérias primas

(i) **Descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável**

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

(ii) **Eventual dependência de poucos fornecedores**

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

(iii) **Eventual volatilidade em seus preços**

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

(a) Montante total de receitas provenientes do cliente

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

(b) Segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

(a) necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

(b) política ambiental da Companhia e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

(c) dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior

7.6 - Em relação aos países dos quais o emissor obtém receitas relevantes, identificar

(a) Receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

(b) Receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

(c) Receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total do emissor

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

7.8 - Políticas Socioambientais

7.8 - Políticas socioambientais

(a) Divulgação de informações socioambientais

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

(b) Metodologia seguida pela Companhia na elaboração das informações socioambientais

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

(c) Indicar se as informações socioambientais são auditadas ou revisadas por entidade independente

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

(d) Indicar a página na rede mundial de computadores onde podem ser encontradas as informações sociais e ambientais

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

7.9 - Outras Informações Relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta seção 7.

8.1 - Negócios Extraordinários

8.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor

Todos os eventos ocorridos que importem aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante se enquadram dentro da operação normal dos negócios da Companhia.

8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor

Até a data de apresentação deste Formulário de Referência, não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia.

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais

Até a data de apresentação deste Formulário de Referência, não foram celebrados contratos relevantes pela Companhia que não sejam diretamente relacionados às atividades operacionais. A Companhia não possui empresas controladas.

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.

Não existem outras informações que a Companhia julgue relevantes com relação a esta Seção 8.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

9. Ativos relevantes

9.1 - Descrever os bens do ativo não-circulante relevantes para o desenvolvimento das atividades do emissor, indicando em especial

(a) ativos imobilizados, inclusive aqueles objeto de aluguel ou arrendamento, identificando a sua localização

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b – Ativos Intangíveis

(b) ativos intangíveis, tais como patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia, nome de domínio na rede mundial de computadores, informando

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria “B”, nos termos da Instrução CVM 480.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

(c) as sociedades em que o emissor tenha participação e a respeito delas informar

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

9.2 - Outras Informações Relevantes

Não existem outras informações que a Companhia julgue relevantes com relação a esta Seção 9.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

10.1 – Condições Financeiras e Patrimoniais Gerais

As informações financeiras constantes neste Formulário de Referência, exceto quando expressamente ressalvado, foram extraídas das demonstrações financeiras individuais da Companhia referentes ao período encerrado em 31 de dezembro de 2021.

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas especialmente para fins do inciso VIII, do artigo 1º, do Anexo III, da Instrução CVM 480, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovadas pela CVM e conforme as normas internacionais de relatório financeiro – IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB.

O termo “AV” constante das colunas de determinadas tabelas abaixo significa “Análise Vertical”. A Companhia foi constituída em 26 de maio de 2021 e, portanto, não possui informações relativas aos exercícios sociais, logo não é possível realizar a Análise Horizontal.

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos Diretores da Companhia:

a) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Os Diretores entendem que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para cumprir as suas obrigações assumidas de curto prazo. Para os compromissos de médio e longo prazos, bem como para suportar o crescimento sustentável dos seus negócios, a Companhia contará com aportes de capital, com fontes de financiamento diversas, que estão em processo de análise para contratação junto a diversas instituições financeiras e agências multilaterais e com a geração de caixa operacional proveniente de suas atividades.

Ao final de dezembro de 2021, a Companhia reportava uma dívida bruta consolidada, de R\$ 3.431,8 milhões, sendo R\$ 64,9 milhões no curto prazo. Na mesma data, a posição de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras era de R\$ 206,4 milhões, o que representava 3,18 vezes o montante de dívida de curto prazo. A dívida líquida totalizava 3.225,4 milhões, conforme demonstrado na tabela a seguir:

| Aberturas (Valores expressos em milhares de reais) | Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 |
|--|--|
| Caixa, equivalentes e aplicações | 206.434 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 15.370 |
| Aplicações financeiras (Curto prazo) | 191.064 |
| Aplicações financeiras (Longo prazo) | - |
| Dívida Bruta (Incluindo derivativos) | 3.431.822 |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures (Curto prazo) | 64.864 |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures (Longo prazo) | 3.366.958 |
| Dívida Líquida | 3.225.388 |
| EBITDA | 265.422 |
| Ativo Circulante | 866.858 |
| Passivo Circulante | 545.783 |

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

| Índices | |
|---|------|
| Caixa e Aplicações/Endividamento de curto prazo | 3,18 |
| Liquidez Corrente | 1,59 |

A Diretoria da Companhia entende que com relação à liquidez, de acordo com a opinião dos nossos Diretores, nossa situação financeira nos permite honrar nossas obrigações assumidas perante terceiros e a nossa necessidade de capital de giro, incluindo pagamento de nossas dívidas, o que pode ser ilustrado com base no índice de liquidez corrente (ativo circulante dividido pelo passivo circulante), que foi de 1,59 em 31 de dezembro de 2021.

Em termos operacionais, a Companhia se beneficia de uma posição confortável em seus municípios de atuação, em razão do setor de atuação ser monopólio natural regulado, objeto de concessões geográficas específicas.

b) Estrutura de capital:

Os diretores entendem que a Companhia possui uma estrutura de capital adequada ao cumprimento das suas obrigações de condução de suas operações. As atividades desenvolvidas pela Companhia são caracterizadas pela necessidade de uso intensivo de capital e, desta forma, os diretores entendem que é fundamental tanto o acesso a capital de terceiros por meio de linhas de financiamento quanto o uso de capital próprio para financiar os investimentos necessários, além da manutenção da posição de liquidez.

Em 31 de dezembro de 2021, o patrimônio líquido da Companhia era de R\$ 2.879,9 milhões.

Em 31 de dezembro de 2021 a estrutura de capital da Companhia era composta por 64,8% equivalente a capital de terceiros (passivo circulante + passivo não circulante) e 35,2% de capital próprio (patrimônio líquido), conforme evidenciado pela tabela a seguir:

| (Valores expressos em milhares de reais) | Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 |
|---|--|
| Passivo circulante + Passivo não circulante | 5.300.624 |
| Patrimônio Líquido | 2.879.902 |
| Passivo total | 8.180.526 |
| Capital de terceiros | 64,8% |
| Capital próprio | 35,2% |

Para maiores informações sobre o capital social da Companhia, vide item 17.1 deste Formulário de Referência.

c) comentários dos Diretores em relação a capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Conforme indicado nas demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2021, a Companhia registrou um passivo circulante de R\$ 545,7 mil e um passivo não circulante de R\$ 4.754,8 bilhões, correspondentes a, respectivamente, a 10% e 90%, do passivo total na mesma data, equivalente a R\$ 5.300,6 bilhões. Em 31 de dezembro de 2021 foram registrados compromissos financeiros de curto prazo equivalente a R\$ 64,8 milhões, enquanto no longo prazo foram registrados compromissos no montante de R\$ 3.366,9 bilhões.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

| Capital circulante líquido | | 31/12/2021 |
|----------------------------|-----|----------------|
| Ativo Circulante | | 866.858 |
| Passivo Circulante | (-) | 545.783 |
| Total | = | 321.075 |

| Capital circulante líquido | | 31/12/2021 |
|----------------------------|-----|----------------|
| Passivo Não Circulante | | 4.754.841 |
| Patrimônio Líquido | (+) | 2.879.902 |
| SubTotal | = | 7.634.743 |
| Ativo Não Circulante | (-) | 7.313.668 |
| Total | = | 321.075 |

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas.

Para realizar os investimentos em ativos não circulantes e no capital de giro, a Companhia se utilizará de aportes de seus acionistas, de financiamentos de terceiros e, a partir do começo de suas operações em 1º novembro de 2021, de sua própria geração de caixa, conforme descritos no item “f.” abaixo desta seção 10.1. Os Diretores da Companhia acreditam que o fluxo de caixa operacional é suficiente para que a Companhia faça frente às suas necessidades de liquidez futura.

Nossos Diretores esclarecem por fim, que estas iniciativas são recorrentes e seguem o curso normal dos negócios da Companhia dentro de uma gestão prudente de seu endividamento. Para mais informações sobre os contratos de financiamento firmados pela Companhia, vide a alínea (f) deste item 10.1.

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia acredita que terá capacidade de obter crédito junto às instituições financeiras e acesso ao mercado de capitais em níveis satisfatórios para financiar suas necessidades de capital de giro e investimentos em ativos não circulantes.

f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Em 31 de dezembro de 2021, as debêntures da Companhia totalizavam R\$ 3.431,8 bilhões. As debêntures da Companhia foram emitidas com o objetivo de pagar a primeira e a segunda parcela fixa da outorga referente à Concessão e realizar investimentos necessários à prestação dos serviços objeto da Concessão. Maiores informações podem ser encontradas na seção 18.5 deste Formulário de Referência.

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

A tabela abaixo apresenta as principais características dos contratos de empréstimo e financiamento relevantes em vigor em 31 de dezembro de 2021:

Emissões de debêntures

Em 30 de julho de 2021, mediante a 1ª emissão, a Companhia emitiu 3.400.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da forma nominativa e escritural, em duas séries, da espécie com garantia real, com valor nominal total de R\$ 3.400.000,00 (três bilhões e quatrocentos milhões de reais), sendo R\$ 2.570.000 (dois bilhões e quinhentos e setenta milhões de reais) na 1ª série (CDI) e R\$ 830.000.000 (oitocentos e trinta milhões de reais) na 2ª série (CDI), ambas já desembolsadas em 1º de novembro de 2021. As debêntures da 1ª série e da 2ª série têm data de vencimento em 11 de novembro de 2023 e os juros pagos trimestralmente a partir de 30 de outubro de 2021. As garantias a tais debêntures são: (i) alienação fiduciária da totalidade das ações da Companhia, e (ii) cessão fiduciária sobre: (a) a totalidade da efetiva receita líquida de exploração auferida pela Companhia em virtude da Concessão; (b) todos os demais direitos creditórios emergentes do Contrato de Concessão; e (c) todos os direitos, atuais ou futuros, detidos e a serem detidos pela Companhia contra o Itaú Unibanco S.A. As debêntures contam ainda com equity support agreement (ESA) da Aegea para manutenção de saldo de caixa mínimo de R\$ 180 milhões. Maiores informações podem ser encontradas na seção 18.5 deste Formulário de Referência.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia não possuía outras relações de longo prazo com instituições financeiras, além das descritas no item (i) acima.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Não há qualquer grau de subordinação entre as dívidas da Companhia. Nenhuma das dívidas da Companhia existentes em 31 de dezembro de 2021 possui cláusula específica de subordinação, de forma que não há relação de preferência entre as mesmas. O grau de subordinação entre as dívidas da Companhia é determinado de acordo com as disposições da legislação em vigor.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e a alienação de controle societário

Em 31 de dezembro de 2021 todas as cláusulas restritivas (covenants) existentes nas Debêntures foram respeitadas e cumpridas pela Companhia. A seguir, será apresentada uma breve descrição das principais restrições a que a Companhia está submetidas no âmbito do contrato descrito no item 10.1(f)(i).

As debêntures da 1ª emissão da Companhia estão submetidas aos seguintes índices:

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

- a) Índice de Endividamento menor ou igual a 1,5 vezes, a ser apurado trimestralmente a partir de 31/12/2021, por meio das demonstrações financeiras da Companhia. A apuração do índice de Endividamento com base nas demonstrações financeiras de 31/12/2021 foi de 1,19 vezes.
- b) Índice de Dívida Financeira Líquida/EBITDA menor ou igual a 3,5 vezes, apurado trimestralmente, calculado com base em 12 meses, a partir das demonstrações financeiras auditadas ou revisadas, conforme o caso, da Aegea Saneamento. A apuração mais recente do índice Dívida Financeira Líquida/EBITDA da Aegea, com base nas demonstrações financeiras de 31/12/2021, foi de 2.76 vezes. Maiores informações podem ser encontradas nos itens 4.1 e 18.5 deste Formulário de Referência.

Constituem Eventos de Inadimplemento que podem acarretar o vencimento antecipado não automático das obrigações decorrentes das Debêntures a distribuição de dividendos, a alienação e/ou qualquer forma de transferência de ativos da Companhia que representem, de forma individual ou agregada, valor igual ou superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais). A Companhia também se obriga a não contratar qualquer outra dívida sem a prévia anuência dos Debenturistas, salvo nos casos em que a dívida corresponda ao Evento de Liquidez definido na Escritura

g) limites de utilização dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía R\$ 3.400.000 bilhões em debêntures, correspondendo este montante à sua única emissão de debêntures mencionada no item 10.1(f) acima. A primeira emissão de debêntures da Companhia foi realizada em duas séries, sendo que, na data deste Formulário de Referência, o montante correspondente à primeira série, R\$ 2.570.000 bilhões e à segunda série, R\$ 830.000 milhões, havia sido integralmente desembolsado.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As informações financeiras neste item são derivadas das demonstrações financeiras auditadas relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2021, as quais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais do relatório financeiro IFRS emitidas pelo *International Accounting Standards Brasil (IASB)*.

Demonstrativo de Resultado do Exercício

A seguir a análise para as contas que apresentaram saldo diferente de zero no primeiro Demonstrativo de Resultado do Exercício da Companhia, que pode ser encontrado na primeira Demonstração Financeira da Companhia referente ao período que vai desde a constituição da Companhia até o dia 31 de dezembro de 2021.

| Demonstrativo de Resultado do Exercício (Valores expressos em milhares de reais) | 2021 | % AV1 ¹ |
|---|----------------|--------------------|
| Receita operacional líquida | 699.047 | 100,0% |
| Custo dos serviços prestados | (382.909) | -54,8% |
| Lucro (prejuízo) bruto | 316.138 | 45,2% |
| Despesas operacionais | | |
| Administrativas e gerais | (85.938) | -12,3% |

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

| | | |
|--|----------------|--------------|
| Resultado Financeiro líquido | (7.465) | -1,1% |
| Resultado antes dos impostos | 222.735 | 31,9% |
| Imposto de renda e contribuição social | (75.738) | -10,8% |
| Lucro líquido do exercício | 146.997 | 21,0% |

(¹) A coluna "AV" (análise vertical) indica a contribuição percentual de cada linha em relação ao total da receita líquida.

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida de Águas do Rio 4, excluída a receita de construção, foi de R\$ 647,1 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Vale ressaltar que no ano de 2021 houveram somente dois meses de operação.

Custo dos serviços prestados

O custo dos serviços prestados foi de R\$ 382,9 milhões no exercício findo em 2021. A conta de custos de serviços prestados, excluindo os custos de construção com margem próxima a zero, fechou em R\$ 330,9 milhões. Os principais componentes dessa linha foram: (i) despesas com Serviços de Terceiros no valor de R\$ 247,2 milhões, cujo principal fator está associado ao contrato de compra de água realizado com a CEDAE; (ii) R\$ 35,2 milhões de depreciação e amortização; (iii) despesas de R\$ 26,8 milhões com Energia Elétrica.

Lucro (prejuízo) bruto

O Lucro Bruto totalizou R\$ 316,1 milhões no exercício encerrado em dezembro de 2021.

Despesas Operacionais

As despesas operacionais de Águas do Rio 4 no período analisado foram de R\$ 85,9 milhões, sendo sua totalidade composta pelas despesas Gerais e Administrativas. Os principais componentes dessa linha foram: (i) as despesas com PECLD no valor de R\$ 31,9 milhões; (ii) R\$ 29,9 milhões com Serviços de Terceiros que se referem em sua maior parte, assim como citado anteriormente, ao contrato firmado com a CEDAE.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro líquido foi negativo em R\$ 7,5 milhões no ano de 2021. As receitas financeiras totalizaram R\$ 9,7 milhões, sendo sua maior parte composta pelos rendimentos das aplicações financeiras. As despesas financeiras foram de R\$ 17,2 milhões, cujos encargos com debêntures no valor de R\$ 9,7 milhões praticamente eliminaram as receitas do período. Além disso, também houveram despesas de R\$ 6,3 milhões com amortização de custos de captação.

Imposto de renda e contribuição social

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, a Companhia teve um imposto de renda e contribuição social positivo no valor de R\$ 2,9 milhões, devido ao prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social no período.

Lucro (prejuízo) líquido do exercício

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, a Companhia teve um imposto de renda e contribuição social negativo no valor de R\$ 75,7 milhões.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Análise do Balanço Patrimonial

A seguir a análise para as contas representativas de, pelo menos, 5%, do saldo total (Ativo Total ou Passivo Total + Patrimônio Líquido) do primeiro balanço patrimonial da Companhia referente ao período que vai desde a constituição da Companhia até o dia 31 de dezembro de 2021.

| BALANÇO PATRIMONIAL (Valores expressos em milhares de reais) | 2021 | % AV1¹ |
|--|------------------|------------------------------|
| ATIVO CIRCULANTE | 866.858 | 10,6% |
| Caixa e equivalentes de caixa | 15.370 | 0,2% |
| Aplicações financeiras | 191.064 | 2,3% |
| Contas a receber de clientes | 651.082 | 8,0% |
| Estoques | 2.551 | 0,0% |
| Tributos a recuperar | 1.924 | 0,0% |
| Outros créditos | 4.867 | 0,1% |
| ATIVO NÃO CIRCULANTE | 7.313.668 | 89,4% |
| Contas a receber de clientes | 9 | 0,0% |
| Imobilizado | 18.437 | 0,2% |
| Ativo de contrato da concessão | 39.497 | 0,5% |
| Intangível | 7.255.725 | 88,7% |
| TOTAL ATIVO | 8.180.526 | 100% |
| PASSIVO CIRCULANTE | 545.783 | 6,7% |
| Fornecedores e empreiteiros | 374.818 | 4,6% |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | 64.864 | 0,8% |
| Obrigações trabalhistas e sociais | 2.997 | 0,0% |
| Obrigações fiscais | 20.693 | 0,3% |
| Dividendos a pagar | 61.208 | 0,7% |
| Outras contas a pagar | 21.203 | 0,3% |
| PASSIVO NÃO CIRCULANTE | 4.754.841 | 58,1% |
| Fornecedores e empreiteiros | 201 | 0,0% |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | 3.366.958 | 41,2% |
| Passivo fiscal diferido | 75.738 | 0,9% |
| Outras contas a pagar | 1.311.944 | 16,0% |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 2.879.902 | 35,2% |
| Capital social | 2.346.068 | 28,7% |
| Reserva de capital | 448.045 | 5,5% |
| Reserva de lucros | 85.789 | 1,0% |
| TOTAL DO PASSIVO | 8.180.526 | 100% |

(¹) A coluna "AV" (análise vertical) indica a contribuição percentual de cada linha do balanço patrimonial em relação ao total do ativo ou passivo.

ATIVO

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Ativo Circulante

O ativo circulante totalizou R\$ 866,9 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, composto principalmente pelo contas a receber de clientes, no valor de R\$ 651,1 milhões.

Ativo Não Circulante

O ativo não circulante totalizou R\$ 7,3 bilhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, cuja totalidade é representada principalmente pelo intangível.

Ativo Intangível

Intangível com saldo de 7,2 bilhões no ano de 2021, descontada a amortização. Esses valores referem-se ao direito de exploração da infraestrutura através do contrato concessão.

Passivo Circulante

O passivo circulante totalizou R\$ 545,8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Passivo Não Circulante

O passivo não circulante totalizou R\$ 4,8 bilhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, composto principalmente pelas linhas de empréstimo, financiamentos e debêntures assim como a de outras contas a pagar:

Empréstimos, financiamentos e debêntures

Emissão das debêntures da 1ª e 2ª séries, no total de R\$ 3,4 bilhões, com vencimento em novembro de 2023. Os recursos obtidos com a emissão de debêntures foram utilizados para: (i) pagamento da 1ª parcela da outorga fixa referente à concessão; (ii) pagamento da 2ª parcela da outorga fixa referente à concessão, além da realização de investimentos necessários para a prestação de serviços.

Outras contas a pagar

Saldo de R\$ 1,333 bilhão em 31 de dezembro de 2021, cuja composição se refere principalmente pelo direito de outorga a pagar no valor de R\$ 1,304 bilhões, que deverá ser paga até novembro de 2024. Os recursos para pagamento desses valores estão associados à emissão de debenturês citada anteriormente.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido totalizou R\$ 2,880 bilhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, representado principalmente pelos aportes de capital de R\$ 2,3 bilhões.

Análise do Fluxo de Caixa

A seguir a análise para as principais linhas do primeiro Demonstrativo de Fluxo de Caixa da Companhia, que pode ser encontrado na primeira Demonstração Financeira da Companhia referente ao período que vai desde a constituição da Companhia até o dia 31 de dezembro de 2021.

| | |
|--|------|
| DFC | 2021 |
| (Valores expressos em milhares de reais) | |

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

| | |
|--|---------------|
| Fluxo de caixa líquido usado nas atividades operacionais | 36.045 |
| Fluxo de caixa líquido usado nas atividades de investimento | (6.103.402) |
| Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento | 6.154.817 |
| Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro | - |
| Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro | 15.370 |
| Aumento (Redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa | 15.370 |

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

Em 31 de dezembro de 2021, o fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades operacionais da Companhia totalizou R\$ 36,0 milhões.

Fluxo de caixa das atividades de investimento

Em 31 de dezembro de 2021, o fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento totalizou R\$ (6,1) bilhões, dos quais R\$ (5,9) bilhões referem-se à aquisição de intangível, associado ao direito de exploração da concessão.

Fluxo de caixa das atividades de financiamento

Em 31 de dezembro de 2021, o fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento totalizou R\$ 6,2 bilhões, representado principalmente pelos R\$ 3,4 bilhões da captação de debêntures.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos Diretores da Companhia:

a. Resultados das operações do emissor, em especial:

i Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A Companhia tem a sua receita operacional composta pela cobrança das tarifas aos usuários, em função da prestação de serviços públicos de água e esgoto, no âmbito do contrato de concessão. Em função das características do mercado onde atua, a receita da Companhia possui alto grau de previsibilidade, baixa elasticidade com relação à renda ou PIB, bem como baixo índice de inadimplência, o que possibilita obter constantes índices de crescimento em sua receita operacional. A Companhia também irá aferir receita de construção relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços. Conforme estabelecido pelo IFRIC 12 e na Interpretação Técnica ICPC01 - Contratos de Concessão e correlacionada ao IAS 11 e n CPC 17 - Contratos de construção, a receita de construção é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. No caso da Companhia, os diretores estimam que eventual margem deverá ser irrelevante, ou seja, praticamente zero.

ii Fatores que afetam materialmente os resultados operacionais

A receita operacional líquida da Companhia, excluída a receita de construção sem margem, foi R\$ 647,0 milhões nos dois primeiros meses de operação, findos em 31 de dezembro de 2021.

Dentre os fatores que podem afetar a receita da Companhia, destacam-se: (i) reajustes tarifários ordinários anuais; (ii) reequilíbrios econômico-financeiros que resultem em revisões tarifárias; e (iii) aumento do número de economias atendidas e do volume faturado.

| (Valores expressos em milhares de reais) | Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 |
|---|---|
| Receita Bruta Total | 773.143 |
| Serviços de Abastecimento de Água | 467.146 |
| Outros serviços indiretos de água | 9.062 |
| Serviços de esgoto | 238.638 |
| Outros serviços indiretos de esgoto | 6.271 |
| Receitas de construção ativo intangível | 52.026 |
| (-) Deduções da receita | (74.096) |
| Receita Líquida Total | 699.047 |
| Receita Líquida s/ Receita de Construção | 647.021 |

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

(a) introdução ou alienação de segmento operacional

Não aplicável, tendo em vista a ausência de introdução ou alienação de segmento operacional na emissão deste Formulário de Referência.

(b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não aplicável, tendo em vista a ausência de constituição, aquisição ou alienação de participação societária na emissão deste Formulário de Referência.

(c) eventos ou operações não usuais

Não aplicável, tendo em vista a ausência de operações e/ou eventos não usuais na emissão deste Formulário de Referência.

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

a Mudanças significativas nas práticas contábeis

Seguindo o que determina a legislação aplicável, as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Companhia foi constituída durante 2021 e, desde então, não ocorreram mudanças significativas nas práticas contábeis.

b Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis que pudessem gerar efeitos significativos.

c Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não aplicável.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

10.5 - Políticas contábeis críticas

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

a. Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i. Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

A Companhia não possui operações que não estejam registradas nas demonstrações financeiras.

ii. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

A Companhia não possui operações que não estejam registradas nas demonstrações financeiras.

iii. Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

A Companhia não possui operações que não estejam registradas nas demonstrações financeiras.

iv. Contratos de construção não terminada

A Companhia não possui operações que não estejam registradas nas demonstrações financeiras.

v. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

A Companhia não possui operações que não estejam registradas nas demonstrações financeiras.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Os Diretores informam que não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

a. Como tais itens alteram ou poderão vir alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao último exercício social.

b. Natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao último exercício social.

c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao último exercício social.

10.8 - Plano de Negócios

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos Diretores da Companhia:

a. Investimentos, incluindo:

i. *Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento dos investimentos previstos*

A Companhia realizou, nos dois primeiros meses de operações findos em 31 de dezembro de 2021, R\$ 59,6 milhões em investimentos e continuará realizando os investimentos necessários para o atingimento das metas estabelecidas no contrato de concessão das operações da Companhia. As metas fazem referência às melhorias operacionais tais como, aumento da cobertura de atendimento no abastecimento de água e/ou da cobertura de atendimento da coleta de esgoto, crescimento do percentual de esgoto tratado, redução de perdas de água dentre outros.

Por ser um contrato de longo prazo, as soluções utilizadas para o cumprimento destas metas partem de um orçamento de investimento inicial que passa por adequações com o passar do tempo dadas as inovações tecnológicas e eventos inesperados passíveis de ocorrer ao longo de determinado prazo. Adicionalmente, a Companhia possui a flexibilidade de antecipar o cronograma de investimentos inicialmente previsto no contrato de concessão, haja vista que com a conexão de novos clientes à base o retorno é ampliado.

Dentre as metas de atendimento global estabelecidas no contrato de concessão, constam o atendimento de 99% da população com abastecimento de água e 90% com esgotamento sanitário, dentro de prazos calculados de acordo com uma regra que leva em consideração a taxa de atendimento atual e da população urbana de cada município, não devendo ultrapassar o ano de 2033. O índice de hidrometração esperado é de 100% para todas as localidades, para ser alcançada gradualmente em 5 anos a partir da assunção do sistema, sem, contudo, ser este parâmetro um Indicador de desempenho.

Ressalta-se que a Companhia iniciou suas operações em novembro de 2021 e as metas são de longo prazo. Maiores informações sobre as metas podem ser encontradas no item 4.1 deste Formulário de Referência.

ii. *Fontes de financiamento dos investimentos*

A Companhia contará com fontes diversificadas e complementares de capital para financiar seus investimentos, incluindo aportes, sua própria geração de caixa e financiamentos em linhas de crédito oferecidas por bancos de fomento nacionais e internacionais bem como acesso ao mercado de capitais. Em julho de 2021, a Companhia tem contratada a operação apresentada no item 10.1.f.(i) deste Formulário de Referência, via mercado de capitais local.

iii. *Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos*

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui qualquer desinvestimento em andamento e/ou previsão para realização deste tipo de operação.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

c. Novos produtos e serviços, indicando:

i. *Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas*

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos ou serviços em desenvolvimento ou previstos.

10.8 - Plano de Negócios

ii. Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimentos de novos produtos ou serviços

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos ou serviços em desenvolvimento ou previstos.

iii. Projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos ou serviços em desenvolvimento ou previstos.

iv. Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos ou serviços em desenvolvimento ou previstos.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

Não aplicável, a Companhia não identificou fatores relevantes que já não tenham sido abordados nos itens acima.

11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas

Nos termos do artigo 20 da Instrução CVM 480, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa, desde que a companhia não tenha divulgado projeções ou estimativas anteriormente. Desta forma, a Companhia optou por não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras).

a. objeto da projeção

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

b. período projetado e o prazo de validade da projeção

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

c. premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

d. valores dos indicadores que são objeto da previsão

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas

a. informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas neste Formulário de Referência e quais delas estão sendo repetidas neste Formulário de Referência

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

b. quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

c. quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega deste Formulário de Referência e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

A administração da Companhia é composta por um Conselho de Administração e uma Diretoria, regidos pelo disposto na Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das Sociedades por Ações”) e pelo seu estatuto social (“Estatuto Social”).

(a) atribuições do conselho de administração e dos órgãos e comitês permanentes que sereportam, ao conselho de administração

Conselho de Administração:

De acordo com o Estatuto Social, o Conselho de Administração da Companhia é composto de, no mínimo, 4 (quatro) e, no máximo, 5 (cinco) membros, acionistas ou não, residentes no Brasil ou no exterior, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 1 (um) ano, sendo permitida a reeleição.

Compete ao Conselho de Administração, além de outras atribuições que lhe sejam cometidas por lei ou pelo Estatuto Social:

- (i) deliberar e aprovar o aumento de capital, dentro do limite do capital autorizado, observado o parágrafo único do Artigo 6º deste Estatuto Social;
- (ii) eleger e destituir os membros da Diretoria e fixar-lhes as atribuições;
- (iii) fiscalizar, supervisionar, aconselhar e apoiar a Diretoria no cumprimento do objeto social da Companhia;
- (iv) convocar a Assembleia Geral quando julgar conveniente, ou nos casos previstos neste Estatuto Social e na Lei das S.A.;
- (v) estabelecer a orientação geral e o direcionamento estratégico dos negócios da Companhia, aprovando diretrizes, políticas empresariais e objetivos básicos;
- (vi) manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria;
- (vii) aprovar o plano de negócios;
- (viii) aprovar o orçamento anual;
- (ix) aprovar operações entre a Companhia e partes relacionadas, independentemente do valor envolvido, exceto com a AEGEA Saneamento e Participações S.A. (“AEGEA”) e subsidiárias da AEGEA, desde que no curso normal dos negócios, e sem qualquer efeito adverso relevante para o Contrato de Concessão, observado que, se aprovado pelo Conselho de Administração, e caso o valor da operação seja superior a 50% (cinquenta por cento) do valor dos ativos totais da Companhia constantes do último balanço patrimonial aprovado, a matéria deverá ser submetida à Assembleia Geral;
- (x) aprovar a alteração nos padrões de contabilidade utilizados pela Companhia;
- (xi) nomear e destituir o auditor independente da Companhia;
- (xii) aprovar a outorga de garantias em obrigações de terceiros (ou seja, que não em garantia das obrigações da própria Companhia);
- (xiii) criação, adoção, modificação, término, abandono, perda, cancelamento, suspensão ou renúncia que diga respeito às normas e políticas antissuborno e anticorrupção ou quaisquer das políticas e normas da Companhia relativas à conformidade;

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

- (xiv) aprovar a emissão de quaisquer instrumentos de dívida ou contratação de qualquer financiamento ou empréstimo de qualquer tipo (em uma operação ou série de operações dentro do mesmo exercício social) que exceda o valor previsto no plano de negócios ou no orçamento anual ou contrair novas dívidas em um determinado exercício social cujo valor seja superior a R\$110.000.000,00 (cento e dez milhões de reais) ou ao correspondente a 3% (três por cento) da receita líquida da Companhia no exercício social anterior (conforme demonstrações financeiras auditadas da Companhia do respectivo exercício social), o que for maior;
- (xv) aprovar a venda ou qualquer outro tipo de alienação de parcela relevante dos ativos da Companhia, que envolva valores (em uma operação ou série de operações dentro do mesmo exercício social) superiores a R\$110.000.000,00 (cento e dez milhões de reais) ou ao correspondente 3% (três por cento) da receita líquida da Companhia no exercício social anterior (conforme demonstrações financeiras auditadas da Companhia do respectivo exercício social), o que for maior, observado que, se aprovado pelo Conselho de Administração, caso tal operação represente um valor superior a 50% (cinquenta por cento) do valor dos ativos totais da Companhia constantes do último balanço patrimonial aprovado, a matéria terá que ser submetida à Assembleia Geral;
- (xvi) aprovar a aquisição de sociedade, incluindo mediante subscrição de ações, e/ou aprovação de qualquer investimento ou despesas de capital em valor igual ou superior ao valor previsto como investimento ou despesas de capital para crescimento contingente no plano de negócios ou no orçamento anual superior a R\$110.000.000,00 (cento e dez milhões de reais) ou ao correspondente a 3% (três por cento) da receita líquida da Companhia no exercício social anterior (conforme demonstrações financeiras auditadas da Companhia do respectivo exercício social), o que for maior;
- (xvii) autorizar a aquisição de ações de emissão da Companhia para permanência em tesouraria ou cancelamento, ou posterior alienação; e
- (xviii) o cumprimento das demais atribuições que lhe são fixadas em lei e neste Estatuto Social.

Diretoria

A Diretoria da Companhia será composta por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 7 (sete) membros, acionistas ou não, residentes no país, todos eleitos pelo Conselho de Administração e por ele destituíveis a qualquer tempo, sendo um Diretor Presidente, um Diretor de Relações com Investidores, um Diretor Financeiro e um Diretor Executivo, eleitos para um mandato unificado de um ano, sendo permitida a reeleição.

(i) se possuem regimento interno próprio, informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue esses regimentos, locais na rede mundial de computadores onde esses documentos podem ser encontrados:

O Conselho de Administração e a Diretoria não são regidos por regimentos internos próprios. As regras gerais relativas aos seus funcionamentos, estruturas, organizações e responsabilidades estão descritas no Estatuto Social da Companhia.

(ii) se o emissor possui comitê de auditoria estatutário, informando, caso positivo, suas principais atribuições, forma de funcionamento e se o mesmo atende aos requisitos da regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários sobre o assunto:

A Companhia não possui comitê de auditoria, estatutário ou não estatutário.

(iii) de que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente, e informando o órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado:

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

(b) em relação aos membros da diretoria estatutária, suas atribuições e poderes individuais, indicando se a diretoria possui regimento interno próprio, e informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado;

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

(c) data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, informando se possui regimento interno próprio, e indicando, em caso positivo, data da sua aprovação pelo conselho fiscal e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado;

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

(d) se há mecanismos de avaliação de desempenho do conselho de administração e de cada órgão ou comitê que se reporta ao conselho de administração, informando, em caso positivo;

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

(i) a periodicidade da avaliação e sua abrangência, indicando se a avaliação é feita somente em relação ao órgão ou se inclui também a avaliação individual de seus membros

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

(ii) metodologia adotada e os principais critérios utilizados na avaliação

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

(iii) como os resultados da avaliação são utilizados pelo emissor para aprimorar o funcionamento deste órgão; e

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

(iv) se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

Descrever as regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais, indicando:

(a) Prazos de convocação

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

(b) Competências

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

(c) Endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

(d) Identificação e administração de conflitos de interesses

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

(e) Solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

(f) Formalidades necessárias para aceitação de instrumentos de procuração outorgados por acionistas, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notarialização, consularização e tradução juramentada e se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

(g) Formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância, quando enviados diretamente à companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notarialização e consularização

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

(h) se a companhia disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

(i) instruções para que acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

(j) se a companhia disponibiliza fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

(k) Outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

(a) número de reuniões realizadas no último exercício social

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

(b) se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

(c) regras de identificação e administração de conflitos de interesses

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

(d) se o emissor possui política de indicação e de preenchimento de cargos do conselho de administração formalmente aprovada, informando, em caso positivo:

(i) órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

(ii) principais características da política, incluindo regras relativas ao processo de indicação dos membros do conselho de administração, à composição do órgão e à seleção de seus membros

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem

12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

| Nome | Data de nascimento | Orgão administração | Data da eleição | Prazo do mandato | Número de Mandatos Consecutivos |
|---|---------------------------|--|-----------------|-----------------------------|---|
| CPF | Profissão | Cargo eletivo ocupado | Data de posse | Foi eleito pelo controlador | Percentual de participação nas reuniões |
| Outros cargos e funções exercidas no emissor | | Descrição de outro cargo / função | | | |
| Josélio Alves Raimundo | 22/07/1976 | Pertence apenas à Diretoria | 01/09/2021 | 26/05/2024 | 0 |
| 068.437.817-56 | Engenheiro | 19 - Outros Diretores | 01/09/2021 | Sim | 0.00% |
| O Sr. Josélio não exerce outros cargos ou funções na Companhia | | Diretor sem designação específica | | | |
| Luiz Carlos Costa Couto | 16/01/1965 | Pertence apenas à Diretoria | 26/05/2021 | 26/05/2024 | 0 |
| 086.544.048-41 | Engenheiro | 19 - Outros Diretores | 26/05/2021 | Não | 0.00% |
| | | Diretor Executivo | | | |
| Anselmo Henrique Seto Leal | 07/02/1982 | Pertence apenas à Diretoria | 18/03/2022 | 26/05/2024 | 0 |
| 220.943.838-14 | Engenheiro eletricista | | 18/03/2022 | Não | 0.00% |
| O Sr. Anselmo não exerce outros cargos ou funções na Companhia | | | | | |
| Alexandre Bianchini Antonio | 26/10/1967 | Pertence apenas à Diretoria | 26/05/2021 | 26/05/2024 | 0 |
| 006.661.357-46 | Engenheiro | 10 - Diretor Presidente / Superintendente | 26/05/2021 | Não | 0.00% |
| O Sr. Alexandre não exerce outros cargos ou funções na Companhia. | | | | | |
| Luiz Serafim Spínola Santos | 22/02/1947 | Pertence apenas ao Conselho de Administração | 29/04/2022 | 29/04/2023 | 0 |
| 093.068.627-68 | Engenheiro Civil | 20 - Presidente do Conselho de Administração | 29/04/2022 | Sim | 100.00% |
| O Sr. Luiz não exerce outros cargos ou funções na Companhia | | | | | |
| Radamés Andrade Casseb | 18/07/1972 | Pertence apenas ao Conselho de Administração | 29/04/2022 | 29/04/2023 | 0 |
| 469.079.982-20 | Analista de sistemas | 22 - Conselho de Administração (Efetivo) | 29/04/2022 | Sim | 100.00% |
| O Sr. Radamés não exerce outros cargos ou funções na Companhia | | | | | |
| André Pires de Oliveira Dias | 20/04/1967 | Pertence apenas ao Conselho de Administração | 29/04/2022 | 29/04/2023 | 0 |
| 094.244.028-56 | Administrador de Empresas | 20 - Presidente do Conselho de Administração | 29/04/2022 | Sim | 100.00% |

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

| Nome | Data de nascimento | Orgão administração | Data da eleição | Prazo do mandato | Número de Mandatos Consecutivos |
|--|---------------------------|--|-----------------|-----------------------------|---|
| CPF | Profissão | Cargo eletivo ocupado | Data de posse | Foi eleito pelo controlador | Percentual de participação nas reuniões |
| Outros cargos e funções exercidas no emissor | | Descrição de outro cargo / função | | | |
| O Sr. André não exerce outros cargos ou funções na Companhia. | | | | | |
| Rodolfo Villela Marino | 14/11/1975 | Pertence apenas ao Conselho de Administração | 29/04/2022 | 29/04/2023 | 0 |
| 271.943.018-81 | Administrador de Empresas | 20 - Presidente do Conselho de Administração | 29/04/2022 | Sim | 100.00% |
| O Sr. Rodolfo não exerce outros cargos ou funções na Companhia. | | | | | |
| Sergio Luis Botelho de Moraes Toledo | 20/05/1967 | Pertence apenas ao Conselho de Administração | 29/04/2022 | 29/04/2023 | 0 |
| 095.999.278-26 | Empresário | 20 - Presidente do Conselho de Administração | 29/04/2022 | Sim | 0.00% |
| O Sr. Sergio não exerce outros cargos ou funções na Companhia. | | | | | |
| Experiência profissional / Critérios de Independência | | | | | |
| Josélio Alves Raimundo - 068.437.817-56 | | | | | |
| Josélio Alves Raymundo é graduado em engenharia civil pela Universidade Federal de Viçosa-MG e pós graduado em Engenharia Sanitária e Ambiental. pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – RJ. Ingressou no grupo Aegea em 2007, tendo ocupado diversos cargos de liderança nas operações. Em novembro/2007 assumiu como gestor de operações em Águas Guariroba, em Campo Grande-MS. Em junho/2012 assumiu como diretor executivo em Águas do Mirante, em Piracicaba-SP, posição ocupada até maio/2015 quando retornou à Campo Grande-MS como diretor executivo da Águas Guariroba. Em setembro/2017 assumiu como diretor estatutário da Companhia, sendo responsável pelas operações da regional centro oeste. Josélio também foi um dos responsáveis pela implementação do programa de diversidade do grupo Aegea, o programa Respeito Dá o Tom. | | | | | |
| Luiz Carlos Costa Couto - 086.544.048-41 | | | | | |
| Engenheiro Civil pela Universidade de Campinas, com MBA em administração de empresas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e mestrado em hidráulica e tratamento de água e esgoto pela Universidade de Campinas. Ingressou na Companhia em julho/2018 exercendo o cargo de diretor executivo na concessionária Águas de Manaus onde foi um dos responsáveis técnicos. Atuou ainda como diretor na Ecoaqua Soluções de 07/2007 a 09/2010, gerente de engenharia da Odebrecht Ambiental 10/2010 a 10/2015 e gerente de operações na Degremont Saneamento 06/1998 a 09/2007. | | | | | |
| Anselmo Henrique Seto Leal - 220.943.838-14 | | | | | |
| Anselmo Henrique Seto Leal é graduado em Engenharia Elétrica pela Faculdade de Engenharia Industrial de São Bernardo do Campo, possui MBA em Finanças pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e LLM em direito empresarial pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC). Executivo com mais de 15 anos de experiência, ingressou como Diretor Institucional da Companhia em setembro de 2021, assumindo as funções de Diretor de Relações com Investidores em março de 2022. Anteriormente, atuou como membro do conselho de administração da CPFL Energia (de maio de 2019 a outubro de 2021) e vice-presidente (novembro de 2019 a setembro de 2021) e diretor (abril de 2016 a novembro de 2019) da State Grid Brazil. Também foi CEO da Nascentes do Xingu, empresa do grupo Aegea (abril de 2015 a maio de 2016). | | | | | |
| Alexandre Bianchini Antonio - 006.661.357-46 | | | | | |

Engenheiro Civil pela Universidade Federal Fluminense, com MBA em Gestão de Negócios pela Fundação Getúlio Vargas e Pós Graduação – Marketing de Serviços 2005 – 2007 pela ESPM Escola Superior de Propaganda e Marketing. Ingressou na Companhia em junho/2018 exercendo a diretoria executiva e regional nas operações da região norte, incluindo a operação do sistema de abastecimento de água e de esgotamento sanitário de Manaus onde foi um dos responsáveis técnicos. Foi também diretor de operações da CEDAE no período de março a agosto de 2019, diretor de operações da Zona Oeste Mais Saneamento de 2017 a 2018 e diretor de operações e do Grupo Águas do Brasil de 2015 a 2017.

Luiz Serafim Spínola Santos - 093.068.627-68

Luiz Serafim Spínola Santos é engenheiro civil pela UFRJ, mestre em engenharia de Produção pela COPPE/UFRJ, atendeu a cursos de pós-graduação em administração de empresas no INSEAD (França), e de extensão universitária com foco em finanças e investimentos na London Business School. Atualmente é membro independente do Conselho de Administração da Metalúrgica Gerdau, Cremer e João Fortes Engenharia. É vice-presidente da ABRASCA (Associação Brasileira das Companhias Abertas), presidindo o Conselho de Autorregulação das Companhias Abertas da referida entidade, além de representa-la no Conselho de Regulação do Mercado de Capitais da ANBIMA. É membro do IBGC (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa). Em 2014 tomou posse como um dos membros do recém-criado CAF – Comitê de Aquisições e Fusões. Foi sócio do UBS Capital Américas (1998/2002) e da Brasilpar (1981/97), além de ter participado do conselho da Fitch do Brasil, de 1994 a 2002. De 1977 até 1981, foi superintendente da CVM, chefiando a área de Relações com o Mercado e os Intermediários. De 1974 a 1977 trabalhou no BNDES, como superintendente de operações, e de 1972 a 1974 trabalhou no Banco de Boston, como gerente de operações internacionais. Já foi conselheiro das seguintes companhias: Líder Taxi Aéreo, Varig, Springer, Medidata Informática, FPI-Food Processing International e Banco Sudameris. É sócio da Flex Parque SPE LTDA e da Cullen Developmet Inc. (BVI).

Radamés Andrade Casseb - 469.079.982-20

Radamés Andrade Casseb é graduado em Informática e especializado em Gestão de Infraestrutura pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e em Gestão Avançada pela Fundação Dom Cabral/INSEAD, tendo ingressado na Aegea Saneamento e Participações S.A. ("AEGEA"), acionista da Companhia, como Diretor em 2011, e mantendo, até a presente data, a liderança nas operações da Aegea e suas controladas. Ocupou cargos de liderança em outras companhias de infraestrutura, nas quais obteve sólida experiência com atividades ligadas à área de serviços regulados. Foi Diretor de Operações da CIBE Participações e Empreendimentos S.A., grupo especializado em obras e projetos de infraestrutura.

O Sr. Radamés não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

André Pires de Oliveira Dias - 094.244.028-56

André Pires tem mais de 30 anos de experiência no mercado financeiro e de capitais. Iniciou sua carreira em 1988 e ocupou diversos cargos no Brasil e nos Estados Unidos, no Banco Geral do Comércio, na Montgomery Asset Management, no Banco BBA Creditanstalt e no BNP Paribas. Ingressou na Gerdau S.A. em 2004, onde inicialmente foi o gestor do family office da Gerdau e posteriormente o CFO da Gerdau Ameristeel nos Estados Unidos. Em 2012, o Sr. Pires assumiu a posição de CFO e DRI da Gerdau, cargo que ocupou até 2015 quando assumiu a posição de CFO e DRI da Ultrapar Participações S.A. Em abril de 2022, o Sr. Pires foi eleito membro do conselho de administração da Yduqs Participações S.A. O Sr. Pires de Oliveira Dias é graduado em administração de empresas com ênfase em finanças pela Fundação Getúlio Vargas (FVG) e concluiu o Advanced Management Program pela Universidade da Pennsylvania (Wharton), Estados Unidos.

Rodolfo Villela Marino - 271.943.018-81

Rodolfo Villela é Administrador de Empresas formado pela Fundação Getúlio Vargas e Mestre em Estudos do Desenvolvimento e em Economia e Filosofia pela LSE – London School of Economics and Political Science. Atualmente é Diretor Vice-Presidente da Itaúsa S.A., Membro do Conselho de Administração, dos Comitês de Governança e Pessoas, Sustentabilidade e Riscos e Estratégia e Novos Negócios. Adicionalmente, atua como Coordenador das Comissões de Finanças, e de Pessoas e Ética e é Membro das Comissões de Auditoria e Riscos, de Mercado de Capitais, de Governança Corporativa, de Investimentos, e de Sustentabilidade. Tem atuação nas companhias investidas como membro do Conselho de Administração e Comitês da Alparagatas e Dexco, Copa Energia e Aegea. Integrou a Diretoria, Conselho de Administração e Comitês de outras Companhias do Conglomerado entre 2005 e 2017. Dedicou-se também a organizações do terceiro setor e entidades de classe, tendo atuado como diretor e membro dos conselhos de administração das seguintes instituições: Sociedade de Cultura Artística, Fundação Itaú para Educação e Cultura, Instituto PDR, Associação Pró-Dança, Young Presidents Organization-YPO/WPO, IBGC - Inst. Brasileiro de Governança Corporativa, Fundação Itaú Social, IEDI - Inst. para Estudos do Desenv. Industrial, Todos pela Educação, Instituto Yandeh, IBÁ - Industria Brasileira de Árvores, Instituto Unibanco.

Sergio Luis Botelho de Moraes Toledo - 095.999.278-26

Graduado em Engenharia Civil pela Faculdade Municipal de Piracicaba, com especialização em infraestrutura de Saneamento Básico. Formação em Conselho de Administração pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC. Atua há mais de 30 anos no Grupo Equipav, participando da estruturação e implementação da governança corporativa das empresas do Grupo. Atualmente é membro do Conselho de Administração da Equipav desde 2010, membro do Conselho de Administração e membros do Comitê de Auditoria, Riscos e Integridade da Aegea Saneamento e Participações S/A.

Tipo de Condenação

Descrição da Condenação

Josélio Alves Raimundo - 068.437.817-56

| | |
|---|---|
| N/A | O Sr. Josélio Alves Raymundo não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada. |
| Luiz Carlos Costa Couto - 086.544.048-41 | |
| N/A | O Sr. Luiz Carlos não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada. |
| Anselmo Henrique Seto Leal - 220.943.838-14 | |
| N/A | O Sr. Anselmo não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada. |
| Alexandre Bianchini Antonio - 006.661.357-46 | |
| N/A | O Sr. Alexandre não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada. |
| Luiz Serafim Spínola Santos - 093.068.627-68 | |
| N/A | O Sr. Luiz não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada. |
| Radamés Andrade Casseb - 469.079.982-20 | |
| N/A | O Sr. Radamés não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada. |
| André Pires de Oliveira Dias - 094.244.028-56 | |
| Processos Administrativos | Nos termos do Processo Administrativo Sancionador CVM SEI nº 19957.004309/2016-73 (RJ2016-5733), julgado pela CVM em 03 de dezembro de 2019, o Sr. André Pires de Oliveira Dias foi condenado ao pagamento de multa pecuniária, no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil Reais), em razão do alegado descumprimento do artigo 157, § 4º, da Lei 6.404/1976, conjugado com o artigo 14 da instrução CVM nº 480/2009 e o artigo 3º, § 5º, da Instrução CVM nº 358/02, ao divulgar, em 14.07.2015, na condição de Diretor de Relações com Investidores da Gerdau S.A., fato relevante dessa companhia com informações supostamente incompletas. A condenação encontra-se suspensa, pois foi interposto recurso perante o Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, ainda pendente de julgamento |
| Rodolfo Villela Marino - 271.943.018-81 | |
| N/A | O Sr. Rodolfo não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada. |

Sergio Luis Botelho de Moraes Toledo - 095.999.278-26

N/A

O Sr. Sérgio não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

12.7/8 - Composição Dos Comitês

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, pois, na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía comitês estatutários ou comitês de auditoria, financeiro e de remuneração instalados

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

12.12 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes além daqueles informadas nos demais itens desta seção 12.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

13. Remuneração dos administradores

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

(a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

(b) composição da remuneração

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

(ii) em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

(iv) razões que justificam a composição da remuneração

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

(v) a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

(c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

(d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

(e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

(f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

(g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

(h) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

(i) os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

(iii) com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal**Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 01/01/2022 - Valores Anuais**

| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
|--|---------------------------|-----------------------|-----------------|-------|
| Nº total de membros | 5,00 | 4,00 | | 9,00 |
| Nº de membros remunerados | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Remuneração fixa anual | | | | |
| Salário ou pró-labore | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Benefícios direto e indireto | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Participações em comitês | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Outros | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Descrição de outras remunerações fixas | | | | |
| Remuneração variável | | | | |
| Bônus | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Participação de resultados | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Participação em reuniões | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Comissões | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Outros | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Descrição de outras remunerações variáveis | | | | |
| Pós-emprego | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Cessação do cargo | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Baseada em ações (incluindo opções) | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Observação | | | | |
| Total da remuneração | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |

Remuneração total do Exercício Social em 31/01/2021 - Valores Anuais

| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
|-------------------------------|---------------------------|-----------------------|-----------------|-------|
| Nº total de membros | 4,75 | 2,88 | | 7,63 |
| Nº de membros remunerados | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Remuneração fixa anual | | | | |
| Salário ou pró-labore | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Benefícios direto e indireto | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Participações em comitês | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Outros | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |

| | | | | |
|--|--|--|--|------|
| Descrição de outras remunerações fixas | | | | |
| Remuneração variável | | | | |
| Bônus | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Participação de resultados | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Participação em reuniões | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Comissões | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Outros | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Descrição de outras remunerações variáveis | | | | |
| Pós-emprego | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Cessação do cargo | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Baseada em ações (incluindo opções) | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Observação | - No de membros do Conselho da Administração (38/8 meses = 4,75 membros) (conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/N°01/2021) | - No de membros da Diretoria Estatutária (23/8 meses = 2,88 membros) (conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/N°01/2021) | | |
| Total da remuneração | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

13.6 - Opções em Aberto

13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues

13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

(C) número de membros remunerados

Não aplicável. Desde a sua constituição, a Companhia não adotou e não há previsão de que seja adotado no exercício social corrente plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária.

Justificativa de Não Preenchimento dos Demais Itens

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

13.8 - Precificação Das Ações/opções

13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

13.9 - Participações Detidas Por Órgão

13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores

Não aplicável, pois no período findo em 31 de dezembro de 2021 não houve remuneração reconhecida no resultado da Companhia referente a membros da diretoria estatutária ou do Conselho de Administração que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos. A Companhia não possui Conselho Fiscal instalado neste período.

13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui remuneração de administradores reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum ou de controladas.

13.16 - Outras Informações Relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta seção 13.

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

14. Recursos Humanos

14.1 - Descrição dos recursos humanos

(a) Número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

(b) Número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

(c) Índice de rotatividade

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

14.3 - Descrever as políticas de remuneração dos empregados

(a) política de salários e remuneração variável

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

(b) política de benefícios

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

(c) características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos

14.4 - Descrever as relações entre o emissor e sindicatos

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes com relação a esta Seção 14 do Formulário de Referência.

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

| Acionista | | | | | | |
|--|---|--------------------------------------|-----------------------|---------------------------------|---------------|---------|
| CPF/CNPJ acionista | Nacionalidade-UF | Participa de acordo de acionistas | Acionista controlador | Última alteração | | |
| Acionista Residente no Exterior | Nome do Representante Legal ou Mandatário | | Tipo pessoa | CPF/CNPJ | | |
| Qtde. ações ordinárias (Unidades) | Ações ordinárias % | Qtde. ações preferenciais (Unidades) | Ações preferenciais % | Qtde. total de ações (Unidades) | Total ações % | |
| Detalhamento por classes de ações (Unidades) | | | | | | |
| Classe ação | Qtde. de ações (Unidades) | Ações % | | | | |
| Itaúsa S.A. | | | | | | |
| 61.532.644/0001-15 | | Sim | Não | 26/05/2021 | | |
| Não | | | | | | |
| | 0 | 0,000% | 32.411.618 | 5,555% | 32.411.618 | 4,891% |
| Classe ação | Qtde. de ações (Unidades) | Ações % | | | | |
| Preferencial Classe A | 32.411.618 | 10,200% | | | | |
| TOTAL | 32.411.618 | 5,555% | | | | |
| AEGEA Saneamento e Participações | | | | | | |
| 08.827.501/0001-58 | brasileira-SP | Sim | Não | 26/10/2021 | | |
| Não | | | | | | |
| | 79.440.239 | 100,000% | 265.695.463 | 45,541% | 345.135.702 | 52,064% |
| Classe ação | Qtde. de ações (Unidades) | Ações % | | | | |
| Preferencial Classe B | 265.695.463 | 100,000% | | | | |
| TOTAL | 265.695.463 | 45,538% | | | | |
| Angelo Investment Private Limited | | | | | | |
| 33.954.794/0001-81 | Singapura-SP | Não | Não | 20/04/2022 | | |
| Não | | | | | | |
| | 0 | 0,000% | 60.628.790 | 10,391% | 60.628.790 | 9,146% |
| Classe ação | Qtde. de ações (Unidades) | Ações % | | | | |
| Preferencial Classe A | 60.628.790 | 10,391% | | | | |
| TOTAL | 60.628.790 | 10,391% | | | | |

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

| Acionista | | | | | | |
|--|---|--------------------------------------|-----------------------|---------------------------------|---------------|--|
| CPF/CNPJ acionista | Nacionalidade-UF | Participa de acordo de acionistas | Acionista controlador | Última alteração | | |
| Acionista Residente no Exterior | Nome do Representante Legal ou Mandatário | | Tipo pessoa | CPF/CNPJ | | |
| Qtde. ações ordinárias (Unidades) | Ações ordinárias % | Qtde. ações preferenciais (Unidades) | Ações preferenciais % | Qtde. total de ações (Unidades) | Total ações % | |
| Detalhamento por classes de ações (Unidades) | | | | | | |
| Classe ação | Qtde. de ações (Unidades) | Ações % | | | | |
| Colibri Verde Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior | | | | | | |
| 40.980.983/0001-94 | brasileira-SP | Sim | Não | 26/05/2021 | | |
| Não | | | | | | |
| 0 | 0,000% | 224.720.548 | 38,513% | 224.720.548 | 33,899% | |
| Classe ação | Qtde. de ações (Unidades) | Ações % | | | | |
| Preferencial Classe B | 224.720.548 | 38,515% | | | | |
| TOTAL | 224.720.548 | 38,515% | | | | |
| OUTROS | | | | | | |
| 0 | 0,000% | 0 | 0,000% | 0 | 0,000% | |
| AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração: | | | | | | |
| 0 | 0,000% | 0 | 0,000% | 0 | 0,000% | |
| TOTAL | | | | | | |
| 79.440.239 | 100,000% | 583.456.419 | 100,000% | 662.896.658 | 100,000% | |

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | | | |
|--|---|--------------------------------------|-----------------------|---------------------------------|---------------------------|--|
| ACIONISTA | | | | | | |
| CPF/CNPJ acionista | Nacionalidade-UF | Participa de acordo de acionistas | Acionista controlador | Última alteração | | |
| Acionista Residente no Exterior | Nome do Representante Legal ou Mandatário | | Tipo pessoa | CPF/CNPJ | | |
| Detalhamento de ações (Unidades) | | | | | | |
| Qtde. ações ordinárias (Unidades) | Ações ordinárias % | Qtde. ações preferenciais (Unidades) | Ações preferenciais % | Qtde. total de ações (Unidades) | Total ações % | |
| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | CPF/CNPJ acionista | Composição capital social | |
| AEGEA Saneamento e Participações | | | | 08.827.501/0001-58 | | |
| AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração: | | | | | | |
| 0 | 0,000 | 0 | 0,000 | 0 | 0,000 | |
| Angelo Investment Private Limited | | | | | | |
| 33.954.794/0001-81 | Singapura-SP | Não | Não | 01/07/2021 | | |
| Não | | | | | | |
| 135.442.474 | 19,078 | 214.562.875 | 69,402 | 350.005.349 | 34,340 | |
| Classe ação | Qtde. de ações (Unidades) | Ações % | | | | |
| TOTAL | 0 | 0,000 | | | | |
| GRUA Investimentos S.A. | | | | | | |
| 15.385.166/0001-40 | | Não | Não | 01/07/2021 | | |
| Não | | | | | | |
| 407.331.200 | 57,374 | 530.605 | 0,172 | 407.861.805 | 40,020 | |
| Classe ação | Qtde. de ações (Unidades) | Ações % | | | | |
| TOTAL | 0 | 0,000 | | | | |
| Itaúsa S.A. | | | | | | |
| 61.532.644/0001-15 | | Não | Não | 01/07/2021 | | |
| Não | | | | | | |
| 72.415.560 | 10,020 | 58.884.524 | 19,047 | 131.300.084 | 12,880 | |
| Classe ação | Qtde. de ações (Unidades) | Ações % | | | | |
| TOTAL | 0 | 0,000 | | | | |

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | | | |
|---|---|--------------------------------------|-----------------------|---------------------------------|---------------------------|--|
| ACIONISTA | | | | | | |
| CPF/CNPJ acionista | Nacionalidade-UF | Participa de acordo de acionistas | Acionista controlador | Última alteração | | |
| Acionista Residente no Exterior | Nome do Representante Legal ou Mandatário | | Tipo pessoa | CPF/CNPJ | | |
| Detalhamento de ações (Unidades) | | | | | | |
| Qtde. ações ordinárias (Unidades) | Ações ordinárias % | Qtde. ações preferenciais (Unidades) | Ações preferenciais % | Qtde. total de ações (Unidades) | Total ações % | |
| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | CPF/CNPJ acionista | Composição capital social | |
| AEGEA Saneamento e Participações | | | | 08.827.501/0001-58 | | |
| OUTROS | | | | | | |
| 1.000 | 0,180 | 1.000 | 0,000 | 2.000 | 0,685 | |
| Saneamento 100% - Fundo de Investimento em Participações - Multiestratégia | | | | | | |
| 15.798.300/0001-35 | | Não | Não | 01/07/2021 | | |
| Não | | | | | | |
| 94.767.240 | 13,348 | 35.178.760 | 11,379 | 129.946.000 | 12,075 | |
| Classe ação | Qtde. de ações (Unidades) | Ações % | | | | |
| TOTAL | 0 | 0,000 | | | | |
| TOTAL | | | | | | |
| 709.957.474 | 100,000 | 309.157.764 | 100,000 | 1.019.115.238 | 100,000 | |

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | | |
|---|---|--------------------------------------|-----------------------|---------------------------------|---------------------------|
| ACIONISTA | | | | | |
| CPF/CNPJ acionista | Nacionalidade-UF | Participa de acordo de acionistas | Acionista controlador | Última alteração | |
| Acionista Residente no Exterior | Nome do Representante Legal ou Mandatário | | Tipo pessoa | CPF/CNPJ | |
| Detalhamento de ações (Unidades) | | | | | |
| Qtde. ações ordinárias (Unidades) | Ações ordinárias % | Qtde. ações preferenciais (Unidades) | Ações preferenciais % | Qtde. total de ações (Unidades) | Total ações % |
| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | CPF/CNPJ acionista | Composição capital social |
| Itaúsa S.A. | | | | 61.532.644/0001-15 | |
| AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração: | | | | | |
| 0 | 0,000 | 0 | 0,000 | 0 | 0,000 |
| Alfredo Egydio Arruda Villela Filho | | | | | |
| 066.530.838-88 | Brasileira-SP | Não | Não | 10/08/2020 | |
| Não | | | | | |
| 369.066.868 | 12,771 | 217.685.478 | 3,943 | 586.752.346 | 6,976 |
| Classe ação | Qtde. de ações (Unidades) | Ações % | | | |
| TOTAL | 0 | 0,000 | | | |
| Alfredo Egydio Arruda Villela Filho | | | | | |
| 066.530.838-88 | | Não | Não | | |
| Não | | | | | |
| 369.066.868 | 12,771 | 216.167.378 | 3,915 | 585.234.246 | 6,958 |
| Classe ação | Qtde. de ações (Unidades) | Ações % | | | |
| TOTAL | 0 | 0,000 | | | |
| Alfredo Egydio Nugent Setubal | | | | | |
| 407.919.708-09 | Brasileira-SP | Não | Não | 11/08/2020 | |
| Não | | | | | |
| 2.081 | 0,001 | 210 | 0,001 | 2.291 | 0,001 |
| Classe ação | Qtde. de ações (Unidades) | Ações % | | | |
| TOTAL | 0 | 0,000 | | | |

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | | | |
|---|---|--------------------------------------|-----------------------|---------------------------------|---------------------------|--|
| ACIONISTA | | | | | | |
| CPF/CNPJ acionista | Nacionalidade-UF | Participa de acordo de acionistas | Acionista controlador | Última alteração | | |
| Acionista Residente no Exterior | Nome do Representante Legal ou Mandatário | Tipo pessoa | | CPF/CNPJ | | |
| Detalhamento de ações (Unidades) | | | | | | |
| Qtde. ações ordinárias (Unidades) | Ações ordinárias % | Qtde. ações preferenciais (Unidades) | Ações preferenciais % | Qtde. total de ações (Unidades) | Total ações % | |
| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | CPF/CNPJ acionista | Composição capital social | |
| Itaúsa S.A. | | | | 61.532.644/0001-15 | | |
| Alfredo Egydio Nugent Setubal | | | | | | |
| 407.919.708-09 | Brasileira-SP | Não | Não | 11/08/2020 | | |
| Não | | | | | | |
| 2.081 | 0,001 | 210 | 0,001 | 2.291 | 0,001 | |
| Classe ação | Qtde. de ações (Unidades) | Ações % | | | | |
| TOTAL | 0 | 0,000 | | | | |
| Alfredo Egydio Setubal | | | | | | |
| 014.414.218-07 | Brasileira-SP | Não | Não | 11/08/2020 | | |
| Não | | | | | | |
| 103.411.186 | 3,578 | 41.090.884 | 0,744 | 144.502.070 | 1,718 | |
| Classe ação | Qtde. de ações (Unidades) | Ações % | | | | |
| TOTAL | 0 | 0,000 | | | | |
| Ana Lúcia de Mattos Barretto Villela | | | | | | |
| 066.530.828-06 | Brasileira-SP | Não | Não | 10/08/2020 | | |
| Não | | | | | | |
| 369.066.842 | 12,771 | 203.190.684 | 3,680 | 572.257.526 | 6,804 | |
| Classe ação | Qtde. de ações (Unidades) | Ações % | | | | |
| TOTAL | 0 | 0,000 | | | | |

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | | | |
|-----------------------------------|---|--------------------------------------|-----------------------|---------------------------------|---------------------------|--|
| ACIONISTA | | | | | | |
| CPF/CNPJ acionista | Nacionalidade-UF | Participa de acordo de acionistas | Acionista controlador | Última alteração | | |
| Acionista Residente no Exterior | Nome do Representante Legal ou Mandatário | Tipo pessoa | | CPF/CNPJ | | |
| Detalhamento de ações (Unidades) | | | | | | |
| Qtde. ações ordinárias (Unidades) | Ações ordinárias % | Qtde. ações preferenciais (Unidades) | Ações preferenciais % | Qtde. total de ações (Unidades) | Total ações % | |
| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | CPF/CNPJ acionista | Composição capital social | |
| Itaúsa S.A. | | | | 61.532.644/0001-15 | | |
| Beatriz de Mattos Setubal | | | | | | |
| 316.394.318-70 | Brasileira-SP | Não | Não | 15/12/2020 | | |
| Não | | | | | | |
| 4.395.600 | 0,152 | 288.441 | 0,005 | 4.684.041 | 0,056 | |
| Classe ação | Qtde. de ações (Unidades) | Ações % | | | | |
| TOTAL | 0 | 0,000 | | | | |
| Bruno Rizzo Setubal | | | | | | |
| 299.133.368-56 | Brasileiro-SP | Não | Não | 09/03/2021 | | |
| Não | | | | | | |
| 29.076.187 | 1,006 | 18.997 | 0,001 | 29.095.184 | 0,346 | |
| Classe ação | Qtde. de ações (Unidades) | Ações % | | | | |
| TOTAL | 0 | 0,000 | | | | |
| Camila Setubal Lenz Cesar | | | | | | |
| 350.572.098-41 | Brasileira-SP | Não | Não | 09/03/2021 | | |
| Não | | | | | | |
| 29.076.188 | 1,006 | 29.076.188 | 0,001 | 58.152.376 | 0,346 | |
| Classe ação | Qtde. de ações (Unidades) | Ações % | | | | |
| TOTAL | 0 | 0,000 | | | | |

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | | |
|---------------------------------------|---|--------------------------------------|-----------------------|---------------------------------|---------------------------|
| ACIONISTA | | | | | |
| CPF/CNPJ acionista | Nacionalidade-UF | Participa de acordo de acionistas | Acionista controlador | Última alteração | |
| Acionista Residente no Exterior | Nome do Representante Legal ou Mandatário | | Tipo pessoa | CPF/CNPJ | |
| Detalhamento de ações (Unidades) | | | | | |
| Qtde. ações ordinárias (Unidades) | Ações ordinárias % | Qtde. ações preferenciais (Unidades) | Ações preferenciais % | Qtde. total de ações (Unidades) | Total ações % |
| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | CPF/CNPJ acionista | Composição capital social |
| Itaúsa S.A. | | | | 61.532.644/0001-15 | |
| Carolina Marinho Lutz Setubal | | | | | |
| 077.540.228-18 | Brasileira-SP | Não | Não | 12/08/2020 | |
| Não | | | | | |
| 39.264.821 | 1,359 | 5.066.819 | 0,092 | 44.331.640 | 0,527 |
| Classe ação | Qtde. de ações (Unidades) | Ações % | | | |
| TOTAL | 0 | 0,000 | | | |
| Companhia ESA | | | | | |
| 52.117.397/0001-08 | | Não | Não | 10/08/2020 | |
| Não | | | | | |
| 18.171.526 | 0,629 | 0 | 0,000 | 18.171.526 | 0,216 |
| Classe ação | Qtde. de ações (Unidades) | Ações % | | | |
| TOTAL | 0 | 0,000 | | | |
| Fernando Setubal Souza e Silva | | | | | |
| 311.798.878-59 | Brasileira-SP | Não | Não | 12/08/2020 | |
| Não | | | | | |
| 21.353.639 | 0,739 | 446.433 | 0,008 | 21.800.072 | 0,259 |
| Classe ação | Qtde. de ações (Unidades) | Ações % | | | |
| TOTAL | 0 | 0,000 | | | |

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | | |
|---|---|--------------------------------------|-----------------------|---------------------------------|---------------------------|
| ACIONISTA | | | | | |
| CPF/CNPJ acionista | Nacionalidade-UF | Participa de acordo de acionistas | Acionista controlador | Última alteração | |
| Acionista Residente no Exterior | Nome do Representante Legal ou Mandatário | | Tipo pessoa | CPF/CNPJ | |
| Detalhamento de ações (Unidades) | | | | | |
| Qtde. ações ordinárias (Unidades) | Ações ordinárias % | Qtde. ações preferenciais (Unidades) | Ações preferenciais % | Qtde. total de ações (Unidades) | Total ações % |
| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | CPF/CNPJ acionista | Composição capital social |
| Itaúsa S.A. | | | | 61.532.644/0001-15 | |
| Fundação Antonio e Helena Zerrenner Instituição Nacional de Beneficência | | | | | |
| 60.480.480/0001-67 | | Não | Não | 28/02/2020 | |
| Não | | | | | |
| 444.274.541 | 15,374 | 85.567.917 | 1,550 | 529.842.458 | 6,300 |
| Classe ação | Qtde. de ações (Unidades) | Ações % | | | |
| TOTAL | 0 | 0,000 | | | |
| Fundação Itaú para Educação e Cultura | | | | | |
| 59.573.030/0001-30 | | Não | Não | 06/06/2018 | |
| Não | | | | | |
| 337.678.958 | 11,685 | 41.473.312 | 0,751 | 379.152.270 | 4,508 |
| Classe ação | Qtde. de ações (Unidades) | Ações % | | | |
| TOTAL | 0 | 0,000 | | | |
| Gabriel de Mattos Setubal | | | | | |
| 348.338.808-73 | brasileira-SP | Não | Não | 12/12/2020 | |
| Não | | | | | |
| 4.395.600 | 0,152 | 288.441 | 0,005 | 4.684.041 | 0,056 |
| Classe ação | Qtde. de ações (Unidades) | Ações % | | | |
| TOTAL | 0 | 0,000 | | | |

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | | | |
|--|---|--------------------------------------|-----------------------|---------------------------------|---------------------------|--|
| ACIONISTA | | | | | | |
| CPF/CNPJ acionista | Nacionalidade-UF | Participa de acordo de acionistas | Acionista controlador | Última alteração | | |
| Acionista Residente no Exterior | Nome do Representante Legal ou Mandatário | Tipo pessoa | | CPF/CNPJ | | |
| Detalhamento de ações (Unidades) | | | | | | |
| Qtde. ações ordinárias (Unidades) | Ações ordinárias % | Qtde. ações preferenciais (Unidades) | Ações preferenciais % | Qtde. total de ações (Unidades) | Total ações % | |
| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | CPF/CNPJ acionista | Composição capital social | |
| Itaúsa S.A. | | | | 61.532.644/0001-15 | | |
| Guilherme Setubal Souza e Silva | | | | | | |
| 269.253.728-92 | brasileira-SP | Não | Não | 09/09/2020 | | |
| Não | | | | | | |
| 21.353.746 | 0,739 | 36.442 | 0,001 | 21.390.188 | 0,254 | |
| Classe ação | Qtde. de ações (Unidades) | Ações % | | | | |
| TOTAL | 0 | 0,000 | | | | |
| José Luiz Egydio Setubal | | | | | | |
| 011.785.508-18 | brasileira-SP | Não | Não | 15/12/2020 | | |
| Não | | | | | | |
| 90.181.495 | 3,121 | 39.322.170 | 0,712 | 129.503.665 | 1,540 | |
| Classe ação | Qtde. de ações (Unidades) | Ações % | | | | |
| TOTAL | 0 | 0,000 | | | | |
| Julia Guidon Setubal Winandy | | | | | | |
| 336.694.358-08 | brasileira-SP | Não | Não | 12/08/2020 | | |
| Não | | | | | | |
| 39.264.821 | 1,359 | 5.066.819 | 0,092 | 44.331.640 | 0,527 | |
| Classe ação | Qtde. de ações (Unidades) | Ações % | | | | |
| TOTAL | 0 | 0,000 | | | | |

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | | | |
|---|---|--------------------------------------|-----------------------|---------------------------------|---------------------------|--|
| ACIONISTA | | | | | | |
| CPF/CNPJ acionista | Nacionalidade-UF | Participa de acordo de acionistas | Acionista controlador | Última alteração | | |
| Acionista Residente no Exterior | Nome do Representante Legal ou Mandatário | Tipo pessoa | | CPF/CNPJ | | |
| Detalhamento de ações (Unidades) | | | | | | |
| Qtde. ações ordinárias (Unidades) | Ações ordinárias % | Qtde. ações preferenciais (Unidades) | Ações preferenciais % | Qtde. total de ações (Unidades) | Total ações % | |
| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | CPF/CNPJ acionista | Composição capital social | |
| Itaúsa S.A. | | | | 61.532.644/0001-15 | | |
| Luiza Rizzo Setubal Kairalla | | | | | | |
| 323.461.948-40 | Brasileira-SP | Não | Não | 09/03/2021 | | |
| Não | | | | | | |
| 29.076.191 | 1,006 | 27.938 | 0,001 | 29.104.129 | 0,346 | |
| Classe ação | Qtde. de ações (Unidades) | Ações % | | | | |
| TOTAL | 0 | 0,000 | | | | |
| Marcelo Ribeiro do Valle Setubal | | | | | | |
| 230.936.378-21 | brasileira-SP | Não | Não | 11/08/2020 | | |
| Não | | | | | | |
| 2.113 | 0,001 | 52.875 | 0,001 | 54.988 | 0,001 | |
| Classe ação | Qtde. de ações (Unidades) | Ações % | | | | |
| TOTAL | 0 | 0,000 | | | | |
| Maria Alice Setubal | | | | | | |
| 570.405.408-00 | Brasileira-SP | Não | Não | 20/01/2020 | | |
| Não | | | | | | |
| 0 | 0,000 | 45.806.071 | 0,083 | 45.806.071 | 0,545 | |
| Classe ação | Qtde. de ações (Unidades) | Ações % | | | | |
| TOTAL | 0 | 0,000 | | | | |

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | | | |
|-----------------------------------|---|--------------------------------------|-----------------------|---------------------------------|---------------------------|--|
| ACIONISTA | | | | | | |
| CPF/CNPJ acionista | Nacionalidade-UF | Participa de acordo de acionistas | Acionista controlador | Última alteração | | |
| Acionista Residente no Exterior | Nome do Representante Legal ou Mandatário | | Tipo pessoa | CPF/CNPJ | | |
| Detalhamento de ações (Unidades) | | | | | | |
| Qtde. ações ordinárias (Unidades) | Ações ordinárias % | Qtde. ações preferenciais (Unidades) | Ações preferenciais % | Qtde. total de ações (Unidades) | Total ações % | |
| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | CPF/CNPJ acionista | Composição capital social | |
| Itaúsa S.A. | | | | 61.532.644/0001-15 | | |
| Mariana Lucas Setubal | | | | | | |
| 227.809.998-10 | Brasileira-SP | Não | Não | 17/11/2020 | | |
| Não | | | | | | |
| 25.002.081 | 0,865 | 210 | 0,001 | 25.002.291 | 0,297 | |
| Classe ação | Qtde. de ações (Unidades) | Ações % | | | | |
| TOTAL | 0 | 0,000 | | | | |
| Marina Nugent Setubal | | | | | | |
| 384.422.518-80 | Brasileira-SP | Não | Não | 11/08/2020 | | |
| Não | | | | | | |
| 2.081 | 0,001 | 210 | 0,001 | 2.291 | 0,001 | |
| Classe ação | Qtde. de ações (Unidades) | Ações % | | | | |
| TOTAL | 0 | 0,000 | | | | |
| O. E. Setubal S.A. | | | | | | |
| 61.074.456/0001-90 | | Não | Não | 19/06/2019 | | |
| Não | | | | | | |
| 6 | 0,001 | 8 | 0,001 | 14 | 0,001 | |
| Classe ação | Qtde. de ações (Unidades) | Ações % | | | | |
| TOTAL | 0 | 0,000 | | | | |

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | | |
|--|---|--------------------------------------|-----------------------|---------------------------------|---------------------------|
| ACIONISTA | | | | | |
| CPF/CNPJ acionista | Nacionalidade-UF | Participa de acordo de acionistas | Acionista controlador | Última alteração | |
| Acionista Residente no Exterior | Nome do Representante Legal ou Mandatário | | Tipo pessoa | CPF/CNPJ | |
| Detalhamento de ações (Unidades) | | | | | |
| Qtde. ações ordinárias (Unidades) | Ações ordinárias % | Qtde. ações preferenciais (Unidades) | Ações preferenciais % | Qtde. total de ações (Unidades) | Total ações % |
| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | CPF/CNPJ acionista | Composição capital social |
| Itaúsa S.A. | | | | 61.532.644/0001-15 | |
| Olavo Egydio Mutarelli Setubal | | | | | |
| 394.635.348-73 | Brasileira-SP | Não | Não | 15/12/2020 | |
| Não | | | | | |
| 4.395.600 | 0,152 | 288.441 | 0,005 | 4.684.041 | 0,056 |
| Classe ação | Qtde. de ações (Unidades) | Ações % | | | |
| TOTAL | 0 | 0,000 | | | |
| Olavo Egydio Setubal Junior | | | | | |
| 006.447.048-29 | Brasileira-SP | Não | Não | 09/03/2021 | |
| Não | | | | | |
| 17.069.150 | 0,591 | 42.103.822 | 0,763 | 59.172.972 | 0,704 |
| Classe ação | Qtde. de ações (Unidades) | Ações % | | | |
| TOTAL | 0 | 0,000 | | | |
| OUTROS | | | | | |
| 279.397.921 | 4,076 | 4.086.373.096 | 78,730 | 4.365.771.017 | 52,773 |
| Patricia Ribeiro do Valle Setubal | | | | | |
| 230.936.328-62 | Brasileira-SP | Não | Não | 11/08/2020 | |
| Não | | | | | |
| 2.113 | 0,001 | 52.875 | 0,001 | 54.988 | 0,002 |
| Classe ação | Qtde. de ações (Unidades) | Ações % | | | |
| TOTAL | 0 | 0,000 | | | |

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | | | |
|-----------------------------------|---|--------------------------------------|-----------------------|---------------------------------|---------------------------|--|
| ACIONISTA | | | | | | |
| CPF/CNPJ acionista | Nacionalidade-UF | Participa de acordo de acionistas | Acionista controlador | Última alteração | | |
| Acionista Residente no Exterior | Nome do Representante Legal ou Mandatário | | Tipo pessoa | CPF/CNPJ | | |
| Detalhamento de ações (Unidades) | | | | | | |
| Qtde. ações ordinárias (Unidades) | Ações ordinárias % | Qtde. ações preferenciais (Unidades) | Ações preferenciais % | Qtde. total de ações (Unidades) | Total ações % | |
| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | CPF/CNPJ acionista | Composição capital social | |
| Itaúsa S.A. | | | | 61.532.644/0001-15 | | |
| Paula Lucas Setubal | | | | | | |
| 295.243.528-69 | brasileira-SP | Não | Não | 17/11/2020 | | |
| Não | | | | | | |
| 25.002.081 | 0,865 | 210 | 0,001 | 25.002.291 | 0,297 | |
| Classe ação | Qtde. de ações (Unidades) | Ações % | | | | |
| TOTAL | 0 | 0,000 | | | | |
| Paulo Egydio Setubal | | | | | | |
| 336.694.318-10 | brasileira-SP | Não | Não | 12/08/2020 | | |
| Não | | | | | | |
| 39.264.821 | 1,359 | 5.066.819 | 0,092 | 44.331.640 | 0,527 | |
| Classe ação | Qtde. de ações (Unidades) | Ações % | | | | |
| TOTAL | 0 | 0,000 | | | | |
| Paulo Setubal Neto | | | | | | |
| 638.097.888-72 | Brasileiro-SP | Não | Não | 12/08/2020 | | |
| Não | | | | | | |
| 31.536 | 0,001 | 25.358.988 | 0,459 | 25.390.524 | 0,302 | |
| Classe ação | Qtde. de ações (Unidades) | Ações % | | | | |
| TOTAL | 0 | 0,000 | | | | |

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | | | |
|-----------------------------------|---|--------------------------------------|-----------------------|---------------------------------|---------------------------|--|
| ACIONISTA | | | | | | |
| CPF/CNPJ acionista | Nacionalidade-UF | Participa de acordo de acionistas | Acionista controlador | Última alteração | | |
| Acionista Residente no Exterior | Nome do Representante Legal ou Mandatário | | Tipo pessoa | CPF/CNPJ | | |
| Detalhamento de ações (Unidades) | | | | | | |
| Qtde. ações ordinárias (Unidades) | Ações ordinárias % | Qtde. ações preferenciais (Unidades) | Ações preferenciais % | Qtde. total de ações (Unidades) | Total ações % | |
| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | CPF/CNPJ acionista | Composição capital social | |
| Itaúsa S.A. | | | | 61.532.644/0001-15 | | |
| Ricardo Egydio Setubal | | | | | | |
| 033.033.518-99 | Brasileira-SP | Não | Não | 15/12/2020 | | |
| Não | | | | | | |
| 4.395.600 | 0,152 | 288.441 | 0,005 | 4.684.041 | 0,056 | |
| Classe ação | Qtde. de ações (Unidades) | Ações % | | | | |
| TOTAL | 0 | 0,000 | | | | |
| Ricardo Villela Marino | | | | | | |
| 252.398.288-90 | Brasileira-SP | Não | Não | 17/11/2020 | | |
| Não | | | | | | |
| 53.887.595 | 1,865 | 38.943.142 | 0,705 | 92.830.737 | 1,104 | |
| Classe ação | Qtde. de ações (Unidades) | Ações % | | | | |
| TOTAL | 0 | 0,000 | | | | |
| Roberto Egydio Setubal | | | | | | |
| 007.738.228-52 | Brasileira-SP | Não | Não | 17/11/2020 | | |
| Não | | | | | | |
| 53.887.595 | 1,865 | 38.943.142 | 0,705 | 92.830.737 | 1,104 | |
| Classe ação | Qtde. de ações (Unidades) | Ações % | | | | |
| TOTAL | 0 | 0,000 | | | | |

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | | |
|---|---|--------------------------------------|-----------------------|---------------------------------|---------------------------|
| ACIONISTA | | | | | |
| CPF/CNPJ acionista | Nacionalidade-UF | Participa de acordo de acionistas | Acionista controlador | Última alteração | |
| Acionista Residente no Exterior | Nome do Representante Legal ou Mandatário | Tipo pessoa | | CPF/CNPJ | |
| Detalhamento de ações (Unidades) | | | | | |
| Qtde. ações ordinárias (Unidades) | Ações ordinárias % | Qtde. ações preferenciais (Unidades) | Ações preferenciais % | Qtde. total de ações (Unidades) | Total ações % |
| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | CPF/CNPJ acionista | Composição capital social |
| Itaúsa S.A. | | | | 61.532.644/0001-15 | |
| Rodolfo Villela Marino | | | | | |
| 271.943.018-81 | brasileira-SP | Não | Não | 27/05/2021 | |
| Não | | | | | |
| 183.999.349 | 6,367 | 142.566.826 | 2,582 | 326.566.175 | 3,883 |
| Classe ação | Qtde. de ações (Unidades) | Ações % | | | |
| TOTAL | 0 | 0,000 | | | |
| Rodrigo Ribeiro do Valle Setubal | | | | | |
| 230.936.298-02 | Brasileira-SP | Não | Não | 11/08/2020 | |
| Não | | | | | |
| 2.113 | 0,001 | 35.951 | 0,001 | 38.064 | 0,001 |
| Classe ação | Qtde. de ações (Unidades) | Ações % | | | |
| TOTAL | 0 | 0,000 | | | |
| Rudric ITH Participações Ltda | | | | | |
| 67.569.061/0001-45 | | Não | Não | 27/02/2021 | |
| Não | | | | | |
| 4.006.503 | 0,139 | 2.307.215 | 0,042 | 6.313.718 | 0,075 |
| Classe ação | Qtde. de ações (Unidades) | Ações % | | | |
| TOTAL | 0 | 0,000 | | | |

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | | | |
|--|---|--------------------------------------|-----------------------|---------------------------------|---------------------------|--|
| ACIONISTA | | | | | | |
| CPF/CNPJ acionista | Nacionalidade-UF | Participa de acordo de acionistas | Acionista controlador | Última alteração | | |
| Acionista Residente no Exterior | Nome do Representante Legal ou Mandatário | | Tipo pessoa | CPF/CNPJ | | |
| Detalhamento de ações (Unidades) | | | | | | |
| Qtde. ações ordinárias (Unidades) | Ações ordinárias % | Qtde. ações preferenciais (Unidades) | Ações preferenciais % | Qtde. total de ações (Unidades) | Total ações % | |
| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | CPF/CNPJ acionista | Composição capital social | |
| Itaúsa S.A. | | | | 61.532.644/0001-15 | | |
| Tide Setubal Souza e Silva Nogueira | | | | | | |
| 296.682.978-81 | Brasileiro-SP | Não | Não | 12/05/2021 | | |
| Não | | | | | | |
| 21.354.077 | 0,739 | 1.048.135 | 0,190 | 22.402.212 | 0,266 | |
| Classe ação | Qtde. de ações (Unidades) | Ações % | | | | |
| TOTAL | 0 | 0,000 | | | | |
| Tide Setubal Souza e Silva Nogueira | | | | | | |
| 296.682.978-81 | Brasileira-SP | Sim | Sim | 21/09/2021 | | |
| Não | | | | | | |
| 21.354.077 | 0,739 | 7.148.601 | 0,129 | 28.502.678 | 0,266 | |
| Classe ação | Qtde. de ações (Unidades) | Ações % | | | | |
| TOTAL | 0 | 0,000 | | | | |
| TOTAL | | | | | | |
| 3.051.235.651 | 100,000 | 5.321.199.839 | 100,000 | 8.372.435.490 | 100,000 | |

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | | | |
|--|---|--------------------------------------|-----------------------|---------------------------------|---------------------------|--|
| ACIONISTA | | | | | | |
| CPF/CNPJ acionista | Nacionalidade-UF | Participa de acordo de acionistas | Acionista controlador | Última alteração | | |
| Acionista Residente no Exterior | Nome do Representante Legal ou Mandatário | | Tipo pessoa | CPF/CNPJ | | |
| Detalhamento de ações (Unidades) | | | | | | |
| Qtde. ações ordinárias (Unidades) | Ações ordinárias % | Qtde. ações preferenciais (Unidades) | Ações preferenciais % | Qtde. total de ações (Unidades) | Total ações % | |
| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | CPF/CNPJ acionista | Composição capital social | |
| Companhia ESA | | | | 52.117.397/0001-08 | | |
| AÇÕES EM TESOUREARIA - Data da última alteração: | | | | | | |
| 0 | 0,000 | 0 | 0,000 | 0 | 0,000 | |
| Alfredo Egydio Arruda Villela Filho | | | | | | |
| 066.530.838-88 | Brasileira-SP | Não | Não | 07/08/2020 | | |
| Não | | | | | | |
| 369.066.868 | 20,387 | 0 | 0,000 | 369.066.868 | 20,387 | |
| Classe ação | Qtde. de ações (Unidades) | Ações % | | | | |
| TOTAL | 0 | 0.000 | | | | |
| Alfredo Egydio Nugent Setubal | | | | | | |
| 407.919.708-09 | Brasileira-SP | Não | Não | 07/08/2020 | | |
| Não | | | | | | |
| 2.081 | 0,001 | 0 | 0,000 | 2.081 | 0,001 | |
| Classe ação | Qtde. de ações (Unidades) | Ações % | | | | |
| TOTAL | 0 | 0.000 | | | | |
| Alfredo Egydio Setubal | | | | | | |
| 014.414.218-07 | Brasileira-SP | Não | Não | 07/08/2020 | | |
| Não | | | | | | |
| 103.411.186 | 5,711 | 0 | 0,000 | 103.411.186 | 5,711 | |
| Classe ação | Qtde. de ações (Unidades) | Ações % | | | | |
| TOTAL | 0 | 0.000 | | | | |

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | | |
|---|---|--------------------------------------|-----------------------|---------------------------------|---------------------------|
| ACIONISTA | | | | | |
| CPF/CNPJ acionista | Nacionalidade-UF | Participa de acordo de acionistas | Acionista controlador | Última alteração | |
| Acionista Residente no Exterior | Nome do Representante Legal ou Mandatário | | Tipo pessoa | CPF/CNPJ | |
| Detalhamento de ações (Unidades) | | | | | |
| Qtde. ações ordinárias (Unidades) | Ações ordinárias % | Qtde. ações preferenciais (Unidades) | Ações preferenciais % | Qtde. total de ações (Unidades) | Total ações % |
| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | CPF/CNPJ acionista | Composição capital social |
| Companhia ESA | | | | 52.117.397/0001-08 | |
| Ana Lúcia de Mattos Barretto Villela | | | | | |
| 066.530.828-06 | Brasileira-SP | Não | Não | 07/08/2020 | |
| Não | | | | | |
| 369.066.842 | 20,387 | 0 | 0,000 | 369.066.842 | 20,387 |
| Classe ação | Qtde. de ações (Unidades) | Ações % | | | |
| TOTAL | 0 | 0.000 | | | |
| Beatriz de Mattos Setubal | | | | | |
| 316.394.318-70 | Brasileira-SP | Não | Não | 15/12/2020 | |
| Não | | | | | |
| 4.395.600 | 0,243 | 0 | 0,000 | 4.395.600 | 0,243 |
| Classe ação | Qtde. de ações (Unidades) | Ações % | | | |
| TOTAL | 0 | 0.000 | | | |
| Bruno Rizzo Setubal | | | | | |
| 299.133.368-56 | Brasileira-SP | Não | Não | 09/03/2021 | |
| Não | | | | | |
| 29.076.187 | 1,606 | 0 | 0,000 | 29.076.187 | 1,606 |
| Classe ação | Qtde. de ações (Unidades) | Ações % | | | |
| TOTAL | 0 | 0.000 | | | |

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | | | |
|---------------------------------------|---|--------------------------------------|-----------------------|---------------------------------|---------------------------|--|
| ACIONISTA | | | | | | |
| CPF/CNPJ acionista | Nacionalidade-UF | Participa de acordo de acionistas | Acionista controlador | Última alteração | | |
| Acionista Residente no Exterior | Nome do Representante Legal ou Mandatário | | Tipo pessoa | CPF/CNPJ | | |
| Detalhamento de ações (Unidades) | | | | | | |
| Qtde. ações ordinárias (Unidades) | Ações ordinárias % | Qtde. ações preferenciais (Unidades) | Ações preferenciais % | Qtde. total de ações (Unidades) | Total ações % | |
| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | CPF/CNPJ acionista | Composição capital social | |
| Companhia ESA | | | | 52.117.397/0001-08 | | |
| Camila Setubal Lenz Cesar | | | | | | |
| 350.572.098-41 | Brasileira-SP | Não | Não | 09/03/2021 | | |
| Não | | | | | | |
| 29.076.187 | 1,606 | 0 | 0,000 | 29.076.187 | 1,606 | |
| Classe ação | Qtde. de ações (Unidades) | Ações % | | | | |
| TOTAL | 0 | 0.000 | | | | |
| Carolina Marinho Lutz Setubal | | | | | | |
| 077.540.228-18 | Brasileira-SP | Não | Não | 07/08/2020 | | |
| Não | | | | | | |
| 39.264.821 | 2,169 | 0 | 0,000 | 39.264.821 | 2,169 | |
| Classe ação | Qtde. de ações (Unidades) | Ações % | | | | |
| TOTAL | 0 | 0.000 | | | | |
| Fernando Setubal Souza e Silva | | | | | | |
| 311.798.878-59 | | Não | Não | 07/08/2020 | | |
| Não | | | | | | |
| 21.353.639 | 1,180 | 0 | 0,000 | 21.353.639 | 1,180 | |
| Classe ação | Qtde. de ações (Unidades) | Ações % | | | | |
| TOTAL | 0 | 0.000 | | | | |

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | | |
|--|---|--------------------------------------|-----------------------|---------------------------------|---------------------------|
| ACIONISTA | | | | | |
| CPF/CNPJ acionista | Nacionalidade-UF | Participa de acordo de acionistas | Acionista controlador | Última alteração | |
| Acionista Residente no Exterior | Nome do Representante Legal ou Mandatário | Tipo pessoa | | CPF/CNPJ | |
| Detalhamento de ações (Unidades) | | | | | |
| Qtde. ações ordinárias (Unidades) | Ações ordinárias % | Qtde. ações preferenciais (Unidades) | Ações preferenciais % | Qtde. total de ações (Unidades) | Total ações % |
| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | CPF/CNPJ acionista | Composição capital social |
| Companhia ESA | | | | 52.117.397/0001-08 | |
| Gabriel de Mattos Setubal | | | | | |
| 348.338.808-73 | Brasileira-SP | Não | Não | 15/12/2020 | |
| Não | | | | | |
| 4.395.600 | 0,243 | 0 | 0,000 | 4.395.600 | 0,243 |
| Classe ação | Qtde. de ações (Unidades) | Ações % | | | |
| TOTAL | 0 | 0.000 | | | |
| Guilherme Setubal Souza e Silva | | | | | |
| 269.253.728-92 | Brasileira-SP | Não | Não | 07/08/2020 | |
| Não | | | | | |
| 21.353.746 | 1,180 | 0 | 0,000 | 21.353.746 | 1,180 |
| Classe ação | Qtde. de ações (Unidades) | Ações % | | | |
| TOTAL | 0 | 0.000 | | | |
| José Luiz Egydio Setubal | | | | | |
| 011.785.508-18 | Brasileira-SP | Não | Não | 15/12/2020 | |
| Não | | | | | |
| 90.181.495 | 4,981 | 0 | 0,000 | 90.181.495 | 4,981 |
| Classe ação | Qtde. de ações (Unidades) | Ações % | | | |
| TOTAL | 0 | 0.000 | | | |

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | | |
|---|---|--------------------------------------|-----------------------|---------------------------------|---------------------------|
| ACIONISTA | | | | | |
| CPF/CNPJ acionista | Nacionalidade-UF | Participa de acordo de acionistas | Acionista controlador | Última alteração | |
| Acionista Residente no Exterior | Nome do Representante Legal ou Mandatário | Tipo pessoa | | CPF/CNPJ | |
| Detalhamento de ações (Unidades) | | | | | |
| Qtde. ações ordinárias (Unidades) | Ações ordinárias % | Qtde. ações preferenciais (Unidades) | Ações preferenciais % | Qtde. total de ações (Unidades) | Total ações % |
| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | CPF/CNPJ acionista | Composição capital social |
| Companhia ESA | | | | 52.117.397/0001-08 | |
| Julia Guidon Setubal Winandy | | | | | |
| 336.694.358-08 | Brasileira-SP | Não | Não | 07/08/2020 | |
| Não | | | | | |
| 39.264.821 | 2,169 | 0 | 0,000 | 39.264.821 | 2,169 |
| Classe ação | Qtde. de ações (Unidades) | Ações % | | | |
| TOTAL | 0 | 0.000 | | | |
| Luiza Rizzo Setubal Kairalla | | | | | |
| 323.461.948-40 | Brasileira-SP | Não | Não | 09/03/2021 | |
| Não | | | | | |
| 29.076.191 | 1,606 | 0 | 0,000 | 29.076.191 | 1,606 |
| Classe ação | Qtde. de ações (Unidades) | Ações % | | | |
| TOTAL | 0 | 0.000 | | | |
| Marcelo Ribeiro do Valle Setubal | | | | | |
| 230.936.378-21 | Brasileira-SP | Não | Não | 07/08/2020 | |
| Não | | | | | |
| 2.113 | 0,001 | 0 | 0,000 | 2.113 | 0,001 |
| Classe ação | Qtde. de ações (Unidades) | Ações % | | | |
| TOTAL | 0 | 0.000 | | | |

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | | | |
|-----------------------------------|---|--------------------------------------|-----------------------|---------------------------------|---------------------------|--|
| ACIONISTA | | | | | | |
| CPF/CNPJ acionista | Nacionalidade-UF | Participa de acordo de acionistas | Acionista controlador | Última alteração | | |
| Acionista Residente no Exterior | Nome do Representante Legal ou Mandatário | Tipo pessoa | | CPF/CNPJ | | |
| Detalhamento de ações (Unidades) | | | | | | |
| Qtde. ações ordinárias (Unidades) | Ações ordinárias % | Qtde. ações preferenciais (Unidades) | Ações preferenciais % | Qtde. total de ações (Unidades) | Total ações % | |
| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | CPF/CNPJ acionista | Composição capital social | |
| Companhia ESA | | | | 52.117.397/0001-08 | | |
| Mariana Lucas Setubal | | | | | | |
| 227.809.998-10 | Brasileira-SP | Não | Não | 17/11/2020 | | |
| Não | | | | | | |
| 25.002.081 | 1,380 | 0 | 0,000 | 25.002.081 | 1,380 | |
| Classe ação | Qtde. de ações (Unidades) | Ações % | | | | |
| TOTAL | 0 | 0.000 | | | | |
| Marina Nugent Setubal | | | | | | |
| 384.422.518-80 | Brasileira-SP | Não | Não | 07/08/2020 | | |
| Não | | | | | | |
| 2.081 | 0,001 | 0 | 0,000 | 2.081 | 0,001 | |
| Classe ação | Qtde. de ações (Unidades) | Ações % | | | | |
| TOTAL | 0 | 0.000 | | | | |
| O. E. Setubal S.A. | | | | | | |
| 61.074.456/0001-90 | | Não | Não | 19/10/2010 | | |
| Não | | | | | | |
| 6 | 0,001 | 0 | 0,000 | 6 | 0,001 | |
| Classe ação | Qtde. de ações (Unidades) | Ações % | | | | |
| TOTAL | 0 | 0.000 | | | | |

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | | | |
|--|---|--------------------------------------|-----------------------|---------------------------------|---------------------------|--|
| ACIONISTA | | | | | | |
| CPF/CNPJ acionista | Nacionalidade-UF | Participa de acordo de acionistas | Acionista controlador | Última alteração | | |
| Acionista Residente no Exterior | Nome do Representante Legal ou Mandatário | | Tipo pessoa | CPF/CNPJ | | |
| Detalhamento de ações (Unidades) | | | | | | |
| Qtde. ações ordinárias (Unidades) | Ações ordinárias % | Qtde. ações preferenciais (Unidades) | Ações preferenciais % | Qtde. total de ações (Unidades) | Total ações % | |
| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | CPF/CNPJ acionista | Composição capital social | |
| Companhia ESA | | | | 52.117.397/0001-08 | | |
| Olavo Egydio Mutarelli Setubal | | | | | | |
| 394.635.348-73 | | Não | Não | 15/12/2020 | | |
| Não | | | | | | |
| 4.395.600 | 0,243 | 0 | 0,000 | 4.395.600 | 0,243 | |
| Classe ação | Qtde. de ações (Unidades) | Ações % | | | | |
| TOTAL | 0 | 0.000 | | | | |
| Olavo Egydio Setubal Junior | | | | | | |
| 006.447.048-29 | Brasileira-SP | Não | Não | 09/03/2021 | | |
| Não | | | | | | |
| 17.069.150 | 0,942 | 0 | 0,000 | 17.069.150 | 0,942 | |
| Classe ação | Qtde. de ações (Unidades) | Ações % | | | | |
| TOTAL | 0 | 0.000 | | | | |
| OUTROS | | | | | | |
| 0 | 0,000 | 0 | 0,000 | 0 | 0,000 | |
| Patricia Ribeiro do Valle Setubal | | | | | | |
| 230.936.328-62 | | Não | Não | 07/08/2020 | | |
| Não | | | | | | |
| 2.113 | 0,001 | 0 | 0,000 | 2.113 | 0,001 | |
| Classe ação | Qtde. de ações (Unidades) | Ações % | | | | |
| TOTAL | 0 | 0.000 | | | | |

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | | | |
|-----------------------------------|---|--------------------------------------|-----------------------|---------------------------------|---------------------------|--|
| ACIONISTA | | | | | | |
| CPF/CNPJ acionista | Nacionalidade-UF | Participa de acordo de acionistas | Acionista controlador | Última alteração | | |
| Acionista Residente no Exterior | Nome do Representante Legal ou Mandatário | Tipo pessoa | | CPF/CNPJ | | |
| Detalhamento de ações (Unidades) | | | | | | |
| Qtde. ações ordinárias (Unidades) | Ações ordinárias % | Qtde. ações preferenciais (Unidades) | Ações preferenciais % | Qtde. total de ações (Unidades) | Total ações % | |
| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | CPF/CNPJ acionista | Composição capital social | |
| Companhia ESA | | | | 52.117.397/0001-08 | | |
| Paula Lucas Setubal | | | | | | |
| 295.243.528-69 | Brasileira-SP | Não | Não | 17/11/2020 | | |
| Não | | | | | | |
| 25.002.081 | 1,380 | 0 | 0,000 | 25.002.081 | 1,380 | |
| Classe ação | Qtde. de ações (Unidades) | Ações % | | | | |
| TOTAL | 0 | 0.000 | | | | |
| Paulo Egydio Setubal | | | | | | |
| 336.694.318-10 | Brasileira-SP | Não | Não | 07/08/2020 | | |
| Não | | | | | | |
| 39.264.821 | 2,169 | 0 | 0,000 | 39.264.821 | 2,169 | |
| Classe ação | Qtde. de ações (Unidades) | Ações % | | | | |
| TOTAL | 0 | 0.000 | | | | |
| Paulo Setubal Neto | | | | | | |
| 638.097.888-72 | Brasileira-SP | Não | Não | 07/08/2020 | | |
| Não | | | | | | |
| 31.536 | 0,002 | 0 | 0,000 | 31.536 | 0,002 | |
| Classe ação | Qtde. de ações (Unidades) | Ações % | | | | |
| TOTAL | 0 | 0.000 | | | | |

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | | |
|-----------------------------------|---|--------------------------------------|-----------------------|---------------------------------|---------------------------|
| ACIONISTA | | | | | |
| CPF/CNPJ acionista | Nacionalidade-UF | Participa de acordo de acionistas | Acionista controlador | Última alteração | |
| Acionista Residente no Exterior | Nome do Representante Legal ou Mandatário | Tipo pessoa | | CPF/CNPJ | |
| Detalhamento de ações (Unidades) | | | | | |
| Qtde. ações ordinárias (Unidades) | Ações ordinárias % | Qtde. ações preferenciais (Unidades) | Ações preferenciais % | Qtde. total de ações (Unidades) | Total ações % |
| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | CPF/CNPJ acionista | Composição capital social |
| Companhia ESA | | | | 52.117.397/0001-08 | |
| Ricardo Egydio Setubal | | | | | |
| 033.033.518-99 | Brasileira-SP | Não | Não | 07/08/2020 | |
| Não | | | | | |
| 103.363.825 | 5,709 | 0 | 0,000 | 103.363.825 | 5,709 |
| Classe ação | Qtde. de ações (Unidades) | Ações % | | | |
| TOTAL | 0 | 0.000 | | | |
| Ricardo Villela Marino | | | | | |
| 252.398.288-90 | Brasileira-SP | Não | Não | 27/05/2021 | |
| Não | | | | | |
| 183.944.515 | 10,160 | 0 | 0,000 | 183.944.515 | 10,160 |
| Classe ação | Qtde. de ações (Unidades) | Ações % | | | |
| TOTAL | 0 | 0.000 | | | |
| Roberto Egydio Setubal | | | | | |
| 007.738.228-52 | Brasileira-SP | Não | Não | 17/11/2020 | |
| Não | | | | | |
| 53.887.595 | 2,977 | 0 | 0,000 | 53.887.595 | 2,977 |
| Classe ação | Qtde. de ações (Unidades) | Ações % | | | |
| TOTAL | 0 | 0.000 | | | |

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | | |
|---|---|--------------------------------------|-----------------------|---------------------------------|---------------------------|
| ACIONISTA | | | | | |
| CPF/CNPJ acionista | Nacionalidade-UF | Participa de acordo de acionistas | Acionista controlador | Última alteração | |
| Acionista Residente no Exterior | Nome do Representante Legal ou Mandatário | Tipo pessoa | | CPF/CNPJ | |
| Detalhamento de ações (Unidades) | | | | | |
| Qtde. ações ordinárias (Unidades) | Ações ordinárias % | Qtde. ações preferenciais (Unidades) | Ações preferenciais % | Qtde. total de ações (Unidades) | Total ações % |
| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | CPF/CNPJ acionista | Composição capital social |
| Companhia ESA | | | | 52.117.397/0001-08 | |
| Rodolfo Villela Marino | | | | | |
| 271.943.018-81 | Brasileira-SP | Não | Não | 27/05/2021 | |
| Não | | | | | |
| 183.999.349 | 10,163 | 0 | 0,000 | 183.999.349 | 10,163 |
| Classe ação | Qtde. de ações (Unidades) | Ações % | | | |
| TOTAL | 0 | 0.000 | | | |
| Rodrigo Ribeiro do Valle Setubal | | | | | |
| 230.936.298-02 | Brasileira-SP | Não | Não | 07/08/2020 | |
| Não | | | | | |
| 2.113 | 0,001 | 0 | 0,000 | 2.113 | 0,001 |
| Classe ação | Qtde. de ações (Unidades) | Ações % | | | |
| TOTAL | 0 | 0.000 | | | |
| Rudric ITH Participações Ltda | | | | | |
| 67.569.061/0001-45 | | Não | Não | 27/05/2021 | |
| Não | | | | | |
| 4.006.503 | 0,221 | 0 | 0,000 | 4.006.503 | 0,221 |
| Classe ação | Qtde. de ações (Unidades) | Ações % | | | |
| TOTAL | 0 | 0.000 | | | |

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | | | |
|-------------------------------------|---|--------------------------------------|-----------------------|---------------------------------|---------------------------|--|
| ACIONISTA | | | | | | |
| CPF/CNPJ acionista | Nacionalidade-UF | Participa de acordo de acionistas | Acionista controlador | Última alteração | | |
| Acionista Residente no Exterior | Nome do Representante Legal ou Mandatário | | Tipo pessoa | CPF/CNPJ | | |
| Detalhamento de ações (Unidades) | | | | | | |
| Qtde. ações ordinárias (Unidades) | Ações ordinárias % | Qtde. ações preferenciais (Unidades) | Ações preferenciais % | Qtde. total de ações (Unidades) | Total ações % | |
| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | CPF/CNPJ acionista | Composição capital social | |
| Companhia ESA | | | | 52.117.397/0001-08 | | |
| Tide Setubal Souza e Silva Nogueira | | | | | | |
| 296.682.978-81 | Brasileira-SP | Não | Não | 07/08/2020 | | |
| Não | | | | | | |
| 21.354.077 | 1,180 | 0 | 0,000 | 21.354.077 | 1,180 | |
| Classe ação | Qtde. de ações (Unidades) | Ações % | | | | |
| TOTAL | 0 | 0.000 | | | | |
| TOTAL | | | | | | |
| 1.810.314.823 | 100,000 | 0 | 0,000 | 1.810.314.823 | 100,000 | |

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | | |
|--|---|--------------------------------------|-----------------------|---------------------------------|---------------------------|
| ACIONISTA | | | | | |
| CPF/CNPJ acionista | Nacionalidade-UF | Participa de acordo de acionistas | Acionista controlador | Última alteração | |
| Acionista Residente no Exterior | Nome do Representante Legal ou Mandatário | | Tipo pessoa | CPF/CNPJ | |
| Detalhamento de ações (Unidades) | | | | | |
| Qtde. ações ordinárias (Unidades) | Ações ordinárias % | Qtde. ações preferenciais (Unidades) | Ações preferenciais % | Qtde. total de ações (Unidades) | Total ações % |
| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | CPF/CNPJ acionista | Composição capital social |
| GRUA Investimentos S.A. | | | | 15.385.166/0001-40 | |
| AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração: | | | | | |
| 0 | 0,000 | 0 | 0,000 | 0 | 0,000 |
| Arcos Saneamento e Participações Ltda. | | | | | |
| 29.291.541/0001-06 | | Não | Não | 31/05/2018 | |
| Não | | | | | |
| 416.396.224 | 98,532 | 0 | 0,000 | 416.396.224 | 98,532 |
| Classe ação | Qtde. de ações (Unidades) | Ações % | | | |
| TOTAL | 0 | 0.000 | | | |
| OUTROS | | | | | |
| 6.202.540 | 1,468 | 0 | 0,000 | 6.202.540 | 1,468 |
| TOTAL | | | | | |
| 422.598.764 | 100,000 | 0 | 0,000 | 422.598.764 | 100,000 |

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | | | |
|---|---|--------------------------------------|-----------------------|---------------------------------|---------------------------|--|
| ACIONISTA | | | | | | |
| CPF/CNPJ acionista | Nacionalidade-UF | Participa de acordo de acionistas | Acionista controlador | Última alteração | | |
| Acionista Residente no Exterior | Nome do Representante Legal ou Mandatário | | Tipo pessoa | CPF/CNPJ | | |
| Detalhamento de ações (Unidades) | | | | | | |
| Qtde. ações ordinárias (Unidades) | Ações ordinárias % | Qtde. ações preferenciais (Unidades) | Ações preferenciais % | Qtde. total de ações (Unidades) | Total ações % | |
| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | CPF/CNPJ acionista | Composição capital social | |
| O. E. Setubal S.A. | | | | 61.074.456/0001-90 | | |
| AÇÕES EM TESOUREARIA - Data da última alteração: | | | | | | |
| 0 | 0,000 | 0 | 0,000 | 0 | 0,000 | |
| Alfredo Egydio Setubal | | | | | | |
| 014.414.218-07 | Brasileiro-SP | Não | Não | 28/04/2017 | | |
| Não | | | | | | |
| 100.000 | 14,286 | 0 | 0,000 | 100.000 | 14,286 | |
| Classe ação | Qtde. de ações (Unidades) | Ações % | | | | |
| TOTAL | 0 | 0.000 | | | | |
| José Luiz Egydio Setubal | | | | | | |
| 011.785.508-18 | Brasileira-SP | Não | Não | 28/04/2017 | | |
| Não | | | | | | |
| 100.000 | 14,286 | 0 | 0,000 | 100.000 | 14,286 | |
| Classe ação | Qtde. de ações (Unidades) | Ações % | | | | |
| TOTAL | 0 | 0.000 | | | | |
| Maria Alice Setubal | | | | | | |
| 570.405.408-00 | Brasileira-SP | Não | Não | 28/04/2017 | | |
| Não | | | | | | |
| 100.000 | 14,286 | 0 | 0,000 | 100.000 | 14,286 | |
| Classe ação | Qtde. de ações (Unidades) | Ações % | | | | |
| TOTAL | 0 | 0.000 | | | | |

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | | |
|------------------------------------|---|--------------------------------------|-----------------------|---------------------------------|---------------------------|
| ACIONISTA | | | | | |
| CPF/CNPJ acionista | Nacionalidade-UF | Participa de acordo de acionistas | Acionista controlador | Última alteração | |
| Acionista Residente no Exterior | Nome do Representante Legal ou Mandatário | | Tipo pessoa | CPF/CNPJ | |
| Detalhamento de ações (Unidades) | | | | | |
| Qtde. ações ordinárias (Unidades) | Ações ordinárias % | Qtde. ações preferenciais (Unidades) | Ações preferenciais % | Qtde. total de ações (Unidades) | Total ações % |
| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | CPF/CNPJ acionista | Composição capital social |
| O. E. Setubal S.A. | | | | 61.074.456/0001-90 | |
| Olavo Egydio Setubal Junior | | | | | |
| 006.447.048-29 | Brasileira-SP | Não | Não | 28/04/2017 | |
| Não | | | | | |
| 100.000 | 14,285 | 0 | 0,000 | 100.000 | 14,285 |
| Classe ação | Qtde. de ações (Unidades) | Ações % | | | |
| TOTAL | 0 | 0.000 | | | |
| OUTROS | | | | | |
| 0 | 0,000 | 0 | 0,000 | 0 | 0,000 |
| Paulo Setubal Neto | | | | | |
| 638.097.888-72 | Brasileira-SP | Não | Não | 28/04/2017 | |
| Não | | | | | |
| 100.000 | 14,286 | 0 | 0,000 | 100.000 | 14,286 |
| Classe ação | Qtde. de ações (Unidades) | Ações % | | | |
| TOTAL | 0 | 0.000 | | | |
| Ricardo Egydio Setubal | | | | | |
| 033.033.518-99 | Brasileira-SP | Não | Não | 28/04/2017 | |
| Não | | | | | |
| 100.000 | 14,286 | 0 | 0,000 | 100.000 | 14,286 |
| Classe ação | Qtde. de ações (Unidades) | Ações % | | | |
| TOTAL | 0 | 0.000 | | | |

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | | | |
|-----------------------------------|---|--------------------------------------|-----------------------|---------------------------------|---------------------------|--|
| ACIONISTA | | | | | | |
| CPF/CNPJ acionista | Nacionalidade-UF | Participa de acordo de acionistas | Acionista controlador | Última alteração | | |
| Acionista Residente no Exterior | Nome do Representante Legal ou Mandatário | | Tipo pessoa | CPF/CNPJ | | |
| Detalhamento de ações (Unidades) | | | | | | |
| Qtde. ações ordinárias (Unidades) | Ações ordinárias % | Qtde. ações preferenciais (Unidades) | Ações preferenciais % | Qtde. total de ações (Unidades) | Total ações % | |
| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | CPF/CNPJ acionista | Composição capital social | |
| O. E. Setubal S.A. | | | | 61.074.456/0001-90 | | |
| Roberto Egydio Setubal | | | | | | |
| 007.738.228-52 | Brasileira-SP | Não | Não | 28/04/2017 | | |
| Não | | | | | | |
| 100.000 | 14,285 | 0 | 0,000 | 100.000 | 14,285 | |
| Classe ação | Qtde. de ações (Unidades) | Ações % | | | | |
| TOTAL | 0 | 0.000 | | | | |
| TOTAL | | | | | | |
| 700.000 | 100,000 | 0 | 0,000 | 700.000 | 100,000 | |

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | | | |
|---|---|--------------------------------------|-----------------------|---------------------------------|---------------------------|--|
| ACIONISTA | | | | | | |
| CPF/CNPJ acionista | Nacionalidade-UF | Participa de acordo de acionistas | Acionista controlador | Última alteração | | |
| Acionista Residente no Exterior | Nome do Representante Legal ou Mandatário | | Tipo pessoa | CPF/CNPJ | | |
| Detalhamento de ações (Unidades) | | | | | | |
| Qtde. ações ordinárias (Unidades) | Ações ordinárias % | Qtde. ações preferenciais (Unidades) | Ações preferenciais % | Qtde. total de ações (Unidades) | Total ações % | |
| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | CPF/CNPJ acionista | Composição capital social | |
| Rudric ITH Participações Ltda | | | | 67.569.061/0001-45 | | |
| AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração: | | | | | | |
| 0 | 0,000 | 0 | 0,000 | 0 | 0,000 | |
| OUTROS | | | | | | |
| 0 | 0,000 | 0 | 0,000 | 0 | 0,000 | |
| Ricardo Villela Marino | | | | | | |
| 252.398.288-90 | Brasileira-SP | Não | Não | 20/01/2021 | | |
| Não | | | | | | |
| 37.507.724 | 50,000 | 0 | 0,000 | 37.507.724 | 50,000 | |
| Classe ação | Qtde. de ações (Unidades) | Ações % | | | | |
| TOTAL | 0 | 0.000 | | | | |
| Rodolfo Villela Marino | | | | | | |
| 271.943.018-81 | Brasileira-SP | Não | Não | 20/01/2021 | | |
| Não | | | | | | |
| 37.507.724 | 50,000 | 0 | 0,000 | 37.507.724 | 50,000 | |
| Classe ação | Qtde. de ações (Unidades) | Ações % | | | | |
| TOTAL | 0 | 0.000 | | | | |

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | | | |
|-----------------------------------|---|--------------------------------------|-----------------------|---------------------------------|---------------------------|--|
| ACIONISTA | | | | | | |
| CPF/CNPJ acionista | Nacionalidade-UF | Participa de acordo de acionistas | Acionista controlador | Última alteração | | |
| Acionista Residente no Exterior | Nome do Representante Legal ou Mandatário | | Tipo pessoa | CPF/CNPJ | | |
| Detalhamento de ações (Unidades) | | | | | | |
| Qtde. ações ordinárias (Unidades) | Ações ordinárias % | Qtde. ações preferenciais (Unidades) | Ações preferenciais % | Qtde. total de ações (Unidades) | Total ações % | |
| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | CPF/CNPJ acionista | Composição capital social | |
| Rudric ITH Participações Ltda | | | | 67.569.061/0001-45 | | |
| TOTAL | | | | | | |
| 75.015.448 | 100,000 | 0 | 0,000 | 75.015.448 | 100,000 | |

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | | | |
|---|---|--------------------------------------|-----------------------|---------------------------------|---------------------------|--|
| ACIONISTA | | | | | | |
| CPF/CNPJ acionista | Nacionalidade-UF | Participa de acordo de acionistas | Acionista controlador | Última alteração | | |
| Acionista Residente no Exterior | Nome do Representante Legal ou Mandatário | | Tipo pessoa | CPF/CNPJ | | |
| Detalhamento de ações (Unidades) | | | | | | |
| Qtde. ações ordinárias (Unidades) | Ações ordinárias % | Qtde. ações preferenciais (Unidades) | Ações preferenciais % | Qtde. total de ações (Unidades) | Total ações % | |
| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | CPF/CNPJ acionista | Composição capital social | |
| Arcos Saneamento e Participações Ltda. | | | | 29.291.541/0001-06 | | |
| AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração: | | | | | | |
| 0 | 0,000 | 0 | 0,000 | 0 | 0,000 | |
| Carlos de Moraes Toledo Saneamento e Participações Ltda. | | | | | | |
| 28.952.197/0001-88 | | Não | Não | 31/05/2018 | | |
| Não | | | | | | |
| 94.406.760 | 50,000 | 0 | 0,000 | 94.406.760 | 50,000 | |
| Classe ação | Qtde. de ações (Unidades) | Ações % | | | | |
| TOTAL | 0 | 0.000 | | | | |
| L.I.V Saneamento e Participações Ltda. | | | | | | |
| 28.958.321/0001-12 | | Não | Não | 31/05/2018 | | |
| Não | | | | | | |
| 94.406.760 | 50,000 | 0 | 0,000 | 94.406.760 | 50,000 | |
| Classe ação | Qtde. de ações (Unidades) | Ações % | | | | |
| TOTAL | 0 | 0.000 | | | | |
| OUTROS | | | | | | |
| 0 | 0,000 | 0 | 0,000 | 0 | 0,000 | |

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | | |
|--|---|--------------------------------------|-----------------------|---------------------------------|---------------------------|
| ACIONISTA | | | | | |
| CPF/CNPJ acionista | Nacionalidade-UF | Participa de acordo de acionistas | Acionista controlador | Última alteração | |
| Acionista Residente no Exterior | Nome do Representante Legal ou Mandatário | | Tipo pessoa | CPF/CNPJ | |
| Detalhamento de ações (Unidades) | | | | | |
| Qtde. ações ordinárias (Unidades) | Ações ordinárias % | Qtde. ações preferenciais (Unidades) | Ações preferenciais % | Qtde. total de ações (Unidades) | Total ações % |
| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | CPF/CNPJ acionista | Composição capital social |
| Arcos Saneamento e Participações Ltda. | | | | 29.291.541/0001-06 | |
| TOTAL | | | | | |
| 188.813.520 | 100,000 | 0 | 0,000 | 188.813.520 | 100,000 |

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | | | |
|---|---|--------------------------------------|-----------------------|---------------------------------|---------------------------|--|
| ACIONISTA | | | | | | |
| CPF/CNPJ acionista | Nacionalidade-UF | Participa de acordo de acionistas | Acionista controlador | Última alteração | | |
| Acionista Residente no Exterior | Nome do Representante Legal ou Mandatário | | Tipo pessoa | CPF/CNPJ | | |
| Detalhamento de ações (Unidades) | | | | | | |
| Qtde. ações ordinárias (Unidades) | Ações ordinárias % | Qtde. ações preferenciais (Unidades) | Ações preferenciais % | Qtde. total de ações (Unidades) | Total ações % | |
| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | CPF/CNPJ acionista | Composição capital social | |
| O. E. Setubal S.A. | | | | 61.074.456/0001-90 | | |
| AÇÕES EM TESOOURARIA - Data da última alteração: | | | | | | |
| 0 | 0,000 | 0 | 0,000 | 0 | 0,000 | |
| Alfredo Egydio Setubal | | | | | | |
| 014.414.218-07 | Brasileira-SP | Não | Não | 28/04/2017 | | |
| Não | | | | | | |
| 100.000 | 14,286 | 0 | 0,000 | 100.000 | 14,286 | |
| Classe ação | Qtde. de ações (Unidades) | Ações % | | | | |
| TOTAL | 0 | 0.000 | | | | |
| José Luiz Egydio Setubal | | | | | | |
| 011.785.508-18 | Brasileira-SP | Não | Não | 28/04/2017 | | |
| Não | | | | | | |
| 100.000 | 14,286 | 0 | 0,000 | 100.000 | 14,286 | |
| Classe ação | Qtde. de ações (Unidades) | Ações % | | | | |
| TOTAL | 0 | 0.000 | | | | |
| Maria Alice Setubal | | | | | | |
| 570.405.408-00 | Brasileira-SP | Não | Não | 28/04/2017 | | |
| Não | | | | | | |
| 100.000 | 14,285 | 0 | 0,000 | 100.000 | 14,285 | |
| Classe ação | Qtde. de ações (Unidades) | Ações % | | | | |
| TOTAL | 0 | 0.000 | | | | |

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | | |
|------------------------------------|---|--------------------------------------|-----------------------|---------------------------------|---------------------------|
| ACIONISTA | | | | | |
| CPF/CNPJ acionista | Nacionalidade-UF | Participa de acordo de acionistas | Acionista controlador | Última alteração | |
| Acionista Residente no Exterior | Nome do Representante Legal ou Mandatário | | Tipo pessoa | CPF/CNPJ | |
| Detalhamento de ações (Unidades) | | | | | |
| Qtde. ações ordinárias (Unidades) | Ações ordinárias % | Qtde. ações preferenciais (Unidades) | Ações preferenciais % | Qtde. total de ações (Unidades) | Total ações % |
| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | CPF/CNPJ acionista | Composição capital social |
| O. E. Setubal S.A. | | | | 61.074.456/0001-90 | |
| Olavo Egydio Setubal Junior | | | | | |
| 006.447.048-29 | Brasileira-SP | Não | Não | 28/04/2017 | |
| Não | | | | | |
| 100.000 | 14,285 | 0 | 0,000 | 100.000 | 14,285 |
| Classe ação | Qtde. de ações (Unidades) | Ações % | | | |
| TOTAL | 0 | 0.000 | | | |
| OUTROS | | | | | |
| 0 | 0,000 | 0 | 0,000 | 0 | 0,000 |
| Paulo Setubal Neto | | | | | |
| 638.097.888-72 | Brasileira-SP | Não | Não | 28/04/2017 | |
| Não | | | | | |
| 100.000 | 14,286 | 0 | 0,000 | 100.000 | 14,286 |
| Classe ação | Qtde. de ações (Unidades) | Ações % | | | |
| TOTAL | 0 | 0.000 | | | |
| Ricardo Egydio Setubal | | | | | |
| 033.033.518-99 | Brasileira-SP | Não | Não | 28/04/2017 | |
| Não | | | | | |
| 100.000 | 14,286 | 0 | 0,000 | 100.000 | 14,286 |
| Classe ação | Qtde. de ações (Unidades) | Ações % | | | |
| TOTAL | 0 | 0.000 | | | |

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | | | |
|-----------------------------------|---|--------------------------------------|-----------------------|---------------------------------|---------------------------|--|
| ACIONISTA | | | | | | |
| CPF/CNPJ acionista | Nacionalidade-UF | Participa de acordo de acionistas | Acionista controlador | Última alteração | | |
| Acionista Residente no Exterior | Nome do Representante Legal ou Mandatário | | Tipo pessoa | CPF/CNPJ | | |
| Detalhamento de ações (Unidades) | | | | | | |
| Qtde. ações ordinárias (Unidades) | Ações ordinárias % | Qtde. ações preferenciais (Unidades) | Ações preferenciais % | Qtde. total de ações (Unidades) | Total ações % | |
| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | CPF/CNPJ acionista | Composição capital social | |
| O. E. Setubal S.A. | | | | 61.074.456/0001-90 | | |
| Roberto Egydio Setubal | | | | | | |
| 007.738.228-52 | Brasileira-SP | Não | Não | 28/04/2017 | | |
| Não | | | | | | |
| 100.000 | 14,286 | 0 | 0,000 | 100.000 | 14,286 | |
| Classe ação | Qtde. de ações (Unidades) | Ações % | | | | |
| TOTAL | 0 | 0.000 | | | | |
| TOTAL | | | | | | |
| 700.000 | 100,000 | 0 | 0,000 | 700.000 | 100,000 | |

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | | | |
|---|---|--------------------------------------|-----------------------|---------------------------------|---------------------------|--|
| ACIONISTA | | | | | | |
| CPF/CNPJ acionista | Nacionalidade-UF | Participa de acordo de acionistas | Acionista controlador | Última alteração | | |
| Acionista Residente no Exterior | Nome do Representante Legal ou Mandatário | | Tipo pessoa | CPF/CNPJ | | |
| Detalhamento de ações (Unidades) | | | | | | |
| Qtde. ações ordinárias (Unidades) | Ações ordinárias % | Qtde. ações preferenciais (Unidades) | Ações preferenciais % | Qtde. total de ações (Unidades) | Total ações % | |
| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | CPF/CNPJ acionista | Composição capital social | |
| Rudric ITH Participações Ltda | | | | 67.569.061/0001-45 | | |
| AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração: | | | | | | |
| 0 | 0,000 | 0 | 0,000 | 0 | 0,000 | |
| OUTROS | | | | | | |
| 0 | 0,000 | 0 | 0,000 | 0 | 0,000 | |
| Ricardo Villela Marino | | | | | | |
| 252.398.288-90 | Brasileira-SP | Não | Não | 20/01/2021 | | |
| Não | | | | | | |
| 37.507.724 | 50,000 | 0 | 0,000 | 37.507.724 | 50,000 | |
| Classe ação | Qtde. de ações (Unidades) | Ações % | | | | |
| TOTAL | 0 | 0.000 | | | | |
| Rodolfo Villela Marino | | | | | | |
| 271.943.018-81 | Brasileira-SP | Não | Não | 20/01/2021 | | |
| Não | | | | | | |
| 37.507.724 | 50,000 | 0 | 0,000 | 37.507.724 | 50,000 | |
| Classe ação | Qtde. de ações (Unidades) | Ações % | | | | |
| TOTAL | 0 | 0.000 | | | | |

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | | | |
|-----------------------------------|---|--------------------------------------|-----------------------|---------------------------------|---------------------------|--|
| ACIONISTA | | | | | | |
| CPF/CNPJ acionista | Nacionalidade-UF | Participa de acordo de acionistas | Acionista controlador | Última alteração | | |
| Acionista Residente no Exterior | Nome do Representante Legal ou Mandatário | | Tipo pessoa | CPF/CNPJ | | |
| Detalhamento de ações (Unidades) | | | | | | |
| Qtde. ações ordinárias (Unidades) | Ações ordinárias % | Qtde. ações preferenciais (Unidades) | Ações preferenciais % | Qtde. total de ações (Unidades) | Total ações % | |
| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | CPF/CNPJ acionista | Composição capital social | |
| Rudric ITH Participações Ltda | | | | 67.569.061/0001-45 | | |
| TOTAL | | | | | | |
| 75.015.448 | 100,000 | 0 | 0,000 | 75.015.448 | 100,000 | |

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | | |
|--|---|--------------------------------------|-----------------------|---------------------------------|---------------------------|
| ACIONISTA | | | | | |
| CPF/CNPJ acionista | Nacionalidade-UF | Participa de acordo de acionistas | Acionista controlador | Última alteração | |
| Acionista Residente no Exterior | Nome do Representante Legal ou Mandatário | | Tipo pessoa | CPF/CNPJ | |
| Detalhamento de ações (Unidades) | | | | | |
| Qtde. ações ordinárias (Unidades) | Ações ordinárias % | Qtde. ações preferenciais (Unidades) | Ações preferenciais % | Qtde. total de ações (Unidades) | Total ações % |
| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | CPF/CNPJ acionista | Composição capital social |
| Carlos de Moraes Toledo Saneamento e Participações Ltda. | | | | 28.952.197/0001-88 | |
| AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração: | | | | | |
| 0 | 0,000 | 0 | 0,000 | 0 | 0,000 |
| José Carlos Botelho de Moraes Toledo | | | | | |
| 053.879.938-21 | Brasileira-SP | Não | Não | 17/04/2021 | |
| Não | | | | | |
| 57.705.880 | 50,000 | 0 | 0,000 | 57.705.880 | 50,000 |
| Classe ação | Qtde. de ações (Unidades) | Ações % | | | |
| TOTAL | 0 | 0.000 | | | |
| OUTROS | | | | | |
| 0 | 0,000 | 0 | 0,000 | 0 | 0,000 |
| Sergio Luis Botelho de Moraes Toledo | | | | | |
| 095.999.278-26 | Brasileira-SP | Não | Não | 17/04/2021 | |
| Não | | | | | |
| 57.705.880 | 50,000 | 0 | 0,000 | 57.705.880 | 50,000 |
| Classe ação | Qtde. de ações (Unidades) | Ações % | | | |
| TOTAL | 0 | 0.000 | | | |

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | | |
|--|---|--------------------------------------|-----------------------|---------------------------------|---------------------------|
| ACIONISTA | | | | | |
| CPF/CNPJ acionista | Nacionalidade-UF | Participa de acordo de acionistas | Acionista controlador | Última alteração | |
| Acionista Residente no Exterior | Nome do Representante Legal ou Mandatário | | Tipo pessoa | CPF/CNPJ | |
| Detalhamento de ações (Unidades) | | | | | |
| Qtde. ações ordinárias (Unidades) | Ações ordinárias % | Qtde. ações preferenciais (Unidades) | Ações preferenciais % | Qtde. total de ações (Unidades) | Total ações % |
| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | CPF/CNPJ acionista | Composição capital social |
| Carlos de Moraes Toledo Saneamento e Participações Ltda. | | | | 28.952.197/0001-88 | |
| TOTAL | | | | | |
| 115.411.760 | 100,000 | 0 | 0,000 | 115.411.760 | 100,000 |

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | | | |
|--|---|--------------------------------------|-----------------------|---------------------------------|---------------------------|--|
| ACIONISTA | | | | | | |
| CPF/CNPJ acionista | Nacionalidade-UF | Participa de acordo de acionistas | Acionista controlador | Última alteração | | |
| Acionista Residente no Exterior | Nome do Representante Legal ou Mandatário | | Tipo pessoa | CPF/CNPJ | | |
| Detalhamento de ações (Unidades) | | | | | | |
| Qtde. ações ordinárias (Unidades) | Ações ordinárias % | Qtde. ações preferenciais (Unidades) | Ações preferenciais % | Qtde. total de ações (Unidades) | Total ações % | |
| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | CPF/CNPJ acionista | Composição capital social | |
| L.I.V Saneamento e Participações Ltda. | | | | 28.958.321/0001-12 | | |
| AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração: | | | | | | |
| 0 | 0,000 | 0 | 0,000 | 0 | 0,000 | |
| Andreia de Souza Ramos Vettorazzo | | | | | | |
| 087.302.718-35 | Brasileira-SP | Não | Não | 31/05/2018 | | |
| Não | | | | | | |
| 23.602.940 | 25,000 | 0 | 0,000 | 23.602.940 | 25,000 | |
| Classe ação | Qtde. de ações (Unidades) | Ações % | | | | |
| TOTAL | 0 | 0.000 | | | | |
| Luis Vital de Souza Ramos Vettorazzo | | | | | | |
| 102.278.678-40 | Brasileira-SP | Não | Não | 31/05/2018 | | |
| Não | | | | | | |
| 23.602.940 | 25,000 | 0 | 0,000 | 23.602.940 | 25,000 | |
| Classe ação | Qtde. de ações (Unidades) | Ações % | | | | |
| TOTAL | 0 | 0.000 | | | | |
| OUTROS | | | | | | |
| 0 | 0,000 | 0 | 0,000 | 0 | 0,000 | |

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | | |
|--|---|--------------------------------------|-----------------------|---------------------------------|---------------------------|
| ACIONISTA | | | | | |
| CPF/CNPJ acionista | Nacionalidade-UF | Participa de acordo de acionistas | Acionista controlador | Última alteração | |
| Acionista Residente no Exterior | Nome do Representante Legal ou Mandatário | | Tipo pessoa | CPF/CNPJ | |
| Detalhamento de ações (Unidades) | | | | | |
| Qtde. ações ordinárias (Unidades) | Ações ordinárias % | Qtde. ações preferenciais (Unidades) | Ações preferenciais % | Qtde. total de ações (Unidades) | Total ações % |
| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | CPF/CNPJ acionista | Composição capital social |
| L.I.V Saneamento e Participações Ltda. | | | | 28.958.321/0001-12 | |
| Ricardo Eugênio de Souza Ramos Vettorazzo | | | | | |
| 184.312.118-22 | Brasileira-SP | Não | Não | 31/05/2018 | |
| Não | | | | | |
| 23.602.940 | 25,000 | 0 | 0,000 | 23.602.940 | 25,000 |
| Classe ação | Qtde. de ações (Unidades) | Ações % | | | |
| TOTAL | 0 | 0.000 | | | |
| Roberta de Souza Ramos Vettorazzo Marcondes | | | | | |
| 079.714.138-31 | Brasileira-SP | Não | Não | 31/05/2018 | |
| Não | | | | | |
| 23.602.940 | 25,000 | 0 | 0,000 | 23.602.940 | 25,000 |
| Classe ação | Qtde. de ações (Unidades) | Ações % | | | |
| TOTAL | 0 | 0.000 | | | |
| TOTAL | | | | | |
| 94.411.760 | 100,000 | 0 | 0,000 | 94.411.760 | 100,000 |

15.3 - Distribuição de Capital

| | |
|---|------------|
| Data da última assembleia / Data da última alteração | 29/04/2022 |
| Quantidade acionistas pessoa física (Unidades) | 0 |
| Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades) | 4 |
| Quantidade investidores institucionais (Unidades) | 0 |

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

| | | |
|--|---|--------|
| Quantidade ordinárias (Unidades) | 0 | 0,000% |
| Quantidade preferenciais (Unidades) | 0 | 0,000% |
| Total | 0 | 0,000% |

15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico

(a) controladores diretos e indiretos e, caso o emissor deseje, os acionistas com participação igual ou superior a 5% de uma classe ou espécie de ações

Para informações sobre a letra “a” vide item 15.1/15.2 deste Formulário de Referência.

(b) principais controladas e coligadas

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui controladas e/ou coligadas.

(c) participações do emissor em sociedades do grupo

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui participação em sociedades do grupo.

(d) participações de sociedades do grupo no emissor

Para informações sobre a letra “d” vide item 15.1/15.2 deste Formulário de Referência.

(e) principais sociedades sob controle comum

Não aplicável.

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

15.7 - Principais Operações Societárias

15.7 Descrever as principais operações societárias ocorridas no grupo que tenham tido efeito relevante para o emissor, tais como incorporações, fusões, cisões, incorporações de ações, alienações e aquisições de controle societário, aquisições e alienações de ativos importantes, indicando, quando envolver o emissor ou qualquer de suas controladas ou coligadas:

| | |
|---|---|
| Evento | Transferência das ações da Companhia de titularidade do LT9 Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior ("FIP LT 9") para Angelo Investment Private Limited ("Angelo"). |
| Principais condições do negócio | Em 20 de abril de 2022 o FIP LT9 transferiu a totalidade da participação que detinha na Companhia, em razão da aquisição, pela Angelo, da totalidade das 60.628.790 (sessenta milhões, seiscentos e vinte e oito mil, setecentas e noventa) ações preferenciais da classe A de emissão Companhia que eram de titularidade do FIP LT9. |
| Sociedades envolvidas | Companhia, FIP LT9 e Angelo. |
| Efeitos resultantes da operação no quadro societário | Saída do FIP LT 9 e ingresso da Angelo na participação da Companhia. |
| Quadro societário antes da operação | Aegea – 52,06% FIP Colibri – 33,90% FIP LT 9 – 9,15% Itaúsa – 4,89% |
| Quadro societário depois da operação | Aegea – 52,06% FIP Colibri – 33,90% Angelo – 9,15% Itaúsa – 4,89% |

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico

Esclarece-se que, apesar de a AEGEA Saneamento e Participações deter 100% das ordinárias, ela detém apenas 20% do capital votante, considerando que as ações preferenciais classe A também possuem direito a voto. Desta forma, a AEGEA não se enquadra na definição de controladora nos termos do art. 116 da Lei das S.A., uma vez que pelas regras de indicação de conselheiros previstas no Acordo de Acionistas da Companhia, a AEGEA não indica a maioria dos conselheiros, havendo ainda matérias sujeitas a quórum qualificado/voto afirmativo dos demais acionistas, de maneira que nenhum dos acionistas individualmente seria considerado controlador. Assim, nos termos do disposto na ICVM 480, não seria necessário indicar a AEGEA como controladora.

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

16. Transações com partes relacionadas

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

| Parte relacionada | Data transação | Montante envolvido (Reais) | Saldo existente | Montante (Reais) | Duração | Empréstimo ou outro tipo de dívida | Taxa de juros cobrados |
|--|---|----------------------------|-----------------|------------------|------------|------------------------------------|------------------------|
| Aegea Saneamento e Participações S.A. | 31/12/2021 | 61.208.399,93 | 61.208.399,93 | | Indefinido | NÃO | 0,000000 |
| Relação com o emissor | Acionista | | | | | | |
| Objeto contrato | Dividendos. Em 31/12/2021, o saldo em aberto foi de R\$ 61.208.399,93. | | | | | | |
| Garantia e seguros | n/a | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | n/a | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | n/a | | | | | | |
| Posição contratual do emissor | Devedor | | | | | | |
| Especificar | | | | | | | |
| Águas do Rio 1 SPE S.A. | 10/11/2021 | 3.905.059,57 | 2.928.794,67 | | n/a | NÃO | 3,500000 |
| Relação com o emissor | Acionista | | | | | | |
| Objeto contrato | Repasse de gastos administrativos e operacionais. O montante envolvido nesta transação é informado na DFs de 31/12/2021 como "Fornecedores partes relacionadas" com a Águas do Rio 4 SPE S.A. Em 31/12/2021, o montante envolvido foi de R\$ 3.905.059,57 e o saldo em aberto de R\$ 2.928.794,67. | | | | | | |
| Garantia e seguros | n/a | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | n/a | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | n/a | | | | | | |
| Posição contratual do emissor | Devedor | | | | | | |
| Especificar | | | | | | | |
| GSS - Gestão de Sistemas de Saneamento Ltda. | 30/08/2021 | 2.076.755,08 | 1.443.184,30 | | n/a | NÃO | 0,000000 |
| Relação com o emissor | Empresa controlada por acionista | | | | | | |
| Objeto contrato | Repasse de gastos administrativos e operacionais. O montante envolvido nesta transação é informado na DFs de 31/12/2021 como "Fornecedores partes relacionadas" com a GSS - Gestão de Sistemas de Saneamento Ltda. Em 31/12/2021, o montante envolvido foi de R\$ 2.076.755,08 e o saldo em aberto de R\$ 1.443.184,30. | | | | | | |

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

| Parte relacionada | Data transação | Montante envolvido (Reais) | Saldo existente | Montante (Reais) | Duração | Empréstimo ou outro tipo de dívida | Taxa de juros cobrados |
|--|---|----------------------------|-----------------|------------------|---------|------------------------------------|------------------------|
| Garantia e seguros | n/a | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | n/a | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | n/a | | | | | | |
| Posição contratual do emissor | Devedor | | | | | | |
| Especificar | | | | | | | |
| GSS - Gestão de Sistemas de Saneamento Ltda. | 30/11/2021 | 1.770.568,90 | 1.770.568,90 | | n/a | NÃO | 0,000000 |
| Relação com o emissor | Empresa controlada por acionista | | | | | | |
| Objeto contrato | Refere-se a contratação de serviços de implementação e manutenção software. O montante envolvido nesta transação é informado na nota explicativa de 31/12/2021 como "Despesas administrativas e gerais" com a GSS - Gestão de Sistemas de Saneamento Ltda. Em 31/12/2021, o montante envolvido foi de R\$ 1.770.568,90 e o saldo em aberto foi de R\$ 1.770.568,90. | | | | | | |
| Garantia e seguros | n/a | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | n/a | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | n/a | | | | | | |
| Posição contratual do emissor | Devedor | | | | | | |
| Especificar | | | | | | | |
| Manaus Ambiental S.A. | 27/08/2021 | 431.217,44 | 103.874,93 | | n/a | NÃO | 0,000000 |
| Relação com o emissor | Empresa controlada por acionista | | | | | | |
| Objeto contrato | Repasse de gastos administrativos e operacionais. O montante envolvido nesta transação é informado na DFs de 31/12/2021 como "Fornecedores partes relacionadas" com a Manaus Ambiental S.A. Em 31/12/2021, o montante envolvido foi de R\$ 431.217,44 e o saldo em aberto de R\$ 103.874,93. | | | | | | |
| Garantia e seguros | n/a | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | n/a | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | n/a | | | | | | |

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

| Parte relacionada | Data transação | Montante envolvido (Reais) | Saldo existente | Montante (Reais) | Duração | Empréstimo ou outro tipo de dívida | Taxa de juros cobrados |
|---|---|----------------------------|-----------------|------------------|---------|------------------------------------|------------------------|
| Posição contratual do emissor | Devedor | | | | | | |
| Especificar | | | | | | | |
| Aesan Engenharia e comercio Ltda. | 06/08/2021 | 502.377,12 | 19.245,73 | | n/a | NÃO | 0,000000 |
| Relação com o emissor | Empresa controlada por acionista | | | | | | |
| Objeto contrato | Repasse de gastos administrativos e operacionais. O montante envolvido nesta transação é informado na DFs de 31/12/2021 como "Fornecedores partes relacionadas" com a Aesan Engenharia e comercio Ltda. Em 31/12/2021, o montante envolvido foi de R\$ 502.377,12 e o saldo em aberto de R\$ 19.245,73. | | | | | | |
| Garantia e seguros | n/a | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | n/a | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | n/a | | | | | | |
| Posição contratual do emissor | Devedor | | | | | | |
| Especificar | | | | | | | |
| Aesan Engenharia e comercio Ltda. | 31/12/2021 | 890.290,05 | 890.290,05 | | n/a | NÃO | 0,000000 |
| Relação com o emissor | Empresa controlada por acionista | | | | | | |
| Objeto contrato | Serviços de engenharia para ampliação e ligações de redes de água e esgoto. O montante envolvido nesta transação é informado na nota explicativa de 31/12/2021 como "aquisições de ativo de contrato da concessão no exercício" com a Aesan Engenharia e comercio Ltda. Em 31/12/2021 o montante envolvido foi de R\$ 890.290,05 e o saldo em aberto de R\$ 890.290,05. | | | | | | |
| Garantia e seguros | n/a | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | n/a | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | n/a | | | | | | |
| Posição contratual do emissor | Devedor | | | | | | |
| Especificar | | | | | | | |
| Aegee Saneamento e Participações S.A. | 30/11/2021 | 19.884.759,85 | 19.884.759,85 | | n/a | NÃO | 0,000000 |

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

| Parte relacionada | Data transação | Montante envolvido (Reais) | Saldo existente | Montante (Reais) | Duração | Empréstimo ou outro tipo de dívida | Taxa de juros cobrados |
|---|--|----------------------------|-----------------|------------------|---------|------------------------------------|------------------------|
| Relação com o emissor | Acionista | | | | | | |
| Objeto contrato | Prestação de serviços administrativos. O montante envolvido nesta transação é informado na nota explicativa de 31/12/2019 à 31/12/2021 como "Despesas administrativas e gerais" com a Aegea Saneamento e Participações S.A. Em 31/12/2021, o montante envolvido foi de R\$ 19.884.759,85 e o saldo em aberto foi de R\$ 19.884.759,85. | | | | | | |
| Garantia e seguros | n/a | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | n/a | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | n/a | | | | | | |
| Posição contratual do emissor | Devedor | | | | | | |
| Especificar | | | | | | | |
| Aegea Saneamento e Participações S.A. | 30/07/2021 | 69.110.034,32 | 7.765.200,54 | | n/a | NÃO | 0,000000 |
| Relação com o emissor | Acionista | | | | | | |
| Objeto contrato | Repasse de gastos administrativos e operacionais. O montante envolvido nesta transação é informado na DFs de 31/12/2021 como "Fornecedores partes relacionadas" com a Aegea Saneamento e Participações S.A.. Em 31/12/2021, o montante envolvido foi de R\$ 69.110.034,32 e o saldo em aberto de R\$ 7.765.200,54. | | | | | | |
| Garantia e seguros | n/a | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | n/a | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | n/a | | | | | | |
| Posição contratual do emissor | Devedor | | | | | | |
| Especificar | | | | | | | |
| Banco Itaú BBA S.A. | 31/12/2021 | 4.647.049,12 | 4.647.049,12 | | n/a | NÃO | 0,000000 |
| Relação com o emissor | Empresa controlada em conjunto por acionista | | | | | | |
| Objeto contrato | Custo de Captação. O montante envolvido nesta transação é informado nas DFs de 31/12/2021. Em 31/12/2021, o saldo em aberto foi de R\$ 4.647.049,12. | | | | | | |
| Garantia e seguros | n/a | | | | | | |

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

| Parte relacionada | Data transação | Montante envolvido (Reais) | Saldo existente | Montante (Reais) | Duração | Empréstimo ou outro tipo de dívida | Taxa de juros cobrados |
|---|---|----------------------------|------------------|------------------|---------|------------------------------------|------------------------|
| Rescisão ou extinção | n/a | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | n/a | | | | | | |
| Posição contratual do emissor | Devedor | | | | | | |
| Especificar | | | | | | | |
| Itaú Unibanco | 31/12/2021 | 1.566.322.248,15 | 1.566.322.248,15 | | n/a | NÃO | 0,000000 |
| Relação com o emissor | Empresa controlada em conjunto por acionista | | | | | | |
| Objeto contrato | Debêntures. O montante envolvido nesta transação é informado nas DFs de 31/12/2021. Em 31/12/2021, o saldo em aberto foi de R\$ 1.566.322.248,15 e despesas prestação de serviços, despesas contratuais e juros incorridos sobre as debêntures no saldo de R\$ 49.947.119,41. | | | | | | |
| Garantia e seguros | n/a | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | n/a | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | n/a | | | | | | |
| Posição contratual do emissor | Devedor | | | | | | |
| Especificar | | | | | | | |
| Itaú Unibanco | 31/12/2021 | 15.608.334,88 | 15.608.334,88 | | n/a | NÃO | 0,000000 |
| Relação com o emissor | Empresa controlada em conjunto por acionista | | | | | | |
| Objeto contrato | Custo na obtenção do contrato. O montante envolvido nesta transação é informado nas DFs de 31/12/2021. Em 31/12/2021, o saldo em aberto foi de R\$ 15.608.334,88. | | | | | | |
| Garantia e seguros | n/a | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | n/a | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | n/a | | | | | | |
| Posição contratual do emissor | Devedor | | | | | | |
| Especificar | | | | | | | |
| Itaú Unibanco | 31/12/2021 | 32.133.113,94 | 32.133.113,94 | | n/a | NÃO | 0,000000 |

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

| Parte relacionada | Data transação | Montante envolvido (Reais) | Saldo existente | Montante (Reais) | Duração | Empréstimo ou outro tipo de dívida | Taxa de juros cobrados |
|---|---|----------------------------|-----------------|------------------|---------|------------------------------------|------------------------|
| Relação com o emissor | Empresa controlada em conjunto por acionista | | | | | | |
| Objeto contrato | Aplicações financeiras. O montante envolvido nesta transação é informado nas DFs de 31/12/2021. Em 31/12/2021, o saldo em aberto foi de R\$ 32.133.113,94 e o rendimento com aplicações financeiras foi de R\$ 8.192.000,00 | | | | | | |
| Garantia e seguros | n/a | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | n/a | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | n/a | | | | | | |
| Posição contratual do emissor | Credor | | | | | | |
| Especificar | | | | | | | |
| Aegea Saneamento e Participações S.A. | 30/07/2021 | 11.502.884,36 | 0 | | n/a | NÃO | 0,000000 |
| Relação com o emissor | Acionista | | | | | | |
| Objeto contrato | Operação de reembolso pontual de gastos referentes a aluguéis, materiais de consumo, gastos com viagens, pessoal técnico e remuneração de assessores legais, incorridos para suportar a estruturação inicial das operações da Companhia. O montante envolvido nesta transação é informado na nota explicativa 6 da DF de 31/07/2021 como "Fornecedores partes relacionadas" junto à Aegea Saneamento e Participações S.A. durante este exercício. Não houve novas movimentações de saldo em 31/12/2021. | | | | | | |
| Garantia e seguros | n/a | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | n/a | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | n/a | | | | | | |
| Posição contratual do emissor | Devedor | | | | | | |
| Especificar | | | | | | | |
| Prolagos S.A. - Concessionária de Serviços Públicos | 30/07/2021 | 123.117,03 | 0 | | n/a | NÃO | 0,000000 |
| Relação com o emissor | Empresa controlada por acionista | | | | | | |

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

| Parte relacionada | Data transação | Montante envolvido (Reais) | Saldo existente | Montante (Reais) | Duração | Empréstimo ou outro tipo de dívida | Taxa de juros cobrados |
|---|---|----------------------------|-----------------|------------------|------------------|------------------------------------|------------------------|
| Objeto contrato | Operação de reembolso pontual de gastos compartilhados, administrativos e operacionais referentes a aluguéis, materiais de consumo e gastos com viagens, incorridos para suportar a estruturação inicial das operações da Companhia. O montante envolvido nesta transação é informado na nota explicativa 7 da DF de 31/07/2021 como "Fornecedores partes relacionadas" junto à Prolagos S.A. - Concessionária de Serviços Públicos de Águas e Esgoto durante este exercício. Não houve novas movimentações de saldo em 31/12/2021. | | | | | | |
| Garantia e seguros | n/a | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | n/a | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | n/a | | | | | | |
| Posição contratual do emissor | Devedor | | | | | | |
| Especificar | | | | | | | |
| Itaú Unibanco Holding S.A. | 30/07/2021 | 1.161.792.000,00 | 0 | | 2 anos e 3 meses | SIM | 0,000000 |
| Relação com o emissor | Empresa controlada em conjunto por acionista | | | | | | |
| Objeto contrato | 1ª série da emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da forma nominativa e escritural, em duas séries, da espécie com garantia real, sendo 1.161.792 (R\$ 1.161.792.000,00) debêntures adquiridas pela Itaú Unibanco Holding S.A (Nota explicativa nº06 da DF data base de 31/07/2021). Não houve novas movimentações de saldo em 31/12/2021. | | | | | | |
| Garantia e seguros | (i) alienação fiduciária da totalidade das ações da Companhia, e (ii) cessão fiduciária sobre: (a) a totalidade da efetiva receita líquida de exploração auferida pela Companhia em virtude da Concessão; (b) todos os demais direitos creditórios emergentes do Contrato de Concessão; e (c) todos os direitos, atuais ou futuros, detidos e a serem detidos pela Companhia contra o Itaú Unibanco S.A. Ambas proporcionais a participação da Itaú Unibanco Holding S.A. nas debêntures emitidas (Nota explicativa nº8 da DF com data base em 31/07/2021). | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | n/a | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | n/a | | | | | | |
| Posição contratual do emissor | Devedor | | | | | | |
| Especificar | | | | | | | |
| Itaú Unibanco Holding S.A. | 30/07/2021 | 4.725.019.639,69 | 0 | | n/a | NÃO | 0,000000 |
| Relação com o emissor | Empresa controlada em conjunto por acionista | | | | | | |

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

| Parte relacionada | Data transação | Montante envolvido (Reais) | Saldo existente | Montante (Reais) | Duração | Empréstimo ou outro tipo de dívida | Taxa de juros cobrados |
|---|---|-----------------------------------|------------------------|-------------------------|----------------|---|-------------------------------|
| Objeto contrato | Aplicação financeira com rentabilidade média atrelada ao CDI das Operações compromissadas é em média de 66,20% do CDI, perfazendo R\$ 320.639,69 de rendimento em 31/07/2021. (Nota explicativa N° 05 da DF data base de 31/07/2021). Não houve novas movimentações de saldo em 31/12/2021. | | | | | | |
| Garantia e seguros | n/a | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | n/a | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | n/a | | | | | | |
| Posição contratual do emissor | Credor | | | | | | |
| Especificar | | | | | | | |

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado

(a) identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses

A Companhia adota práticas de governança corporativa e aquelas recomendadas e/ou exigidas pela legislação. Dessa forma, apesar de não adotar uma política de transações com partes relacionadas formalizada, as transações com partes relacionadas levam em consideração as práticas usuais de mercado.

De acordo com o Estatuto Social, cabe ao Conselho de Administração aprovar operações entre a Companhia e partes relacionadas, independentemente do valor envolvido, exceto com a AEGEA Saneamento e Participações S.A. ("Aegea") e subsidiárias da Aegea, desde que no curso normal dos negócios, e sem qualquer efeito adverso relevante para o Contrato de Concessão, observado que, se aprovado pelo Conselho de Administração, e caso o valor da operação seja superior a 50% (cinquenta por cento) do valor dos ativos totais da Companhia constantes do último balanço patrimonial aprovado, a matéria deverá ser submetida à Assembleia Geral. Não obstante a competência de aprovação ser do Conselho de Administração, o Estatuto Social determina que serão disponibilizados para conhecimento dos acionistas todos os contratos com partes relacionadas, garantindo uma maior fiscalização da matéria.

As operações listadas no item 16.2 deste Formulário de Referência foram embasadas pelos mesmos critérios de avaliação, tomada de preço e requisitos que fundamentam as negociações realizadas com terceiros que não se enquadrem no conceito de partes relacionadas à Companhia, independentemente de seu valor e característica, e foram executadas tendo em vista possuírem condições mais benéficas do que as condições então disponíveis no mercado para o respectivo tipo de operação. Adicionalmente, cumpre destacar que todas as operações citadas foram celebradas ou com os acionistas da Companhia ou com subsidiárias direta ou indiretamente detidas integralmente pelos acionistas da Companhia. Neste sentido, a Companhia entende que não há conflito de interesses no âmbito de tais operações, tendo em vista que todas foram celebradas visando ao interesse único do grupo econômico em que a Companhia se insere.

As transações com partes relacionadas são realizadas em caráter estritamente comutativo e com pagamento compensatório adequado, similares àquelas que a Companhia entende que poderiam ser estabelecidas em transações com partes não relacionadas, nos termos da legislação vigente. A verificação da comutatividade é realizada mediante a análise da viabilidade financeira da operação, comparativamente a transações realizadas com partes não vinculadas à Companhia. As transações com partes relacionadas, em sua maioria, são formalizadas por meio de instrumento escrito, com a devida indicação do objeto da transação, valores envolvidos no negócio, prazos e taxas cobradas, se aplicáveis, bem como dos demais direitos e responsabilidades das partes envolvidas. Neste sentido, quando da realização de quaisquer transações com partes relacionadas, a Companhia age de forma a garantir que tais transações não venham a gerar quaisquer benefícios ou prejuízos indevidos às sociedades envolvidas.

(b) demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

Ainda que a Companhia não adote uma política de transações com partes relacionadas formalizada, as transações realizadas entre a Companhia e suas partes relacionadas são realizadas observando as condições praticadas em mercado à época, tais como preços, prazos e taxas usuais de mercado, e tomando-se como base, ainda, negociações da mesma natureza realizadas anteriormente pela Companhia com terceiros.

A Companhia sempre observa as condições praticadas no mercado ao contratar qualquer serviço, celebrar acordo ou estabelecer relação comercial, inclusive com partes relacionadas.

Tais transações são realizadas em caráter estritamente comutativo e com pagamento compensatório adequado, similares àquelas que a Companhia entende que poderiam ser estabelecidas em transações com partes não relacionadas. As transações com partes relacionadas, em sua maioria, são formalizadas por meio de instrumento escrito, com a devida indicação do objeto da transação, valores envolvidos no negócio,

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado

prazos e taxas cobradas, se aplicáveis, bem como dos demais direitos e responsabilidades das partes envolvidas.

Neste sentido, quando da realização de quaisquer transações com partes relacionadas, a Companhia age de forma a garantir que tais transações não venham a gerar quaisquer benefícios ou prejuízos indevidos às sociedades envolvidas.

Para a execução de transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia, são balizados os preços e condições compatíveis com o praticado no mercado, calculado o custo das empresas do grupo, dentre outros parâmetros a depender do tipo de operação. Para as transações referentes ao reembolso de gastos administrativos e operacionais, existe procedimento de repasse de custos e despesas através do cálculo do fator custo de cada empresa do grupo Aegea que compartilha desses serviços, que leva em consideração indicadores como a quantidade de economias ativas, nº de funcionários, se a empresa é aberta ou fechada dentre outros. A Aegea realiza periodicamente estudo junto a consultoria especializada em serviços compartilhados para avaliar a eficiência e aderência do modelo de prestação de serviços compartilhados para o grupo, o qual é avaliado anualmente. Para 2021, a Aegea contratou a consultoria IEG, referência em atuação no mercado de serviços compartilhados, para realizar nova avaliação e diagnóstico. Para a transação relacionadas à aplicação financeira, foi realizado processo de cotação com bancos de primeira linha buscando a melhor relação rentabilidade / liquidez. A transação relacionada à 1ª emissão de debêntures foi uma operação a mercado que contou com uma variedade de investidores, sindicato composto por 11 instituições financeiras diferentes.

| Emissor | Data da Emissão | Prazo | Amortização | Garantia | Valor da Emissão (R\$ milhões) | Prazo |
|-------------------------|-----------------|-------|---------------|----------|--------------------------------|-------|
| Companhia | 30/07/2021 | 2,3 | No vencimento | Real | 2.570 | 3,5 |
| Companhia | 30/07/2021 | 2,3 | No vencimento | Real | 830 | 3,5 |
| Coligada Águas do Rio 1 | 30/07/2021 | 2,3 | No vencimento | Real | 3.200 | 3,5 |
| Coligada Águas do Rio 1 | 30/07/2021 | 2,3 | No vencimento | Real | 1.200 | 3,5 |
| 42353 | 31/07/2021 | 4,0 | No vencimento | Real | 4.000 | 3,8 |
| 82138 | 13/07/2021 | 5,0 | 2,0 | Real | 400 | 4,35 |
| 29316 | 20/07/2021 | 4,5 | 1,5 | Real | 600 | 4,35 |
| 17162 | 21/06/2021 | 4,0 | 0,5 | Real | 110 | 4,4 |
| 88375 | 15/07/2021 | 5,0 | 1,0 | Real | 100 | 4,5 |
| 33791 | 28/06/2021 | 2,0 | No vencimento | Real | 750 | 5 |
| 29423 | 20/07/2021 | 5,0 | 1,0 | Real | 65 | 5 |
| 42123 | 25/07/2021 | 4,0 | 0,6 | Real | 120 | 5,25 |
| 41719 | 12/08/2021 | 5,0 | No vencimento | Real | 80 | 5,35 |
| 32770 | 10/06/2021 | 3,5 | No vencimento | Real | 84 | 6 |
| 36707 | 21/06/2021 | 3,9 | 1,1 | Real | 150 | 6 |
| 35859 | 20/06/2021 | 5,0 | 2,1 | Real | 60 | 6 |
| 36729 | 12/08/2021 | 5,0 | No vencimento | Real | 53 | 6,5 |
| 39517 | 08/06/2021 | 4,0 | 0,5 | Real | 62 | 6,75 |
| 40885 | 21/06/2021 | 2,5 | No vencimento | Real | 20 | 7 |
| 40885 | 21/06/2021 | 2,5 | No vencimento | Real | 13 | 7 |
| 32770 | 10/06/2021 | 3,5 | No vencimento | Real | 12 | 10 |

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado

| | | | | | | |
|-------|------------|-----|---------------|------|----|----|
| 36729 | 12/08/2021 | 5,0 | No vencimento | Real | 15 | 10 |
|-------|------------|-----|---------------|------|----|----|

Fonte: http://www.debentures.com.br/exploreosnd/consultaadados/emissoesdedebentures/caracteristicas_r.asp?tip_deb=publicas&op_exc=Nada

Pelos motivos acima expostos, a Companhia entende que os valores e condições pactuados nas transações indicadas no item 16.2 deste Formulário de Referência são adequados e estão em linha com as práticas de mercado.

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta seção 16.

17.1 - Informações Sobre O Capital Social

| Data da autorização ou aprovação | Valor do capital (Reais) | Prazo de integralização | Quantidade de ações ordinárias (Unidades) | Quantidade de ações preferenciais (Unidades) | Quantidade total de ações (Unidades) |
|------------------------------------|---------------------------------------|--------------------------------------|---|--|--------------------------------------|
| Tipo de capital | Capital Emitido | | | | |
| 26/10/2021 | 2.348.170.741,81 | 26/10/2021 | 79.440.239 | 583.456.419 | 662.896.658 |
| Capital social por classe de ações | | Outros títulos conversíveis em ações | | | |
| Classe de ação preferencial | Quantidade de ações (Unidades) | Título | Condições para conversão | | |
| Preferencial Classe A | 317.760.956 | | | | |
| Preferencial Classe B | 265.695.463 | | | | |
| Tipo de capital | Capital Subscrito | | | | |
| 26/10/2021 | 2.348.170.741,81 | 26/02/2022 | 79.440.239 | 583.456.419 | 662.896.658 |
| Capital social por classe de ações | | Outros títulos conversíveis em ações | | | |
| Classe de ação preferencial | Quantidade de ações (Unidades) | Título | Condições para conversão | | |
| Preferencial Classe A | 317.760.956 | | | | |
| Preferencial Classe B | 265.695.463 | | | | |
| Tipo de capital | Capital Integralizado | | | | |
| 26/10/2021 | 2.346.067.821,81 | 26/02/2022 | 79.440.239 | 505.200.895 | 584.641.134 |
| Capital social por classe de ações | | Outros títulos conversíveis em ações | | | |
| Classe de ação preferencial | Quantidade de ações (Unidades) | Título | Condições para conversão | | |
| Preferencial Classe A | 317.760.956 | | | | |
| Preferencial Classe B | 187.439.939 | | | | |

17.2 - Aumentos do Capital Social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

17.5 - Outras Informações Relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta seção 17.

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública

18.2 - Descrever, se existirem, as regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionista significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

| | |
|--|---|
| Valor mobiliário | Debêntures |
| Identificação do valor mobiliário | Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em 2 séries |
| Data de emissão | 30/07/2021 |
| Data de vencimento | 11/11/2023 |
| Quantidade (Unidades) | 3.400.000 |
| Valor total (Reais) | 3.400.000.000,00 |
| Saldo Devedor em Aberto | 3.431.822.000,00 |
| Restrição a circulação | Sim |
| Descrição da restrição | As Debêntures somente poderão ser negociadas por Investidores Qualificados, conforme definidos no artigo 12 da Resolução da CVM nº 30, de 11 de maio de 2021 ("Resolução CVM 30"), nos mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 (noventa) dias contados da data de cada subscrição por Investidores Profissionais (conforme definidos no artigo 11 da Resolução CVM 30), exceto pelo lote de Debêntures objeto de garantia firme pelos Coordenadores da Oferta devidamente indicado no momento da subscrição, observados, na negociação subsequente, os limites e condições previstos nos artigos 2º e 3º da Instrução CVM 476, conforme disposto nos artigos 13 e 15, parágrafo primeiro da Instrução CVM 476, e desde que observados os requisitos do artigo 17 da Instrução CVM 476, conforme previsto no parágrafo primeiro do referido artigo, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis. |
| Conversibilidade | Não |
| Possibilidade resgate | Sim |
| Hipótese e cálculo do valor de resgate | Resgate Antecipado Obrigatório ou Amortização Extraordinária Obrigatória: Caso a Companhia receba recursos em decorrência de: (i) ofertas públicas, primárias ou secundárias, de ações ou de títulos de dívida no mercado de capitais local ou internacional; (ii) empréstimos e financiamentos bancários em valor igual ou superior a R\$1.000.000,00, de forma individual ou agregada; (iii) indenizações decorrentes da extinção da Concessão; (iv) vendas de ativos em valor igual ou superior a R\$50.000.000,00, de forma individual ou agregada. Resgate Antecipado Facultativo: A Companhia poderá, a seu exclusivo critério e independentemente da vontade dos Debenturistas a qualquer tempo a partir da Data da Emissão observados os termos e condições estabelecidos na Escritura, realizar o resgate antecipado facultativo total das Debêntures, com o consequente cancelamento das Debêntures. Não será permitido o resgate antecipado facultativo parcial das Debêntures. A Oferta de Resgate Antecipado será endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os Debenturistas para aceitar o resgate antecipado das Debêntures de que forem titulares, de acordo com os termos e condições previstos na Escritura |
| Características dos valores mobiliários de dívida | Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em 2 (duas) séries para distribuição pública de acordo com o disposto na Instrução CVM nº 476/09. As Debêntures poderão ser declaradas antecipadamente vencidas em caso de ocorrência de determinadas hipóteses previstas na Escritura de Emissão e observados os termos e condições lá estabelecidos, cujos conceitos são a seguir descritos em caráter não exaustivo: (i) não pagamento pela Emissora, na respectiva data de vencimento das obrigações pecuniárias devidas aos Debenturistas; (ii) descumprimento, pela AEGEA, de qualquer obrigação pecuniária prevista no ESA; (iii) declaração de vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária da Emissora ou da AEGEA, decorrente de operações no mercado financeiro e/ou de capitais, local ou internacional; (iv) descumprimento, pela Emissora ou pela AEGEA, de sentenças arbitrais ou decisões judiciais de exigibilidade imediata, exceto se for obtido efeito suspensivo dentro dos prazos legais aplicáveis etc. |

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

As debêntures não serão objeto de repactuação programada.

Outras características relevantes

Juros: Sobre o Valor Nominal Unitário ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra-grupo” (“Taxas DI-Over”), expressas na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, acrescida de um spread ou sobretaxa equivalente a 3,50% (três inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (“Remuneração”).

Garantia Real (não exaustivo): (i) alienação fiduciária da totalidade das ações de emissão da Companhia; (ii) cessão fiduciária sobre: (a) a totalidade da efetiva receita líquida de exploração auferida pela Companhia em virtude da Concessão; (b) todos os demais direitos creditórios emergentes do Contrato de Concessão; e (c) todos os direitos, atuais ou futuros, detidos e a serem detidos pela Companhia contra o Itaú Unibanco S.A. Há restrições previstas na escritura de emissão das debêntures, como resgate ou amortização de ações, distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou a realização de quaisquer outros pagamentos a seus acionistas pela Emissora etc.

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários

| Valor Mobiliário | Pessoas Físicas | Pessoas Jurídicas | Investidores Institucionais |
|------------------|-----------------|-------------------|-----------------------------|
| Debêntures | 0 | 0 | 11 |

18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação

As ações de emissão da Companhia não são admitidas à negociação perante quaisquer dos segmentos de listagem da B3 –Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”).

As Debêntures da 1º (primeira) Emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em 2 (duas) séries para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, emitidas pela Companhia em 22/07/2021, mencionadas no item 18.5 acima são (i) distribuídas no mercado primário por meio do MDA - Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela B3, sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3; e (ii) negociadas no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações liquidadas financeiramente por meio da B3.

18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não tem valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

18.8 - Títulos Emitidos no Exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não tem valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição

A Companhia realizou emissão pública com esforços restritos de colocação de debêntures, nos termos da Instrução CVM nº 476/09, cujas principais características estão descritas no item 18.5 deste Formulário de Referência.

18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas

18.10 - Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, indicar

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição

18.11 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes com relação a esta Seção 18 do Formulário de Referência.

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta seção 19.

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

20.2 - Outras Informações Relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta seção 20.

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações

21. Política de divulgação

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

21.4 - Outras Informações Relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta seção 21.